

UNESP – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
CAMPUS DE MARÍLIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS

DORIVAL BRUNO LEAL TODESCATO

**ANÁLISE DOS SISTEMAS-MUNDO: UMA CRÍTICA A ADAM SMITH
E SUA TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

Marília
2019

UNESP – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
CAMPUS DE MARÍLIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS

DORIVAL BRUNO LEAL TODESCATO

**ANÁLISE DOS SISTEMAS-MUNDO: UMA CRÍTICA A ADAM SMITH
E SUA TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

Trabalho para exame de defesa de mestrado apresentado ao Conselho de pós-graduação de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília.

Orientadora: **Prof^a. Dr^a. Rosângela de Lima Vieira**

Marília
2019

T637a	<p>Todescato, Dorival Bruno Leal</p> <p>Análise dos sistemas-mundo: uma crítica a Adam Smith e sua teoria do desenvolvimento econômico / Dorival Bruno Leal Todescato. -- Marília, 2019</p> <p>128 f.</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília</p> <p>Orientadora: Rosângela de Lima Vieira</p> <p>1. Ciências sociais. 2. Desenvolvimento econômico. 3. Comércio internacional. I. Título.</p>
-------	---

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

DORIVAL BRUNO LEAL TODESCATO

**ANÁLISE DOS SISTEMAS-MUNDO: UMA CRÍTICA A ADAM SMITH
E SUA TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Rosângela de Lima Vieira
(Orientadora UNESP/Marília)

Prof. Dr. Francisco Luís Corsi
(UNESP/Marília)

Prof. Dr. Pedro Antônio Vieira
(UFSC/Florianópolis)

**Marília
2019**

Resumo

O objetivo da presente pesquisa é estudar, sob o viés da análise sistêmica, a visão liberal de desenvolvimento econômico. Como a bibliografia sobre esse assunto é extremamente ampla optamos por estudar a tese de Adam Smith. A escolha em pesquisar este autor reside na relevância que ele tem para a própria história do liberalismo econômico. Assim, a pesquisa será centrada principalmente na ideia de desenvolvimento construída por esse autor. No que tange a análise sistêmica, devido sua crítica à concepção ocidental de progresso, presume-se que essa abordagem seja adequada para rebater a concepção liberal de desenvolvimento. Portanto essa pesquisa indica um estudo que contraponha as perspectivas liberal e sistêmica sobre a questão do desenvolvimento econômico.

Palavras-chave: *ciências sociais, desenvolvimento econômico, comércio internacional.*

Abstract

The objective of this research is to study, from the bias of the systemic analysis, the liberal view of economic development. As the bibliography about this subject is extremely large, we opted to study the Adam Smith's theory. The choice in research this author keeps in his importance to the history of economic liberalism. Thus, the research will be mainly focused on the free market idea developed by this author. Regarding the systemic analysis, due to its criticism of the Western concept of progress, is assumed that this approach is appropriate to oppose the liberal conception of development. So this search indicates a study that contrasts the liberal and systemic perspectives on the issue of economic development.

Keyword: *social sciences, economic development, international trade.*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1. ADAM SMITH E O DESENVOLVIMENTO	10
1.1. Sobre Adam Smith	10
1.2. Trabalho produtivo e divisão do capital.....	11
1.3. Produtividade e mercado	19
1.4. Desenvolvimento das nações e comércio internacional.....	25
1.5. Considerações sobre Adam Smith e o desenvolvimento	36
2. O CAPITALISMO HISTÓRICO SEGUNDO A ANÁLISE DOS SISTEMAS- MUNDO.....	41
2.1. Constituição da abordagem	41
2.2. Aspecto metodológico	42
2.3. Capitalismo e economia de mercado.....	47
2.4. A economia-mundo capitalista	54
2.5. Hegemonia e ciclos sistêmicos de acumulação	60
3. CONTRAPONTO ENTRE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E CAPITALISMO HISTÓRICO	71
3.1. O ciclo sistêmico de acumulação britânico e imperialismo de livre-comércio.....	72
3.2. Limitações teóricas do livre-mercado como política de desenvolvimento.....	87
3.3. Capitalismo histórico e a ilusão do desenvolvimento econômico nacional.....	94
3.4. Capitalismo, mercado e desenvolvimento: uma releitura de Adam Smith.....	106
Conclusão	120
Referências	125

INTRODUÇÃO

A construção da presente pesquisa¹ resulta de algumas indagações surgidas ao final de nossa iniciação científica intitulada *As contribuições da análise dos sistemas-mundo na compreensão da origem do sistema capitalista*². Naquele estudo foi possível concluir que entre as contribuições da análise sistêmica duas merecem destaque: em primeiro lugar, no que diz respeito à interpretação de fenômenos econômicos no capitalismo, há uma mudança de foco quanto à unidade de análise, que deixa de ser o Estado e o território do qual é soberano, para ser o sistema-mundo capitalista, uma estrutura que abarca mais de uma unidade territorial e política; em segundo lugar, partindo do princípio de que existe uma interdependência econômica entre as áreas que compõem o sistema capitalista, pode-se afirmar que não seria plausível averiguar o desenvolvimento de qualquer sociedade de forma isolada. A partir disso o tema desenvolvimento econômico chamou a atenção pela sua aparente incompatibilidade com o próprio capitalismo – pelo menos quando visto dentro do contexto histórico internacional.

De forma abreviada podemos dizer que a principal questão sobre o desenvolvimento econômico tem sido sobre o papel do Estado e do mercado. Essa questão configurou um profundo debate no período de pós-segunda guerra mundial entre liberais e desenvolvimentistas. Naquele período, principalmente entre os países da América Latina, cresceu a desconfiança em relação à liberação dos mercados, em especial dos mercados financeiros que eram vistos como desestabilizadores de uma possível autonomia nacional (BOYER, 1999). Todavia é interessante notar que a doutrina liberal nunca esteve morta, e que apesar das diversas críticas que sofreu ao longo da história das ciências sociais, ainda mantém forte influência entre as instituições nacionais e mundiais.

A militância política da doutrina liberal teve início no século XIX sob a influência dos economistas clássicos como Adam Smith (autor do século XVIII) e David Ricardo. Naquela época, o comércio livre entre as nações foi incentivado principalmente pela Inglaterra sob a alegação de que tal mecanismo tornaria os produtos ingleses mais baratos para o resto do mundo. No século XX, a história descrita pelos entusiastas do Consenso de Washington dizia que a ordem econômica do século XIX chegou a ser aperfeiçoada, e os países que viram o sucesso estardaloso da Inglaterra adotaram o modelo liberal, o que proporcionou tempos de

¹ O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001.

² A pesquisa de iniciação científica teve financiamento da FAPESP (Processo nº 2013/25854-2).

grande prosperidade econômica³. Segundo essa história os rumos passaram a mudar quando estourou a primeira guerra mundial e devido à instabilidade política, as nações voltaram a se fechar, e criar barreiras de cunho protecionista.

Segundo Chang (2004) tal discurso possibilitou o revigoramento das políticas liberais, sendo que na década de 1970 países como Chile, Estados Unidos e principalmente Inglaterra acabaram aderindo a esse liberalismo renascido do século XIX⁴. Dentro desse contexto os países chamados desenvolvidos argumentavam que o segredo de seu sucesso estava na aplicação correta do modelo liberal de desenvolvimento, e que caso as nações mais atrasadas almejassem enriquecer bastava seguir a mesma cartilha.

Essa história não é desconhecida e influenciou muitos governos durante a segunda metade do século XX. Em termos teóricos tal história também ilustra como o liberalismo econômico sofreu alterações substanciais no decorrer do tempo⁵.

Levando em conta a influência e a importância histórica do liberalismo econômico, nosso objetivo é estudar a teoria liberal de desenvolvimento econômico e elaborar uma crítica a partir do que análise dos sistemas-mundo entende por capitalismo histórico. E dentre os vários autores liberais que podiam ser pesquisados nosso foco foi na teoria construída por Adam Smith no livro *A Riqueza das Nações*. A escolha por esse autor reside em dois motivos. O primeiro está na importância de Adam Smith para a história do liberalismo econômico sendo que ele é muitas vezes considerado o pai fundador dessa escola de pensamento. Em todo caso julgou-se adequado estudá-lo devido à importância dele para as ciências sociais como um todo.

Em segundo lugar a escolha em estudar Adam Smith diz respeito à própria problemática do desenvolvimento econômico. É bem verdade que o autor não chegou a usar esse termo de maneira literal, mas do ponto de vista da discussão conceitual o problema sempre aparece em *A Riqueza das Nações*⁶. No sentido mais comum desenvolvimento econômico pode significar a expansão das potencialidades econômicas bem como aumento da capacidade de consumo. Portanto índices contemporâneos como PIB e PIB per capita podem indicar o quanto uma dada sociedade se desenvolveu. Entretanto para evitar anacronismos

³ Cf. CHANG, 2004, p. 31-32.

⁴ “Margaret Thatcher lançou o chamado neoliberalismo, que era na realidade um conservadorismo agressivo de um tipo que não era visto desde 1848, e que envolveu uma tentativa de reverter a redistribuição do Estado de Bem-Estar, de modo a beneficiar as classes superiores e não as classes mais baixas. (WALLERSTEIN, 2004, p. 61)

⁵ Dentro desse contexto vale ressaltar que o liberalismo clássico e o chamado neoliberalismo, embora convirjam em vários pontos, não podem ser encarados como representado a mesma corrente teórica.

⁶ “Desenvolvimento econômico foi o tema central da economia clássica, como nos indicam o título e o conteúdo da obra pioneira de Adam Smith.” (BARAN, 1984, p. 35)

optamos por estudar a tese de Adam Smith levando em conta a conjuntura na qual ele escreveu sua obra. Em suma toda sua argumentação gira em torno de termos próprios de sua época como crescimento e riqueza, mas principalmente *progresso*. Por esse motivo durante a exposição de nossa pesquisa tais termos foram elencados no mesmo sentido conceitual que desenvolvimento econômico.

Assim, o objetivo principal do presente trabalho é fazer uma crítica ao modelo de desenvolvimento proposto por Adam Smith a partir da abordagem sistêmica. Porém nossa crítica expressa três significados: em primeiro lugar buscamos fazer uma crítica no sentido de discutir e questionar o significado teórico e histórico de desenvolvimento econômico; em segundo lugar fazer essa crítica também significa apresentar um contraponto, cuja base principal reside nos conceitos de capitalismo histórico e economia-mundo capitalista; em terceiro lugar, e mais importante, a crítica que propomos diz respeito a uma releitura de Adam Smith, e não uma releitura que expresse uma visão “correta” da obra do autor. Quando indicamos uma releitura estamos apenas sugerindo visitar Adam Smith, estudar o livro *A Riqueza das Nações*, e apresentar contribuições para o debate sobre o desenvolvimento econômico.

Para atingir nossos objetivos procuramos dividir nossa pesquisa em três partes diferentes. No primeiro capítulo, intitulado Adam Smith e o desenvolvimento, procuramos elencar a tese de desenvolvimento econômico presente em *A Riqueza das Nações*. E como tal livro é muito extenso e apresenta várias ideias sobre o funcionamento da economia nacional e mundial o capítulo foi subdividido em cinco tópicos, onde três temas são centrais: gênese e divisão do capital; aumento da produtividade; e mercado nacional e externo. Partindo de tais premissas procuramos elencar o modo como Adam Smith compreende as condicionantes para o crescimento econômico. No segundo capítulo, intitulado o capitalismo histórico segundo a análise dos sistemas-mundo, buscamos apresentar os principais atributos dessa abordagem. O capítulo foi subdividido em cinco tópicos, onde explicamos: as peculiaridades metodológicas da análise dos sistemas-mundo em relação ao conhecimento histórico; a relação conceitual e histórica entre mercado e capitalismo; o significado de economia-mundo; e os mecanismos de transformação do capitalismo no panorama mundial.

Seguimos esse caminho de estudar o modelo de Adam Smith e depois explicar como a análise sistêmica compreende o capitalismo, pois dessa maneira teríamos condições de sintetizar as duas abordagens e cumprir nosso objetivo. Assim o terceiro capítulo intitulado, contraponto entre desenvolvimento econômico e capitalismo histórico, procura examinar e questionar a teoria proposta por Adam Smith. Para tal o capítulo foi subdividido em quatro

tópicos onde: em primeiro lugar realizamos um estudo histórico do capitalismo e sua relação com o modelo de desenvolvimento proposto por Smith; em segundo lugar foi feita uma discussão apresentando algumas das limitações teóricas da ideia de livre-mercado como propulsora do crescimento econômico; no terceiro tópico elencamos as contradições estruturais da teoria do desenvolvimento de Adam Smith para com o sistema capitalista em escala global, o que significou questionar a noção de desenvolvimento nacional; e por último buscamos apresentar uma crítica no sentido de revisitar Adam Smith elencando a leitura de Giovanni Arrighi – autor da abordagem sistêmica – sobre o problema do desenvolvimento econômico.

Não obstante nossa pesquisa é teórico-bibliográfica e necessita adentrar em debates de ordem conceitual. Desse modo ao final de nossa pesquisa esperamos apresentar contribuições examinando e questionando conceitos diretamente vinculados a ideia de desenvolvimento econômico. Todavia em nenhuma hipótese pretende-se propor um novo modelo teórico ou suplantiar a teoria dos autores estudados. Ao estudar a teoria de Adam Smith e elaborar uma crítica a partir da análise sistêmica pretendemos oferecer aportes teóricos – e também históricos – que possam ajudar as ciências sociais a pensar o problema do desenvolvimento econômico.

1. ADAM SMITH E O DESENVOLVIMENTO

Nesse primeiro capítulo buscamos elencar os aspectos mais importantes da obra *A Riqueza das Nações*. Nossa exposição se baseou num conjunto de conceitos que desde o século XIX mantém forte influência sobre as teorias do desenvolvimento econômico. Mas por causa disso também foi necessário descrever as ideias mais elementares do pensamento de Adam Smith, como é o caso de sua teoria do valor e a questão do trabalho improdutivo. Sem esse estudo de ordem mais teórica não teríamos condições de explicar o núcleo do pensamento do autor acerca do progresso material. Em suma a concepção de livre-mercado vinculada à questão da produtividade do trabalho embasa nossa interpretação sobre Adam Smith e o desenvolvimento econômico. Portanto procuramos descrever as ideias de Adam Smith de maneira que ao final do capítulo os conceitos que estruturam o pensamento do autor expliquem o processo de desenvolvimento econômico.

1. 1. Sobre Adam Smith

Adam Smith nasceu na Escócia em 1723 e viveu ali a maior parte de sua vida. Por volta dos 14 anos estudou *filosofia moral* na Universidade de Glasgow, o que posteriormente contribuiu para suas convicções em relação à natureza humana. Em 1759 publicou o livro *A Teoria dos Sentimentos Morais*. Nessa mesma época passou dois anos na França onde conheceu Quesnay, um dos mais notáveis pensadores fisiocratas do século XVIII. Finalmente em 1776, Smith publicou o livro que lhe traria o reconhecimento de pai da economia moderna: *Uma investigação sobre a natureza e a causa da riqueza das nações*, ou como é mais conhecido, *A Riqueza das Nações*. A partir desta obra o autor elaborou uma teoria sobre o funcionamento do sistema econômico.

Em suma Smith procurou teorizar as causas para o desenvolvimento econômico. Suas ideias acerca da formação do preço das mercadorias, das condicionantes dos salários e das regras sobre a taxa de lucro influenciaram muito rapidamente a burguesia britânica de seu tempo. Pode-se afirmar que Smith foi um dos fundadores de uma visão de mundo que se vinculava as necessidades ideológicas de sua época, ou seja, o assim chamado *liberalismo econômico*. A partir de tais ideias vários autores, tanto no campo da economia, quanto de outras ciências sociais, contiveram alguma influência do referido autor.

Não obstante, o contexto histórico em que Adam Smith escreveu *A Riqueza das Nações* ajuda a entender como ele construiu parte de suas ideias. A Inglaterra estava iniciando uma conjuntura específica que ficou conhecida como a *revolução industrial*. E a atividade comercial estava cada vez mais direcionada àquele país. A mecanização da produção

estimulada pela grande demanda externa de produtos ingleses tornou possível um grande avanço econômico que precisava ser explicado⁷.

Adam Smith então se destacou como um teórico importante daquele contexto histórico. Há autores, inclusive, que consideram que ele foi o primeiro a elaborar um modelo explicativo da sociedade capitalista⁸. Nesse sentido não é surpresa que Smith além de ser um autor importante para o pensamento liberal também seja importante para as teorias do desenvolvimento econômico. Para tanto esse é um assunto complexo do qual as contribuições do autor podem levar a diferentes interpretações de cunho teórico, o que só torna sua obra ainda mais interessante.

1. 2. Trabalho produtivo e divisão do capital

Discutir as causas para o desenvolvimento econômico segundo os preceitos de Adam Smith significa elucidar princípios teóricos que dizem respeito à criação e distribuição da riqueza social. Nesse caso a discussão é sobre a gênese da riqueza. Porém o que seria riqueza? Para Smith (1996) seria a possibilidade de consumir ou possuir os bens necessários – ou mesmo supérfluos – para o bem-estar das pessoas. Mas mesmo assim como esclarecer de onde vêm esses bens? Como salientou Marx os bens que consumimos não aparecem nas prateleiras dos mercados como que por mágica⁹, eles são produzidos. Contudo, Smith foi o primeiro ou um dos primeiros a fazer essa observação. Em vista disso nesse tópico discutiremos duas concepções formuladas por Smith sobre a origem da riqueza: a primeira diz respeito ao trabalho produtivo; a segunda é sobre a divisão e aumento do capital. Esses dois fatores estão vinculados e refletem a possibilidade de desenvolvimento econômico de um país.

Aquilo que garante o sustento de uma nação, a fonte que avaliza todos os rendimentos da sociedade é o trabalho. Com outras palavras Smith fez essa mesma afirmação na introdução de *A Riqueza das Nações*: “o trabalho anual de cada nação constitui o fundo que originalmente lhe fornece todos os bens [...] e confortos materiais [...]” (SMITH, 1996, p. 59). Nesta citação o autor indica aquilo que se tornou a base teórica dos economistas clássicos e que mais tarde se mostrou tão importante para o pensamento marxista. A fonte da riqueza não

⁷ Embora essa conjuntura se identifique com uma explosão de crescimento econômico, o debate de Adam Smith estava direcionado às políticas de cunho protecionista que vigoraram na Europa entre os séculos XV e XVIII. Os pensadores e estadistas da escola mercantilista mantinham forte influência sobre a política econômica britânica, e alguns fisiocratas seguiam argumentando que a fonte da riqueza era o trabalho produtivo da terra. Nesse contexto o livro *A Riqueza das Nações* além de destacar a importância do trabalho produtivo das manufaturas e da indústria moderna, também representou uma crítica à política econômica que reproduzia diversas formas de monopólio comercial dentro da Europa.

⁸ Cf. HUNT, 1989, p. 60.

⁹ Cf. MARX, 2012, p. 93.

era constituída pela abundância de metais preciosos ou de dinheiro, mas pela quantidade de trabalho do conjunto da sociedade. Pode-se argumentar que Smith possibilitou as bases para uma teoria do valor-trabalho.

Na verdade na história do liberalismo clássico a relação entre valor e trabalho já era embrionária durante o século XVII. John Locke, em seu livro *Segundo Tratado sobre o Governo*, embora não discuta em termos econômicos a teoria do valor, expõe o que dá legitimidade à propriedade privada, nesse caso, o trabalho. Segundo este autor quando um indivíduo combina o seu trabalho com o meio externo (mundo físico) isso lhe dá o direito de tomar posse do que foi transformado pela sua atividade. Por isso pode-se afirmar que a categoria trabalho não se constitui apenas no campo econômico, mas também no político. Na obra de Smith essa correlação entre política e economia é quase que evidente. Porém como será visto logo adiante o autor deixou lacunas sobre o que exatamente constitui o preço das mercadorias e em que sentido a propriedade privada interfere ou não no processo econômico fundamental.

Voltando ao assunto, se o trabalho é o fundo que torna possível a criação de qualquer riqueza, então quanto mais uma sociedade aplica trabalho maior será sua prosperidade? Evidente que a questão não é tão simples assim. A organização política, a dinâmica dos mercados, e o tipo específico de trabalho condicionam o crescimento econômico. Na sociedade há diversos tipos de funções com características que podem proporcionar maior ou menor grau de fortuna. Em primeiro lugar é preciso deixar claro que para Smith existem apenas dois tipos de trabalho que são substancialmente diferentes, sendo que um tem a capacidade de gerar riqueza e o outro não. O primeiro é o chamado trabalho produtivo e o segundo é o trabalho improdutivo.

Existe um tipo de trabalho que acrescenta algo ao valor do objeto sobre o qual é aplicado; e existe outro tipo, que não tem tal efeito. O primeiro, pelo fato de produzir um valor, pode ser denominado produtivo; o segundo, trabalho improdutivo. (SMITH, 1996, p. 333)

A riqueza de uma pessoa está na possibilidade de obter a maior quantidade de produtos do trabalho. Nesse caso é fácil pensar na atividade materializada em uma mesa ou em cadeiras que no fundo dizem respeito a certa quantidade de trabalho. Mas como podemos imaginar a representação física do trabalho doméstico? Qual produto é criado por um agente do Estado? É partindo deste tipo de questionamento que o autor afirma ser o trabalho produtivo o único que gera alguma riqueza para a sociedade. Esse tipo de atividade faz surgir uma propriedade palpável e passível de ser mensurada com outra propriedade de igual valor.

Como o trabalho define e origina a riqueza de toda uma nação é por meio dele que é possível avaliar o valor existente nas mercadorias. “Consequentemente o trabalho é a medida real de valor de todas as mercadorias.” (SMITH, 1996, p. 87)

Contudo no que tange o trabalho improdutivo não é possível fazer o mesmo raciocínio referente ao valor das mercadorias, pois as mesmas não existem materialmente. Diante dessa concepção o trabalho dos garis, recepcionistas, atendentes de telefone, seguranças etc., que encontramos de forma tão rotineira na sociedade contemporânea é bancado à custa do trabalho produtivo? É realmente possível deduzir isso de imediato. No entanto Smith viveu em meados do século XVIII e em seus exemplos sobre o trabalho improdutivo focou muito mais nos funcionários do Estado ou em ocupações domésticas, que em sua visão não contribuíam para o aumento da riqueza nacional. Assim, a ampliação da produção, e por consequência da riqueza, derivam do capital investido em trabalhos produtivos. E qualquer que seja o gasto em trabalho improdutivo isso não representa de fato um investimento. Segundo o autor os trabalhadores improdutivos são de fato mantidos por aqueles diretamente envolvidos no trabalho produtivo¹⁰.

Essa diferenciação nas formas de trabalho é fundamental para compreensão do desenvolvimento econômico na visão de Smith, pois é onde repousa o trabalho produtivo que encontramos a possibilidade para a acumulação do capital. O autor chega a enfatizar a importância de algumas profissões improdutivas como dos funcionários burocráticos e até mesmo de artistas, contudo também alega que por mais apropriados e necessários que esses serviços possam ser eles nada produzem. Assim, qualquer gasto relevante para uma sociedade em processo de desenvolvimento visa restituir o trabalho produtivo o que significa repor o capital investido. Uma vez que o trabalho produtivo tem as condições para gerar o excedente econômico basta o empresário, por livre escolha, gastar seu lucro na forma de um investimento ampliado ao invés de empregar tais valores em criados ou em lazeres que não representam nenhuma produtividade. Os impostos nesse caso são praticamente obrigatórios e, por isso uma parte do produto total da sociedade sempre se destina a pagar o trabalho improdutivo mesmo que isso não pareça racional do ponto de vista liberal.

Nas sociedades civilizadas – para usar um termo de Smith – o trabalho improdutivo jamais deve predominar sobre o produtivo. Conforme o autor, nas sociedades feudais – ou atrasadas – se “trabalhava menos” porque os fundos destinados a repor o trabalho produtivo eram baixos em relação aos países civilizados. Durante o período medieval prevalecia o ócio

¹⁰ Cf. SMITH, 1996, p. 338.

da nobreza e a quase miséria dos trabalhadores servis. Somente uma pequena parte do produto já era suficiente para repor o capital investido e o que sobrava era usado para manter o consumo luxuoso e improdutivo das classes mais abastadas. O problema é que a operosidade dos trabalhadores produtivos era sempre corrompida ou desestimulada juntamente com a acumulação do capital, ou melhor, o próprio capital enquanto investimento produtivo perdia sentido em relação à renda sugada pelos desocupados¹¹. Em qualquer situação quando parte da riqueza acaba sendo apropriada por pessoas improdutivas isso gera uma situação de desestímulo em que aqueles que produzem algo têm sua operosidade prejudicada.

Mas ainda que a categoria trabalho seja fundamental para compreendermos como Smith entendia o desenvolvimento econômico uma coisa deve ficar clara: não é plausível afirmar que o autor tenha desenvolvido uma teoria do valor-trabalho de forma completa (essa questão foi mais discutida por Marx e Ricardo¹²), ou seja, dentro de uma lógica que somente o dispêndio de trabalho social fosse o componente de um valor integralmente novo – ou uma mais-valia para usar a expressão de Marx¹³. Porém seria possível argumentar que ele construiu uma teoria do valor-trabalho em conjunto com outras teorias do valor¹⁴.

Essa questão na obra de Smith se evidencia no capítulo VI do livro I de *A Riqueza das Nações* onde, depois de afirmar no capítulo anterior que o valor de troca de todas as mercadorias seria o trabalho, ele estuda a efetividade de outros fatores determinarem o valor dos produtos. Segundo o autor são três fatores que definem aquilo que ele chamou de *preço natural*¹⁵ das mercadorias: o trabalho (salário), a renda da terra quando essa existir, e o lucro do proprietário do capital¹⁶.

¹¹ “Trabalhamos mais do que nossos antepassados, porque nos dias de hoje, em relação ao que ocorria a dois ou três séculos, os fundos destinados à manutenção do trabalho são muito maiores em proporção aos destinados à manutenção dos ociosos. Nossos ancestrais eram indolentes por falta de estímulos suficientes para o trabalho. Segundo diz o provérbio, é melhor brincar de graça do que trabalhar de graça.” (SMITH, 1996, p. 337)

¹² “Ficou a cargo de David Ricardo mostrar a natureza geral da relação entre o trabalho incorporado às mercadorias e seus valores de troca, e, nestas circunstâncias, a Karl Marx e aos teóricos posteriores formular uma teoria do valor-trabalho completa, apresentando uma coerência lógica.” (HUNT, 1989, p. 72)

¹³ Cf. MARX, 2012, p. 209.

¹⁴ Devemos lembrar que diferente de Marx, Smith não usa o termo força de trabalho, sendo que muitas vezes a expressão salário parece corresponder diretamente à categoria trabalho.

¹⁵ Cf. SMITH, 1996, p. 109.

¹⁶ Uma interpretação marxista colocaria que isso representa o caráter burguês do pensamento de Smith, o que não deixa de ter certo sentido. Nas palavras do autor: “[...] no estágio antigo e primitivo que precede ao acúmulo do capital e a apropriação da terra, a proporção entre as quantidades de trabalho necessárias para adquirir os diversos objetos parece ser a única circunstância capaz de fornecer alguma norma ou padrão para trocar esses objetos uns pelos outros. [Numa sociedade civilizada] ao trocar-se o produto acabo por dinheiro [...] além do que pode ser suficiente para pagar o preço dos materiais e os salários dos trabalhadores, deverá resultar em algo para pagar os lucros do empresário, pelo seu trabalho e pelo risco que ele assume ao empreender esse negócio.” (SMITH, 1996, p. 101-102)

Smith apresenta-nos assim uma teoria dos preços que pode ser caracterizada [...] como uma “Teoria da Soma” – uma soma meramente de três componentes primárias do preço. Também tem sido considerada como uma simples teoria do Custo de Produção. (DOBB, 1977, 65)

Os salários compõem o preço das mercadorias porque aquele que executa o trabalho não o faz de graça e de alguma maneira deve ser pago. Portanto no preço de qualquer produto é necessário que uma parte seja destinada a criar uma renda para os trabalhadores assalariados. No preço de qualquer mercadoria também é preciso que exista uma parcela que pague os lucros do capital. Caso não fosse assim o proprietário desse capital não teria motivos para investi-lo e se arriscar colocando suas economias em estado de reprodução. Já a renda da terra nada mais é do que parte dos lucros do capital pagos aos proprietários que alugam suas terras para produção dos meios de subsistência. Nesse caso a renda só existe na produção agrícola ou outras formas de aluguel – e até mesmo empréstimos – que funcionam como quesito para o investimento produtivo do capital.

Uma primeira causa para qualquer alteração no preço natural das mercadorias é porque houve alguma alteração em um desses três componentes. No fundo Smith coloca que essas três partes do preço das mercadorias constituem as três formas de renda da sociedade. Contudo o modo como a remuneração é distribuída não é igual. A parte do preço que remunera o trabalho deve corresponder no mínimo à subsistência do trabalhador¹⁷. Pode-se dizer que esse é o salário normal. Essa remuneração aumenta na medida em que a demanda por mão de obra também aumentar. Isso ocorre em sociedades que não esgotaram os investimentos produtivos, ou seja, que estão em processo de desenvolvimento. A renda da terra é determinada pela demanda por produtos de subsistência e disponibilidade de terras férteis. Isso significa que quanto maiores os salários, maior também será a renda da terra, pois maior será o consumo do trabalhador¹⁸. Mas os lucros funcionam de forma inversa, pois estes dependem da oferta de capital. Quanto maior o capital disponível, menores serão as taxas de lucro, e como o progresso da sociedade faz aumentar e não diminuir o capital nacional, os investimentos se ampliam na medida em que os lucros se equalizam para baixo. Em suma o desenvolvimento também depende da disponibilidade de capital.

Para Smith capital é o conjunto de recursos econômicos que surgem da tenacidade de pessoas responsáveis. Conforme o autor as sociedades em processo de desenvolvimento necessitam estocar capitais, pois sem isso não é possível ampliar o número de trabalhadores.

¹⁷ “O homem deve sempre viver de seu trabalho, e seu salário deve ser suficiente, no mínimo para sua manutenção.” (SMITH, 1996, p. 120)

¹⁸ Por isso, é razoável argumentar que, “[...] o interesse dos assalariados, assim como o dos proprietários de terras, foi identificado [por Smith] com o progresso da acumulação de capital.” (DOBB, 1977, p. 74)

Desse modo o capital pode ser dividido em duas partes sendo que o termo *capital* enquanto meios para investimento produtivo só terá sentido em uma delas. Primeiramente as economias de uma pessoa podem ser usadas para o consumo imediato comprando meios de subsistência e outros bens que podem ou não ser supérfluos. Nesse caso não se espera que tais economias retornem em forma de algum excedente e como afirma o autor quando toda renda é gasta dessa maneira é provável que seja reflexo da vida dos trabalhadores assalariados¹⁹, ou de empresários irresponsáveis que gostam de esbanjar. Por outro lado as economias podem ser gastas de modo a se esperar uma renda maior no futuro. No primeiro caso podemos dizer que o capital é simplesmente consumido e no segundo que ele é investido. Na verdade somente no segundo caso é que poderíamos dizer que existe de fato capital já que este se conceitua pela sua função e não pela sua forma. No entanto mesmo com essa diferença Smith usou o termo tanto para designar consumo quanto investimento.

O capital investido ainda pode ser aplicado de duas formas diferentes das quais o retorno de uma renda futura é sempre esperado.

Primeiramente o capital pode ser usado para adquirir bens que depois serão revendidos com certa margem de lucro. Nesse caso tais lucros derivam de um capital que não é propriedade fixa daquele que está fazendo o investimento. Sua aplicação só tem sentido quando as mercadorias compradas são trocadas por dinheiro, ou seja, o capital entra de uma forma e sai de outra – uma clara situação de comerciantes. Como esse capital está em constante movimento Smith o nomeou de *capital circulante*.

A segunda forma em que o capital pode ser aplicado é na aquisição e melhoramento de instrumentos de produção bem como os investimentos para aperfeiçoar as habilidades dos trabalhadores²⁰. Evidente que as grandes fábricas necessitam desse tipo de investimento, e é bem provável que este seja um componente fundamental para o desenvolvimento geral da sociedade. No campo também é possível enxergar esse tipo de investimento assim como se apresentam as grandes inovações no assim chamado agronegócio. O capital nesse caso não muda de proprietário sendo que a fonte de lucro deriva diretamente desses recursos. O autor chamou esse tipo de capital de *capital fixo*.

O investimento de capital não costuma ser exclusivamente fixo ou circulante, sendo que a quantidade de cada um varia segundo a ocupação. Entretanto a situação de um comerciante pode exigir apenas a aplicação de capital circulante ao menos que se considere o

¹⁹ Cf. SMITH, 1996, p. 287.

²⁰ “A aquisição dessas habilidades para manutenção de quem as adquiriu durante o período de sua formação, estudo ou aprendizagem, sempre custa uma despesa real, que constitui um capital fixo e como que encarnado na pessoa.” (SMITH, 1996, p. 290)

seu estabelecimento como capital fixo. Por outro lado na produção de mercadorias não é imaginável haver apenas investimento de capital fixo. Tal situação seria impossível. Os custos em máquinas e em melhoramentos na linha de produção devem ser encarados como investimento de capital fixo, mas os insumos, o produto acabado, os salários dos trabalhadores e o próprio dinheiro²¹ usado em todas as operações, por não constituírem propriedade fixa, devem ser vistos como capital circulante²².

Nenhum capital fixo pode proporcionar renda a não ser através de um capital circulante. As máquinas e instrumentos mais úteis de trabalho não produzirão nada sem o capital circulante que assegure os materiais nos quais são usados e a manutenção dos empregados. (SMIHT, 1996, p. 291)

Os investimentos de capital fixo e circulante tem como propósito aumentar a reserva de capital para o consumo imediato. Assim o grau de riqueza e pobreza da sociedade está na capacidade do capital investido em garantir um maior poder de consumo para o conjunto das pessoas.

Levando isso em conta onde predomina o capital prevalece o trabalho e onde predomine a simples renda prevalece o trabalho improdutivo e o ócio. Qualquer sociedade ou nação que preze por um aumento de sua da riqueza deve por isso aumentar os investimentos em trabalho produtivo ou no mínimo repor o capital desse trabalho a um nível em que haja lucro para o empresário. De qualquer forma só é possível fazer um investimento produtivo mediante a quantidade de capital disponível, e o montante do capital aumenta em função da parcimônia daqueles que escolheram não gastar toda sua renda de maneira imediata sem visar um retorno futuro. Nesse sentido todos que detém alguma renda, seja ela fruto do trabalho produtivo ou não, tem condições lógicas de investir seu capital de maneira produtiva. Mesmo o mais pobre dos assalariados poderia segundo sua liberdade optar por uma vida mais frugal e até mais penosa contanto que tal esforço lhe proporcionasse um retorno futuro.

Adam Smith entende que da mesma maneira que o capital individual aumenta conforme a parcimônia do indivíduo, o mesmo se aplica ao capital de uma dada nação, que só aumenta quando o conjunto das pessoas opta por poupar parte de sua renda. Isso esclarece a importância da poupança para o desenvolvimento econômico e o motivo pelo qual o autor afirma que “[...] todo esbanjador é um inimigo do público e toda pessoa que poupa é um benfeitor público.” (SMITH, 1996, p. 342) O acúmulo do capital deriva daquilo que foi

²¹ O dinheiro é conceituado como capital circulante, mas com potencialidades específicas para o conjunto da sociedade.

²² Resumindo, um empresário “[...] aufero lucro do capital fixo, conservando-o em sua posse; e do capital circulante gastando-o.” (SMITH, 1996, p. 288)

produzido pelo trabalho, porém sem esse acúmulo não haveria condições para a ampliação desse mesmo trabalho, sendo que a riqueza geral da sociedade não aumentaria. “A parcimônia, e não o trabalho, é a causa imediata do aumento do capital.” (SMITH, 1996, p. 339) Os produtos do trabalho oferecidos no mercado só podem surgir mediante o acúmulo de capital e cada empresário deve procurar os meios adequados para conseguir isso. Assim como já fora mencionado podem economizar optando por uma vida mais modesta durante algum tempo. Mas também é possível conseguir recursos emprestando dinheiro a juros pagando parte dos lucros ao fornecedor do capital. E mesmo esse capital emprestado só pode advir das economias de alguém ou do conjunto da sociedade se estivermos falando do investimento de poupança dos bancos.

Na visão do autor as grandes nações dificilmente são afetadas pelo esbanjamento individual de alguns sendo que a péssima administração de poucas pessoas é compensada pela conduta racional e poupadora dos empresários. A dificuldade estaria em contrabalançar o investimento privado com os gastos dos governos, dos quais para Smith são geralmente direcionados para manter trabalhadores improdutivos. Essa posição mostra como o autor depositava certa credibilidade ao uso privado do capital em oposição ao investimento público. Para ele o esbanjamento derivava da paixão do momento, um sentimento que se tornava mais forte entre aqueles que detinham o poder. Mas diferente,

[...] o princípio que leva a poupar é o desejo de melhorar nossa condição, um desejo, que embora calmo e isento de paixão, herdamos do seio materno e nunca nos abandonará até a sepultura. Em todo espaço e tempo que medeia entre o berço e a sepultura, dificilmente talvez haverá um só memento em que uma pessoa esteja tão perfeita e completamente satisfeita com sua situação, que não deseje alguma mudança ou melhoria, de qualquer tipo que seja. (SMITH, 1996, p. 342)

Esse princípio que leva todas as pessoas a economizar parte do produto do trabalho é um dos fundamentos para o desenvolvimento nacional. Por isso essa tendência presente em todas as pessoas não pode, de maneira alguma, ser suprimida pelo poder do Estado. A administração privada deve ser de responsabilidade daqueles que escolheram poupar seu capital e os governos não devem interferir mesmo que determinada condição direcione à terrível falência. Assim sendo, mesmo a administração improdutiva dos governos é superada e teoricamente compensada pelos investimentos produtivos advindos do capital privado bastando que o Estado não interfira na acumulação do capital²³.

²³ “É altamente impertinente e presunçoso, por parte dos reis e ministros, pretenderem vigiar a economia das pessoas particulares e limitar seus gastos, seja por meio de leis suntuárias, seja proibindo a importação de artigos

1. 3. Produtividade e mercado

Segundo a visão de Adam Smith é possível perceber que o aumento da produtividade é fundamental para que haja desenvolvimento econômico em qualquer sociedade minimamente civilizada. Como dito anteriormente o trabalho é produtivo, mas somente certo tipo de trabalho, aquele inserido na produção de uma mercadoria que conserve valor excedente. Entretanto o autor transpõe que outros fatores também condicionam o valor excedente o que nos faz pensar que o capital também pode ser entendido como produtivo. O capital produtivo seria então aquele que não é consumido de forma imediata, mas usado para manter ou ampliar a atividade de trabalhadores produtivos? Seja como for, a produtividade do trabalho parece ser o fator mais importante embora sempre dependa da quantidade de capital disponível.

No que tange o aumento de produtividade do trabalho, o início do livro *A Riqueza das Nações* parece focar quase que exclusivamente nesse assunto. A chamada divisão do trabalho que Smith descreve com tanta firmeza argumentativa parece conter em poucas páginas o necessário para entender toda sua teoria econômica. O autor parece bem claro quando afirma que “[...] o maior aprimoramento das forças produtivas do trabalho [...] parecem ter sido resultantes da divisão do trabalho.” (SMITH, 1996, p. 65) Para alguns essa pode ser a mais importante citação do autor e realmente parece conter o embrião de sua tese sobre o desenvolvimento econômico.

Uma pessoa que faz um produto realizando todas as etapas necessárias em sua produção não consegue ampliar de maneira significativa sua riqueza total. E isso mesmo que os anos de experiência tenham dado a esse trabalhador hipotético uma grande habilidade na execução de todas as suas tarefas. A consequência é que esse trabalhador também não contribui de forma relevante para a riqueza social. Por outro lado em uma sociedade em que grupos se ocupam de determinadas tarefas na produção de uma única mercadoria existe evidentemente a possibilidade de um acréscimo total do produto²⁴.

Há três fatores que, segundo Smith, esclarecem a importância da divisão do trabalho naquilo que diz respeito ao aumento da produtividade. Em primeiro lugar a especialização em diferentes tarefas na produção de uma única mercadoria melhora a destreza do trabalhador; em segundo lugar o autor entende que a economia de tempo quando se passa de um trabalho para o outro é absolutamente maior quando grupos diferentes de empregados executam

de luxo do exterior. São sempre eles, sem exceção alguma, os maiores perdulários da sociedade. Inspecionem eles bem seus próprios gastos, e confiem tranquilamente que as pessoas particulares inspecionaram os seus. Se seu próprio esbanjamento não arruína país, não será o de seus súditos que um dia o fará.” (SMITH, 1996, p. 346)
²⁴ “A divisão do trabalho, na medida em que pode ser introduzida, gera, em cada ofício, um aumento proporcional das forças produtivas do trabalho. A diferenciação das ocupações e empregos parece haver-se efetuado em decorrência dessa vantagem.” (SMITH, 1996, p. 66)

diferentes tipos de trabalho. Sobre esse mesmo assunto Smith afirmava que a eficiência do trabalhador tendia a diminuir sempre que este precisava trocar de uma tarefa para outra. A necessidade de realizar uma ou mais tarefas relativamente diferentes pode desviar a atenção do trabalhador além de não garantir um produto acabado de maior qualidade.

Em terceiro e último lugar a divisão do trabalho aumenta a produtividade na medida em que possibilita o uso de ferramentas e máquinas mais avançadas. Tal fator pode parecer um tanto estranho já que não aparenta ter vínculo direto com a divisão do trabalho. Acontece que Smith relaciona a invenção de instrumentos de produção ao fato do trabalho poder ser subdividido em afazeres diferentes²⁵. Nesse sentido a divisão do trabalho se apresenta como condição estrutural para o desenvolvimento econômico de qualquer sociedade, ou seja, quanto maior for essa divisão maior será a produtividade do trabalho o que amplia a riqueza socialmente produzida.

Analisando a questão mais de perto, a divisão do trabalho poderia ser vista sob dois ângulos diferentes, apesar de que ambos ainda teriam o mesmo significado teórico e prático. Por um lado encontramos a divisão do trabalho naquilo que diz respeito às várias etapas na produção de uma mesma mercadoria como, por exemplo, as diferentes tarefas imprescindíveis na fabricação de alfinetes ou pregos assim como descreveu Smith. Por outro lado existe uma divisão do trabalho situada numa esfera mais ampla que diz respeito aos diversos produtos colocados no mercado. A partir disso reside a evidência de que alguns devem produzir algo que outros não podem produzir. E isso significa uma divisão do trabalho pela posição no mercado de cada produtor.

Podemos afirmar então que existe uma *divisão técnica do trabalho* – oriunda das etapas produtivas inerentes ao processo produtivo – e uma *divisão social do trabalho* – que corresponde a especialização social da produção configurada pelos diferentes produtos do mercado. Contudo o autor não deixa claro se existe uma diferença funcional entre essas duas formas de divisão do trabalho. Para Smith a especialização no mercado e a especialização nas etapas de produção parecem significar a mesma coisa, o que implica afirmar que numa sociedade desenvolvida a existência de uma divisão ampla no mercado – ou seja, um número cada vez maior de produtos diferentes colocados à disposição dos consumidores – indica que a produção nessa sociedade está subdivida em um número significativo de profissões. O que de fato chama a atenção, e o próprio Adam Smith deixa entender, é que existe uma conexão

²⁵ “[...] precisamos todos tomar consciência de quanto o trabalho é facilitado e abreviado pela utilização de máquinas adequadas. É desnecessário citar exemplos. Limitar-me-ei, portanto, a observar que a invenção de todas essas máquinas que tanto facilitam e abreviam o trabalho parece ter sua origem na divisão do trabalho.” (SMITH, 1996, p. 69)

entre divisão do trabalho, mercado e desenvolvimento. É sob esse prisma que se estabelece uma teoria sobre o bem estar de cada trabalhador, pois não é possível falar em desenvolvimento sem partir do princípio que isso traga benefício material a todas as pessoas economicamente ativas.

Cada trabalhador tem para vender uma grande quantidade do seu próprio trabalho além daquela que ele mesmo necessita; e pelo fato de todos os outros trabalhadores estarem exatamente na mesma situação, pode ele trocar grande parte de seus próprios bens por uma grande quantidade, ou – o que é a mesma coisa – pelo preço de uma grande quantidade de bens desses outros. Fornece-lhes em abundância aquilo de que carecem, e estes por sua vez, com a mesma abundância, lhe fornecem aquilo de que necessita; assim é que em todas as camadas da sociedade se difunde uma abundancia geral de bens. (SMITH, 1996, p. 70)

Assim, Smith elenca uma espécie de estrutura que influencia as taxas de lucro, o dinheiro emprestado a juros e, o mais importante, o valor e preço das mercadorias. Essa estrutura é puramente o mercado, é a “tendência natural”²⁶ que todo ser humano tem para trocar aquilo que não lhe interessa em um dado momento. É a condição de que aquilo que se produz a mais, mas não terá uso pode ser trocado com outras pessoas em igual situação. Partindo disso que o autor afirma que a divisão do trabalho é limitada segundo o nível do mercado, ou seja, da dinâmica das trocas²⁷.

Tomando por base as explicações sobre a divisão do trabalho Smith argumenta que nada disso seria possível se não fosse o mercado. A produtividade aumenta quanto mais há divisão do trabalho e existe divisão do trabalho porque as pessoas se especializam na produção e as pessoas se especializam mais conforme isso possibilite trocar o excedente de sua produção com outros em igual posição. Essa concepção coloca o mercado como a instituição mais significativa para o crescimento econômico em total oposição ao Estado. E como o mercado é dinâmico tudo o que está inserido em seu funcionamento “natural” torna-se variável como, por exemplo, o valor das mercadorias. Se em dada circunstância o preço natural de um produto é a soma dos salários, lucros e renda da terra, quando o mercado indicar alterações na demanda e oferta da mercadoria em questão, esse preço se altera. O que Smith chamou de *preço de mercado*²⁸.

Dentro dessa perspectiva para o autor existem duas formas de se analisar o preço das mercadorias, sendo que as duas parecem ter correspondência com o valor econômico²⁹. Mas

²⁶ Cf. SMITH, 1996, p. 73.

²⁷ Cf. SMITH, 1996, p. 77.

²⁸ Cf. SMITH, 1996, p. 110.

²⁹ “Enquanto escrevia sobre o aumento do valor econômico, Smith tentou se aprofundar sobre o conceito de valor em si. Tentou sem sucesso analisar o preço.” (O’ROURKE, 2008, p. 58)

seja como for, todas as operações econômicas são entendidas da mesma forma, isto é, pautadas segundo a oferta e demanda no mercado.

Uma vez posto que é a partir das trocas que surge a possibilidade de desenvolvimento econômico Smith elabora uma teoria do melhor funcionamento possível para o mercado. Conforme o autor a simples existência de mercados já providencia algum benefício econômico satisfatório, contudo o melhor resultado vem por meio da dinâmica das trocas o que significa a maior liberdade possível para com os comerciantes e outros agentes interessados em fazer investimentos produtivos. Por meio disso pode-se entender que a atitude autocentrada das pessoas é o fundamento para que cada um corra atrás daquilo que parece melhor para si, e essa prática se manifesta no mercado. A teoria sobre a conduta dos agentes na sociedade e por consequência no mercado estabelece a ideia de que todo ser humano é individualista por natureza sendo que Smith pensava que o egoísmo das pessoas ditaria a dinâmica do próprio desenvolvimento econômico.

Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. Dirigimo-nos não a sua humanidade, mas a sua autoestima, e nunca lhe falamos de nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles. (SMITH, 1996, p. 74)

Desse modo, Adam Smith expande os princípios da propriedade privada, da ideia do seu e do meu, e de que no mercado a posse de algo pode significar o benefício de todos. Esse pensamento nos leva para a socialização onde não importa como as coisas foram feitas, ou por quem foram feitas. Como afirma O'Rourke (2008, p.12) “[...] isso não é da nossa conta”. A informação realmente importante para qualquer consumidor – tanto o trabalhador quanto o empresário – é o preço de mercado e nada mais. Esta interpretação sobre a obra de Smith é uma decorrência de sua teoria dúbia do valor. Se por um lado Marx e Ricardo tentaram superar a contradição da medida invariável do valor econômico, por outro a chamada *revolução marginalista*³⁰ que permeia a tradição econômica neoclássica levou muito a sério o preço do mercado. Mas a teoria da utilidade marginal só teria relevância quando autores, como Jevons (1983), atribuíssem ao proveito do consumidor, a causa fundamental para valor excedente. Isso implicaria dizer que valor e preço equivalem na mesma coisa, ou que apenas o preço tem relação com o cálculo econômico.

Na visão de Adam Smith, o preço de mercado é variável, mas sempre tende a se corrigir sozinho para o preço natural desde que não sofra nenhum tipo de interferência

³⁰ Revolução marginalista foi o movimento teórico que na segunda metade do século XIX atribuiu à utilidade marginal das mercadorias o princípio do valor econômico.

governamental. Desse modo é como se existisse uma força gerada pelo comércio que mantém toda sociedade em perfeita harmonia. É a *mão invisível* que leva todos a se beneficiarem da liberdade praticada no mercado.

Portanto já que cada indivíduo procura, na medida do possível, empregar seu capital [...] e dirigir de tal maneira que seu produto tenha o máximo valor possível, cada indivíduo necessariamente se esforça por aumentar [...] a renda anual da sociedade. Geralmente, na realidade, ele não tenciona promover o interesse público nem sabe até que ponto está promovendo. Ao preferir fomentar a atividade [desse modo] ele tem em vista sua própria segurança; [...] visa apenas a seu próprio ganho e, neste, como em muitos outros casos, é levado como que por uma mão invisível a promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções. (SMITH, 1996, p. 438)

Nessa citação repousa a ideia de livre-mercado, isto é, a aceção de que o capital pode e deve migrar para atividades que são mais produtivas e lucrativas com a máxima facilidade. E como o mercado torna cada medida de valor variável, toda atividade econômica tende a se valorizar ou desvalorizar segundo a interação entre oferta e demanda, por exemplo: se um investidor na produção de cadeiras vendo que a procura por esse produto estivesse mais do que consolidada voltaria seus investimentos para a produção de outra mercadoria em que a oferta estivesse em baixa em relação à demanda. Nesse tempo a oferta de cadeiras diminuiria voltando ao seu preço natural, e o mercado logo alcançaria estabilidade. Importante notar que enquanto estiver em processo de desenvolvimento nenhum país alcança estabilidade total, já que isso significaria a satisfação de todas as necessidades das pessoas com potencial de trabalhar e a equalização da taxa de lucros.

Portanto o melhor resultado em termos de desenvolvimento para qualquer sociedade (ou nação) repousa na liberdade dos empresários em investir seu capital da maneira que acharem melhor. O risco de crise é quase nulo desde que não se interfira na atividade econômica. Uma vez que o capital é aplicado em trabalho produtivo, as forças do mercado se encarregam para que a produção aumente e tencione em uma nova rodada de investimentos. Como tudo que se produz é para a troca, toda produção gera em termos lógicos uma demanda. A chamada lei de Say³¹ se aplica nesse princípio de “[...] que é a produção que propicia mercado aos produtos.” (SAY, 1986, p. 137).

Não obstante o que pode ser extraído de Say, no que se relaciona a ideia de livre-mercado, é que quanto mais numerosos os produtores maiores também serão os mercados no sentido de serem mais variados e de fácil transação. Nesse sentido o produto final é sempre voltado para o comércio e isso obriga todos os produtores a agirem da mesma forma, ou seja,

³¹ Vale lembrar que Jean Baptiste Say se considerava um discípulo de Adam Smith.

a produzir pensado na permuta vantajosa que pode ser alcançada no mercado, sendo que desse modo, as mercadorias são trocadas umas com as outras.

É bom observar que um produto acabado oferece, [...], um mercado para outros produtos equivalente a todo montante de seu valor. Com efeito, quando o último produtor acabou um produto, seu maior desejo é vendê-lo para que o valor desse produto não fique ocioso em suas mãos. [...] Vê-se, portanto, que só o fato da criação de um produto abre, a partir desse mesmo instante, um mercado para todos os outros. (SAY, 1986, p.139)

As consequências da liberdade econômica no desenvolvimento de qualquer nação sempre são as mesmas, a prosperidade geral do país. Mas quando as mercadorias não conseguem ser vendidas e a dinâmica do mercado não corrige tal problema, é possível que a influência política ou desastres naturais estejam atrapalhando o progresso da sociedade. Caso contrário, “[...] um tipo de produção raramente ultrapassaria os demais e seus produtos seriam raramente aviltados se sempre deixassem todos à sua inteira liberdade.” (SAY, 1986, p. 140) Os preços devem sempre acompanhar a oferta e demanda, porém quando tais preços se mostram muito elevados – e por um tempo muito longo – isso indica que a indústria geral do país está comungada com o governo.

A presença do Estado na economia já era recusada pelo próprio Smith, pois o autor enxergava nisso a possível formação de monopólios. E monopólios eram vistos como desestabilizadores que no fundo prejudicavam os assalariados. O ponto é que quando o governo tenta investir ou interferir na produção de uma mercadoria, sua capacidade de controle pode subjugar a oferta e demanda mantendo a um preço mais alto um produto que devia ser mais barato. Além do mais o comando irresponsável não é punido com o prejuízo e a falência impedindo que o setor privado prospere num dado setor que se apresenta mal administrado. Nesse caso o desenvolvimento se mostra difícil, pois os investidores mais capacitados não conseguem gozar de plena liberdade e não aplicam seus capitais do modo mais racional e produtivo possível.

A concepção de livre-mercado – também entendida como livre-iniciativa – se baseia na ideia de que a prosperidade de um trará necessariamente a prosperidade de todos³² e o único meio de alguém prosperar é sendo livre para investir seu capital onde bem entender. O sucesso de um empresário é “socializado” na medida em que sua indústria permite a todas as outras a probabilidade de atingir algum sucesso por meio do mercado. Desse modo a mão

³² Say também partilha dessa concepção ao afirmar “[...] que cada um está interessado na prosperidade de todos e que a prosperidade de uma espécie de indústria favorece a prosperidade de todas as outras. Com efeito, sejam quais forem a indústria que se cultive e o talento que se exerça, encontra-se-lhes o emprego e tira-se-lhes um lucro tanto melhor quanto mais se está cercado de pessoas que também ganham.” (SAY, 1986, p. 140)

invisível que Smith menciona pode ser entendida como o mecanismo de impulsão, regulação e distribuição da riqueza nacional. O progresso econômico da sociedade está atrelado a esse princípio de que a liberdade de comércio propicia a investida inicial para que haja investimentos produtivos – a combinação entre capital e trabalho.

1. 4. Desenvolvimento das nações e comércio internacional

A ideia de desenvolvimento presente em *A Riqueza das Nações* está baseada nos princípios de livre-mercado, disponibilidade de capital e produtividade do trabalho. Adam Smith partindo de tais premissas constrói uma teoria da história do progresso econômico sendo que o ápice deste processo seria ampliação do mercado além da fronteira nacional. Como o mercado é a principal zona de atuação dos agentes econômicos e também a estrutura que condiciona a divisão do trabalho, a ampliação do comércio para territórios extranacionais seria uma espécie de estágio muito avançado de progresso material. As etapas de crescimento econômico seguem, na visão do autor, uma ordem lógica que possibilita um melhor aproveitamento das forças do trabalho e da aplicação do capital. Se uma nação se desenvolve segundo as três premissas que foram citadas, é bem provável que a prosperidade de um país seja mais organizada, com uma divisão racional da riqueza, e principalmente, menos conflituosa do ponto de vista internacional. Para entender melhor esse ponto vejamos no que consiste a classificação temporal do desenvolvimento econômico.

Segundo Smith a primeira etapa do desenvolvimento consiste na produção agrária e no pastoreio. Lembrando que o mercado existe em qualquer etapa de desenvolvimento. Neste sentido, o autor alega que “[...] o grande comércio de todo país civilizado é [...] entre os habitantes da cidade e os habitantes do campo.” (SMITH, 1996, 373). Essa relação de troca é recíproca, ou seja, tanto a cidade quanto o campo acabam lucrando. Os empresários da cidade extraem do campo os meios de subsistência e os materiais que são necessários às fábricas e manufaturas. Já os produtores do campo conseguem com o comércio das cidades os produtos que não valeria a pena produzir por conta própria sendo mais vantajoso trocar parte de sua produção por essas mercadorias. Além do mais essa especialização para produtores urbanos e rurais seria proveitosa na medida em que a divisão social do trabalho aumentasse o nível da produtividade.

Para o autor uma sociedade em estado primitivo de prosperidade reflete uma tendência ao investimento no campo. Fundamentalmente a subsistência se coloca acima dos produtos de luxo ou mesmo inovações das grandes cidades, o que torna o investimento na produção agrícola uma prioridade do ponto de vista lógico.

Assim como a subsistência, pela própria natureza das coisas, tem prioridade sobre o que são apenas comodidades e artigos de luxo, da mesma forma a atividade que garante a subsistência tem necessariamente prioridade sobre a que está a serviço das meras comodidades e do luxo. (SMITH, 1996, p. 374)

Somente com o excedente de produção do campo, ou seja, o além do necessário para manutenção das pessoas do campo, é que a cidade pode conseguir seu sustento. Posto dessa maneira a cidade e o comércio que advém dela só pode crescer na medida em que também cresce a produção do meio rural. O raciocínio de Smith nesse caso é claro. As manufaturas e o comércio exterior só podem florescer na medida em que as terras que compõem o território nacional forem cultivadas ou usadas para pastagem.

Nesse estado ainda incipiente de desenvolvimento qualquer situação que implique em paridade na taxa de lucros fará com que aquele agente frugal coloque suas economias na produção campestre. O portador do capital tem dois motivos para agir dessa maneira. Em primeiro lugar quando se investe capital em melhorias ou ampliação das terras isso significa ser “patrão de si mesmo”, trabalhar segundo os devaneios do tempo e do clima sem necessariamente prestar contas a qualquer pessoa³³.

Em segundo lugar existe a questão que envolve o grau de risco dos diferentes tipos de investimento. Numa nação da qual nem todas as terras foram cultivadas torna-se vantajoso comprar novos territórios para o cultivo, e a administração desse investimento no campo também é muito mais segura. Aquele que aplica o capital tem sob sua vista a plantação, o gado e as ovelhas de que precisa para atingir seu objetivo de conseguir lucros. Com o desenvolvimento econômico em processo dificilmente as cidades conseguem extrair seu sustento das terras que estão a sua volta. Desse modo é necessário que se importe parte dos produtos de subsistência. Esses produtos que vem de outros lugares chegam a um preço natural mais alto, pois devem pagar também os custos de transporte. Por isso a produção rural das redondezas obtém grandes lucros já que o mercado coloca o preço de suas mercadorias em paridade com aquelas que são importadas. Portanto enquanto existirem terras em abundância o investimento produtivo no campo é o mais seguro e indispensável.

Por outro lado quando a maior parte das terras já está em uso produtivo os empresários aplicam o capital na produção manufatureira e industrial por mera questão de lógica de mercado. Onde a terra é escassa o investimento na produção do campo não chama tanto a

³³ “Quando um artífice adquire um capital um pouco superior ao necessário para levar adiante sua ocupação de servir aos vizinhos do campo ele não procura na América do Norte, implantar uma manufatura para vender seus produtos em locais distantes, mas emprega seu capital para comprar, melhorar ou cultivar a terra. [...] Ele percebe que um artífice é escravo de seus clientes, dos quais auferem sua subsistência; e que um agricultor que cultiva sua própria terra, auferindo sua subsistência do trabalho de sua própria família, é realmente um patrão, independente de todos.” (SMITH, 1996, p. 375-376)

atenção. Por esse motivo o primeiro estágio de desenvolvimento é o da agricultura e o segundo da manufatura.

Assim como dito antes as cidades não podem conseguir toda sua subsistência e mesmo matéria-prima das terras mais próximas, o que obriga a importação de alguns produtos. Essa é uma primeira forma de comércio externo e só ocorre se o país em questão tiver entrado em processo de crescimento econômico sem nenhum tipo de interferência dos governos. Como é possível perceber esse tipo de comércio somente emerge quando a agricultura e a manufatura estão minimamente desenvolvidas. Nesse caso o empresário que tenha acumulado algum capital não fará seu investimento em terras, mas ampliará a produção manufatureira e industrial para que possa vender seus produtos em outro país. Esse investimento no mercado externo é o mais arriscado, pois não depende somente do empresário, mas também de agentes de fora que não podem ser supervisionados. Portanto é uma aplicação que ilustra o grau de riqueza de um determinado país, porquanto mostra que é preciso exportar capital por falta de mercado no território nacional³⁴. Posto desse modo o comércio externo deve ser o último estágio de desenvolvimento econômico.

Pelo curso natural das coisas, portanto, a maior parte do capital de toda sociedade em crescimento é primeiramente canalizada para a agricultura, em segundo lugar, para as manufaturas, e só em último lugar para o comércio exterior. Essa ordem de prioridade é tão natural que, segundo creio, sempre foi observada, até certo ponto, em todo país que dispunha de algum território. (SMITH, 1996, p 376.)

Todavia essa sequência “natural” não representa exclusividade total para cada tipo de investimento e nenhuma sociedade pode ser inteiramente agrária ou manufatureira. Nem o comércio exterior seria uma exceção. Vale lembrar, na visão do autor, o mercado é uma condição humana, então qualquer sociedade que tenha produzido mais do que o necessário para sua manutenção deve trocar seu excedente com outra sociedade em condição parecida. Portanto, a ordem temporal dos investimentos é por prioridade sendo lógico que as três fases – agricultura, manufatura e comércio externo – coexistam. O que muda é a intensidade e relevância de cada aplicação segundo a etapa de desenvolvimento na qual se encontra uma nação civilizada.

Nesse caso ainda que o comércio externo seja o último estágio de desenvolvimento econômico isso não significa que a sociedade que faça uso desse comércio tenha atingido total maturidade econômica. Um país pode muito bem manter relações comerciais com outras nações sem que isso lhe garanta tal qualidade. Adam Smith, como já foi possível perceber,

³⁴ É preciso elucidar que, segundo Smith, o comércio externo também expõe a necessidade de importação.

frequentemente usa o termo *civilizadas* para retratar aquelas sociedades mais desenvolvidas ou que estão em processo de desenvolvimento, isto é, que adotam políticas econômicas mais livres. Porém uma coisa fica clara: as nações menos desenvolvidas que seguem a “política econômica correta” evoluem mais rápido do que os países mais desenvolvidos que estão perto de “exaurir” as formas de aplicar o seu capital. Por isso a questão que envolve o comércio internacional diz respeito a todas as nações que de alguma forma participam dessa atividade. É nesse contexto que Smith constrói os princípios do comércio internacional enxergando que isso seria benéfico a todos os países civilizados³⁵.

O papel do comércio internacional para o desenvolvimento não é tão diferente quanto o papel do mercado interno. Nesse caso a dinâmica num provável mercado mundial deve seguir as mesmas diretrizes de liberdade econômica entre os produtores e comerciantes locais. Mas nesse caso existem diversos problemas de ordem política dos quais não é possível ignorar qualquer vantagem que traga ao pensamento o desejo de superioridade nacional. Os governos dificilmente adotam medidas que vão contra o benefício de seus cidadãos ou mesmo súditos e caso assim fizessem logo a revolta eclodiria. Adam Smith alerta para esse problema, e insiste que qualquer país civilizado que adote políticas liberais tende a se beneficiar de uma forma ou de outra. Desse modo o autor destaca dois problemas que podem dificultar o desenvolvimento “correto” do comércio entre sociedades diferentes: em primeiro lugar existe a questão das restrições à importação de mercadorias que podem se produzidas no próprio país; em segundo lugar há o desígnio de restringir importações de todas as mercadorias que tornam a balança comercial do país em questão desfavorável.

Naquilo que diz respeito à restrição de importações sobre produtos que podem ser produzidos no país é preciso levar em conta até que ponto isso é vantajoso. Mesmo numa relação de troca simples qualquer comerciante tem o desejo de comprar o mais barato possível e vender o mais caro possível. Se pensarmos na economia de um país, quando o valor de troca do produto do trabalho excede o valor de consumo da população temos um aumento de capital, o que acarreta numa expansão da quantidade de trabalho que se pode empregar. Na relação de troca entre duas nações ocorre exatamente isso. Coloca-se a venda o valor de troca do produto do trabalho gerando um excedente que pode ser investido na ampliação da capacidade produtiva. Mas esse benefício só faz sentido se as duas nações – ou o conjunto dos

³⁵ “Smith terminou *A teoria dos sentimentos morais*, com uma promessa que [...] nunca negou. [...] ele propôs [...] oferecer aos seus leitores uma filosofia de justiça natural, ou o que chamou de princípios que deveriam permear e ser a base das leis de todas as nações.” (BUCHAN, 2008, p. 69)

países que participam de uma economia de mercado – tiverem alguma vantagem. Não seria lógico que um tirasse proveito desse mercado e o outro não.

Quando há restrição de importação de mercadorias que podem ser produzidas no país isso ocasiona – admite Smith – um monopólio temporário no mercado interno. Isso sem dúvidas garante grandes lucros para os comerciantes e produtores desses produtos, entretanto para o autor tal interferência se mostra danosa para o conjunto dos consumidores. O mercado interno é onde perpassa o capital de todos os habitantes do país e que por força das transações internacionais pode ser movido para fora da nação de modo a beneficiar um grupo maior de trabalhadores³⁶. Desse modo o controle exclusivo do mercado interno pode significar a tirania dos governos na regulação dos preços e na forma como o capital deve ser empregado. Posto de outra maneira esse controle elimina a possibilidade de surgirem novos produtores e condiciona a sociedade a progredir de maneira menos harmônica segundo a divisão social do trabalho.

Outorgar o monopólio do mercado interno ao produto da atividade nacional, em qualquer arte ou ofício, equivale, de certo modo, a orientar pessoas particulares sobre como devem empregar seus capitais – o que, em quase todos os casos, representa uma norma inútil, ou danosa. (SMITH, 1996, p. 438)

Não obstante qualquer regulação do comércio é desnecessária quando numa situação de relativa paridade de lucros todo investimento em capital produtivo se move inicialmente para o mercado interno. Com isso a demanda será satisfeita segundo as necessidades imediatas da população não sendo relevante qualquer restrição sobre as importações visto que a produção interna existente já terá alguma correspondência direta com o consumo. Esse seria, segundo Smith, um primeiro motivo para não haver interferências no fluxo de mercadorias entre países diferentes.

Em segundo lugar qualquer indivíduo que possua um grande capital sempre deseja investi-lo a fim de obter o maior lucro possível. Smith reafirma esse princípio assentado na mesma argumentação de que não importando a circunstância nenhum governo tem capacidade de direcionar o capital e o trabalho melhor do qualquer pessoa privada. Neste sentido qualquer regulamentação sobre as importações por meios políticos não terá os melhores resultados em termos de crescimento econômico.

³⁶ “Se assim posso dizer, o mercado interno é, pois o centro em torno do qual circulam continuamente os capitais dos habitantes de cada país, e para o qual tendem constantemente todos, ainda que, em virtude de determinadas circunstâncias, esses capitais possam às vezes ser desviados desse centro e encontrar emprego em lugares ou países mais distantes.” (SMITH, 1996, p. 437)

É evidente que cada indivíduo, na situação local em que se encontra, tem muito melhores condições do qualquer estadista ou legislador de julgar por si mesmo qual o tipo de atividade nacional no qual, pode empregar seu capital, e cujo produto tenha a probabilidade de alcançar o máximo valor. (SMITH, 1996, p. 438)

O modo como a produtividade do trabalho e o acúmulo do capital podem ser operados em âmbito interno irá determinar até que ponto o comércio internacional pode ser vantajoso. De certo modo, mesmo o comércio entre nações diferentes sempre pode trazer algum benefício, pois tal relação significa sempre um aumento qualitativo dos mercados. Portanto as regras que determinam vantagens econômicas entre pequenos comerciantes também se aplica aos países que praticam o comércio entre si. Caso um país ofereça qualquer mercadoria cuja produção interna fosse muito custosa é mais vantajoso obter tal mercadoria trocando parte do produto do trabalho fabricado internamente não sendo relevante qualquer impedimento na importação dessa mercadoria. A riqueza da sociedade, ou seja, o valor de troca da produção da sociedade não será afetado em nada com isso. O importante é saber onde investir o capital para obter a máxima vantagem no mercado internacional.

O que é prudente na conduta de qualquer família particular difícil para mente constituirá insensatez na conduta de um grande reino. Se um país estrangeiro estiver em condições de nos fornecer uma mercadoria a preço [...] mais baixo do que o da mercadoria fabricada por nós mesmos é melhor comprá-la com uma parcela da produção de nossa própria atividade, empregada de forma que possamos auferir alguma vantagem. A atividade geral do país, por ser sempre proporcional ao capital que lhe dá emprego, não diminuirá com isso, [...] o que apenas resta é descobrir a maneira pela qual ela pode ser aplicada para trazer a maior vantagem possível. (SMITH, 1996, p. 439)

Essa vantagem derivada do comércio internacional só é possível na medida em que os investidores tenham a liberdade necessária para alocar seus capitais da maneira que acharem melhor. Nesse caso é evidente que o livre-mercado precisaria ser uma política universal válida em todas as sociedades que Smith entendia como sendo civilizadas. As transações entre duas nações seriam iguais àquelas praticadas por qualquer produtor ou comerciante, e ainda que o fator político estivesse presente não poderia interferir em tal relação. Não importa se as prerrogativas de um país fossem adquiridas ou mesmo “naturais”. Isso não altera em nada a ideia central do autor. Supondo que determinado país tenha grande vantagem na produção de ferramentas metálicas pouco importa se esse benefício advém da abundância de matéria-prima ou de alguma intensificação do trabalho produtivo. O caso é que se outro país perceber que pode se beneficiar do comércio trocando o excedente de sua produção por ferramentas metálicas logo não será racional produzir essa mercadoria internamente sendo que a vantagem será notória às duas nações em questão.

O segundo problema destacado por Smith relativo as restrições à importação de mercadorias diz respeito às proibições de se comprar produtos estrangeiros que tornam a balança comercial do país desfavorável. Esse assunto é um tanto mais complexo e o autor estava ciente de que argumentar contra tal concepção significaria um enfrentamento de boa parte do pensamento econômico da época, principalmente na Inglaterra³⁷. Para Smith esse tipo de política aparece devido um sentimento de animosidade entre as nações. Sobre isso é interessante notar que o autor usa como exemplo histórico as contendas entre o Reino Unido, França e Holanda, países que historicamente estiveram sempre em alguma disputa.

Para o autor existem três motivos que esclarecem como a política de restrição comercial, por meio do critério da balança comercial desfavorável, é irracional do ponto de vista econômico. Em primeiro lugar, mesmo que a relação comercial entre duas nações seja adversa naquilo que diz respeito à balança comercial isso não significa realmente uma desvantagem econômica, ou seja, uma diminuição do trabalho produtivo ou mesmo redução do capital. Se um país (B) tem condições de nos fornecer um vinho mais barato e de melhor qualidade que um país (A) será mais vantajoso comprar o vinho do primeiro mesmo que o comércio com ele se mostre avesso segundo a balança comercial. Na verdade como o vinho importado de (B) é mais barato o valor das importações desse país podem crescer. Mas isso não altera em nada a produtividade da sociedade que importa ou mesmo diminui seu capital. As vantagens comerciais não são afetadas de nenhuma forma, sendo que a relevância está no valor de troca das mercadorias produzidas internamente e na quantidade de produtos diferentes que podem ser trocados no mercado.

Em segundo lugar Smith elenca uma situação interessante que é a importação com propósitos de exportação. Mesmo que a balança comercial indique algum tipo de desvantagem na importação de mercadorias isso pode ser reparado no médio ou longo prazo caso essas mesmas mercadorias sejam exportadas. Seria o trabalho daqueles que investem seu capital na produção externa ou simplesmente na distribuição de mercadorias estrangeiras. Essa forma de investimento ocorre em sociedades de nível econômico mais avançado, o que não impede que sociedades mais atrasadas também pratiquem tal negócio, embora com menos eficácia e relevância. Por isso impedir por leis ou taxas exorbitantes a importação de mercadorias se mostra desvantajoso mesmo que a balança comercial indique que a quantidade de dinheiro saindo seja maior do que aquela entrando. Deve-se levar em conta a dinâmica em que o capital se insere nas mercadorias importadas com o fim de aferir lucros futuros.

³⁷ Nesse caso o debate de Adam Smith era com os mercantilistas que defendiam o monopólio comercial centrado no Reino Unido.

Dizendo de outra maneira por mais que a balança comercial indique uma diminuição da quantidade de dinheiro, a pretexto da importação de mercadorias estrangeiras, tal importação pode significar um tipo específico de investimento que posteriormente irá trazer um ganho maior em termos pecuniários.

Conforme o autor, importar mercadorias com o propósito de exportá-las a países diferentes jamais será um mau negócio e o país que conseguir fazer isso com a máxima eficiência gozará de grande prosperidade material. De certo modo ele pode vir a ser o empório do valor de troca da produção de todas as nações que participam do mercado que ele movimenta³⁸.

Em terceiro lugar, para Smith não é possível averiguar com clareza os pontos em que a balança comercial possa pender para um lado prejudicando economicamente um país em relações comerciais. De acordo com autor os dois instrumentos de análise usados para mostrar esse desequilíbrio são os registros da alfândega e o curso do câmbio. Sobre os registros da alfândega o autor acreditava que eles não representavam critério seguro para a avaliação do curso das importações e exportações devido à falta de exatidão com que é averiguado o conjunto das mercadorias.

[...] não existe nenhum critério seguro pelo qual possamos determinar para que lado pende o que se denomina balança comercial entre dois países, ou qual dos dois exporta o valor maior. Os princípios que geralmente ditam nosso julgamento em todas as questões referentes a isso são o preconceito e a animosidade nacionais, sempre movidos pelo interesse privado de determinados comerciantes. Existem, porém dois critérios aos quais tem se recorrido com frequência em tais ocasiões: os livros de registro da alfândega e o curso do câmbio. Quanto aos registros da alfândega, admite-se comumente hoje – assim acredito – que constituem um critério muito pouco seguro, devido à inexatidão com que a maior parte das mercadorias são neles avaliadas. (SMITH, 1996, p. 455)

No que diz respeito ao câmbio entre dois lugares que fazem comércio é lógico afirmar que quando os débitos de um país (A) são compensados pelos débitos de um país (B) existe uma relação de paridade cambial. Assim o curso do câmbio constitui uma indicação possível do estado de débito e crédito entre os dois países. Nesse caso o curso do câmbio também pode ser indicativo do nível de importação e exportação entre (A) e (B), pois o crédito e débito – em tese – determinam essa proporção. Mesmo assim isso não significa que o curso normal do câmbio pode apontar com precisão qualquer cálculo prejudicial na balança comercial, seja para o país (A) ou (B). O caso é que na relação comercial entre dois países, que

³⁸ “[...] todo país que tenha participação considerável no comércio de transporte externo de mercadorias sempre se torna o empório, vale dizer, o mercado geral para as mercadorias de todos os diversos países cujo comércio ele movimenta.” (SMITH, 1996, p. 437)

provavelmente estão inseridos no mercado mundial, nem sempre o curso normal do crédito e do débito determina o curso normal das transações comerciais já que tais relações implicam interações econômicas entre vários lugares. Nesse caso a proporção entre débito e crédito só tem validade para análise da proporção entre exportação e importação na média em que leve em conta o conjunto das relações comerciais no mercado mundial. Se, por exemplo, o país (A) usasse títulos do país (B) para pagar mercadorias importadas dos países (C), (D) e (E), então o curso normal do débito e do crédito de (A) não poderia ser examinado levando em conta apenas sua relação comercial com (B), sendo que (C), (D) e (E) teriam de entrar na equação. Portanto por mais que (A) fosse obrigado a enviar dinheiro para (B) isso não significaria que o nível de exportação e importação do primeiro fosse desfavorável em relação ao segundo.

Conforme Smith na relação comercial entre dois países a vantagem é sempre evidente para ambos na medida em que não haja interferências políticas no processo econômico. Cabe ressaltar que não só a proibição de certas importações é vista pelo autor como uma política econômica perniciosa, mas também a criação de subsídios com o intuito de combater estas mercadorias importadas. Como já dito antes a intervenção política é prejudicial ao desenvolvimento normal das nações na medida em que prejudica ou beneficia certos investimentos, que pela oferta e demanda, não deviam fracassar ou alcançar sucesso. Porém o ponto destacado pelo autor é que na relação comercial e livre entre duas nações, embora as duas sempre acabem ganhando, também é verdade que uma pode ganhar mais do que a outra³⁹.

Com base nessa óptica vale ressaltar a contribuição de Ricardo no entendimento do comércio internacional. Também sendo um autor liberal ele procurou explicar a questão das vantagens comerciais por meio do critério comparativo. Adam Smith expôs que não é racional produzir mercadorias que podem ser compradas com parte da produção interna, e Ricardo reafirma essa ideia elencando o mecanismo analítico que evidencia tal vantagem. A ideia básica ricardiana é que os investimentos de um país devem se limitar na produção de mercadorias que em comparação com a produção em outros países leve alguma vantagem na quantidade de trabalho empregado. Por isso podemos afirmar que Ricardo desenvolveu uma teoria das *vantagens comparativas*. Não obstante para esclarecer melhor a ideia de vantagens

³⁹ “[...] o comércio, que sem violência ou coação, é efetuado com naturalidade e regularidade entre dois lugares, sempre traz vantagem para os dois lados ainda que essa vantagem não seja sempre igual para ambos.” (SMITH, 1996, p. 467)

comparativas vejamos o exemplo que Ricardo usou quando discutiu a relação comercial entre Portugal e Inglaterra:

A Inglaterra pode estar em tal situação que, necessitando do trabalho de 100 homens [...] para fabricar tecido, poderia contudo precisar do trabalho de 120, se tentasse produzir vinho. Em tais condições a Inglaterra deve julgar de seu interesse importar vinho, comprando mediante exportação de tecido. Em Portugal, a produção de vinho pode requerer somente o trabalho de 80 homens [...] enquanto a fabricação de tecido exija o emprego de 90 homens [...]. Será portanto vantajoso exportar vinho em troca de pano. Esta troca pode ocorrer mesmo que a mercadoria importada pelos portugueses pudesse ser produzida em seu país com menor quantidade de trabalho que na Inglaterra. Embora Portugal pudesse fabricar o tecido com o trabalho de 90 homens, deveria ainda assim importá-lo de um país onde fosse necessário o emprego de 100 homens, porque lhe seria mais vantajoso aplicar seu capital na produção de vinho, pelo qual poderia obter mais tecido da Inglaterra do se desviasse recursos do cultivo da uva para a manufatura de panos. (RICARDO, 1978, p. 325)

No referido exemplo, posto que a Inglaterra necessite de 120 homens para produzir o vinho e Portugal apenas 80 deve-se levar em conta também o dispêndio de trabalho na produção de tecido em ambos os países. Se Portugal precisa de 90 homens na fabricação de panos e a Inglaterra necessita de 100, então a diferença relativa no consumo de mão de obra entre as duas mercadorias deve determinar qual o investimento mais vantajoso para portugueses e ingleses. Visto que a diferença no custo do tecido da Inglaterra para Portugal é de $100 - 90 = 10$ e do vinho $120 - 80 = 40$, então é mais vantajoso para Portugal aplicar seu capital na fabricação de vinho, pois em comparação com Inglaterra necessita de 40 trabalhadores a menos na produção de tal produto. A Inglaterra se especializa em tecido, porque na produção dessa mercadoria precisa apenas de 10 trabalhadores a mais para equivaler com Portugal. Por meio disso podemos afirmar que é mais racional para os ingleses empregar seu capital naquela atividade que lhe de menos desvantagem comparativa em relação aos portugueses.

O que esse exemplo nos mostra é que mesmo o país com aparente desvantagem em termos de capacidade produtiva acaba lucrando por meio do comércio externo. Qualquer país exporta mercadorias porque a demanda externa supera a demanda interna, o que supõe um ganho maior importando produtos que são melhores produzidos em outros países. A troca não é necessariamente equivalente, mas pode sempre trazer algum benefício. Segundo Smith, o país que se apresente com menor grau de desenvolvimento em vez de impedir o mercado com as nações mais desenvolvidas devia repensar suas estratégias. Apesar da riqueza de um país vizinho refletir algo perigoso em tempos de guerra o mesmo não é válido em tempos de paz e prosperidade comercial. É evidente que se prefere um cliente rico no lugar de um pobre, então

se alguma nação rica tiver interesse em comprar as mercadorias de um país menos desenvolvido, a vantagem para este último se revela no mercado que ele pode movimentar.

Todavia a relação do mercado externo com o desenvolvimento nacional não é necessariamente de determinação, ou seja, um aumento do comércio externo não causa de imediato a prosperidade econômica de um país. A renda total da sociedade equivale ao valor de troca de sua produção e um aumento do comércio externo não muda espontaneamente esse valor. Se um grupo de mercadorias importadas tiver seu valor de troca reduzido pela metade então isso aumentará a quantidade de mercadorias importadas que se possa consumir. Se o consumo de tais produtos continuasse o mesmo os rendimentos da sociedade em questão poderiam ser usados na compra de mais mercadorias nacionais que antes eram exportadas ou de outras mercadorias importadas. De qualquer forma o valor de troca, isto é, a renda do país não mudaria com isso.

É nesse ponto que Adam Smith expõe sua argumentação derradeira contra a ideia da balança comercial desfavorável. Como o valor de troca da sociedade equivale a renda total da sociedade então esse mesmo valor deve ser superior ao consumo total da sociedade. Quando isso ocorrer o capital do conjunto das pessoas deve aumentar em relação a esse excedente. Em tal situação um país vive nos limites de sua renda e ainda economiza uma parte que será acrescentada em seu capital total, o que possibilita a ampliação dos investimentos e aí sim um aumento do valor de troca de sua produção. Por outro lado se o consumo exceder o valor de troca haverá queda de capital em função da insuficiência da renda. Com isso haverá diminuição do capital e queda valor de troca da produção.

Assim sendo, a vantagem do comércio externo para o crescimento econômico não deve ser vista pura e simplesmente pela balança comercial em termos de importação e exportação, mas antes pelo nível do valor de troca da produção e do consumo da sociedade⁴⁰. Nesse sentido é possível uma nação importar uma quantidade de mercadorias maior do que exporta sem que isso altere as vantagens comerciais que se refletem no aumento do valor de troca da produção do país em questão. Também é plausível argumentar que mesmo o aumento das dívidas contraídas com países mais ricos não altera a riqueza de uma dada sociedade. O comércio internacional sempre será vantajoso para os países que participam dele na medida em que proporcionar um aumento no valor de troca da produção anual de cada país. É

⁴⁰ “Na verdade há outra balança, [...], e que é bem diferente da balança comercial – esta sim, conforme for favorável ou desfavorável, necessariamente gera a prosperidade ou o declínio de uma nação. É a balança de produção e consumo anuais.” (SMITH, 1996, p. 474)

somente a partir dessa vantagem que a ampliação do mercado externo contribui com a prosperidade econômica das nações.

1. 5. Considerações sobre Adam Smith e o desenvolvimento

Em nossa breve descrição sobre os estudos realizados por Adam Smith alguns pontos devem ser considerados. Primeiramente o autor deixou uma grande contribuição para o pensamento econômico naquilo que diz respeito às diretrizes sociais e políticas que determinam a produção e distribuição da riqueza. Não é exagero afirmar que ele foi o fundador do pensamento econômico moderno sendo que o principal objetivo de sua obra foi explicar as causas para o enriquecimento do conjunto das nações. Em segundo lugar, diferente do que às vezes é propagado por alguns liberais contemporâneos, Smith não realizou um trabalho puramente abstrato embora em certos aspectos a experiência europeia lhe tenha parecido desagradável⁴¹. O fato é que a contribuição de Smith para as ciências sociais é incontestável. Seu trabalho influenciou duas das maiores correntes de pensamento no campo científico social, nesse caso, o liberalismo e o marxismo. Evidente que foi no campo liberal onde suas ideias foram mais conservadas perpassando por David Ricardo e Jean Baptiste de Say, inclusive autores citados na presente pesquisa.

Não obstante quando se estuda o que o autor entendia por desenvolvimento econômico suas ideias se apresentam de forma muito ampla o que dá margem para diversas interpretações. Segundo nossa análise, podemos afirmar que existem três fatores que constituem as causas para o desenvolvimento econômico: disponibilidade de capital, aumento da produtividade do trabalho e finalmente a livre-iniciativa ou livre-mercado. Esses três fatores estão vinculados, mas aquilo que lhes dá estrutura é a condicionante da natureza humana que foi entendida como a propensão à troca. O mercado aparece nesse caso como uma espécie de “motor da história”, pois é ele que possibilita a acumulação do capital, a divisão, e produtividade do trabalho. Uma vez que essa ideia é colocada, não em nível de um mercado local, mas de um comércio internacional, a concepção de desenvolvimento passa a ser mais global. Nesse sentido para o autor nenhuma sociedade civilizada poderia atingir seu ponto máximo de crescimento de modo independente o que implica proferir que todo desenvolvimento econômico nacional acaba inserido na estrutura internacional.

Assim como fora descrito, Smith pensava que existia uma ordem “natural” para o progresso econômico, e o comércio externo seria o último estágio histórico desse processo.

⁴¹ No livro III de *A Riqueza Nações* Smith chega a fazer um pequeno estudo histórico sobre o desenvolvimento da Europa e conclui que o continente progrediu de maneira “incorreta” segundo a ordem histórica natural do crescimento econômico.

Contudo, quando o autor discutiu os princípios teóricos do mercado exterior, deixou a entender que mesmo as sociedades menos desenvolvidas poderiam obter vantagens econômicas de um comércio de longa distância. Todavia não seria prudente para uma sociedade pouco avançada aplicar seu capital prioritariamente na atividade comercial externa. O capital interno de um país pobre deve ser aplicado segundo a necessidade da sociedade o que implica na primazia pelo investimento no campo, depois na indústria e por último no comércio externo. Então pela disponibilidade de capital partiria das nações mais ricas fazer comércio direto com sociedades atrasadas o que não seria problema para estas últimas já que são sempre preferíveis clientes ricos ao invés de pobres. Caso um país ainda esteja na fase da agricultura e tenha atingido alta produtividade nessa atividade será vantajoso exportar seu excedente de subsistência. Mas o resultado disso pode ser visto a partir de dois ângulos. Por um lado essa vantagem no comércio externo pode significar um crescente deslocamento de capital da agricultura para a produção industrial. Nesta sociedade o crescimento econômico ocorrerá de forma harmoniosa sendo que sua agricultura, sua indústria, e sua atividade comercial externa alcançarão um grau elevado de desenvolvimento. Essa ideia foi muito bem colocada por Say⁴².

A partir desse prisma a lógica temporal proposta por Smith não é totalmente negada. O ponto a ser destacado é que um determinado ramo da produção não tem condições de se desenvolver sem que os outros também tenham florescido. Nesse caso por mais que a produção agrícola possa valer-se do comércio externo, a indústria da sociedade e a atividade comercial de longa distância devem seguir uma ordem específica de desenvolvimento. Através dessa ordem a atividade geral do país pode seguir um curso mais estável de crescimento econômico.

Por outro lado o comércio entre nações mais desenvolvidas (aquelas que desenvolveram sua agricultura, sua indústria e seu comércio externo) e menos desenvolvidas (países que ainda não cultivaram todas as suas terras, com uma manufatura insipiente e um comércio externo pouco dinâmico) pode levar a uma intensificação da divisão social do trabalho o que significa uma especialização regional da produção. Sob esse ponto de vista um país desenvolvido não precisa necessariamente ter a manufatura e a indústria⁴³ inteiramente desenvolvidas. Basta produzir a mercadoria que via comércio externo de maior vantagem comparativa com os produtos que serão importados. Isso significa que se uma nação investe

⁴² “É por mera distinção fútil que as nações se classificam em nações agrícolas, manufatureiras e comerciais. Se uma nação é bem sucedida na agricultura, é razão para que prosperem suas manufaturas e seu comércio; se suas manufaturas e seu comércio são florescentes, sua agricultura irá melhor.” (SAY, 1986, p. 141)

⁴³ Referimos-nos a indústria no sentido mais moderno de produção mecanizada.

seu capital prioritariamente na produção de uvas, de soja, de milho ou na extração de recursos naturais é porque isso lhe dá alguma vantagem no processo de troca no mercado externo. Esta é uma leitura possível da dinâmica do comércio internacional e é provável que Ricardo tenha sido um dos primeiros a expor essa ideia⁴⁴.

Entretanto isso não significa que uma nação pode ser exclusivamente agrária ou exclusivamente industrial. Qualquer país civilizado deve ter alguma atividade industrial e não por menos uma produção de subsistência. O trabalho de Malthus (1983) sobre o problema do contingente populacional influenciou as ideias de Ricardo em relação ao desenvolvimento econômico e o papel do comércio exterior. Por isso este autor demonstrou certa preocupação com a produção de subsistência alegando que o aumento da produtividade nesse setor, em locais específicos, e com fins de exportação seria vantajoso a todos os países. Essa interpretação não é menos consistente com Ricardo do que com o próprio Adam Smith – para quem a ordem do desenvolvimento econômico tinha uma lógica mais definida. Mas a principal convergência entre eles reside na ideia de livre-mercado como estrutura que dinamiza o comércio internacional naquilo que diz respeito à produção de cada país.

E aqui chegamos num ponto central sobre Adam Smith, o funcionamento do livre-mercado. Se o mercado é a instituição que condiciona a divisão do trabalho e, por isso o aumento da produtividade do trabalho, há de se argumentar em que sentido tal instituição pode trazer algum malefício para o desenvolvimento econômico. Para o autor os problemas de um mercado mal organizado residem na possível interferência política “extramercado”. A intervenção governamental se mostra danosa, pois corrompe os bons investimentos quando são privados e esbanja capital quando o investimento é público. Em outras palavras Smith não acreditava que nenhum governo tivesse capacidade de movimentar de forma racional o capital da sociedade. A mão de obra nesse caso não é alocada com a máxima eficiência e a ordem lógica do desenvolvimento não consegue seguir seu curso “natural”. A especialização regional da produção que intensifica a divisão do trabalho seria colocada de outra forma e somente alguns poucos comerciantes e produtores sairiam lucrando juntamente com os agentes do Estado.

⁴⁴ “Num sistema comercial perfeitamente livre, cada país naturalmente dedica seu capital e sua mão-de-obra (sic) à atividade que lhe seja mais benéfica. Esta busca da vantagem individual é admiravelmente associada ao bem universal do conjunto. [...] Este é o princípio que determina que o vinho deve ser feito na França e em Portugal, que os cereais sejam cultivados na América e na Polônia, e que as ferragens e outros bens sejam manufaturados na Inglaterra.” (RICARDO, 1978, p. 325)

A partir dessas ponderações pode-se afirmar que Adam Smith foi realmente um pensador antimonopólio⁴⁵. Toda sua argumentação e defesa de uma atividade econômica livre têm a função de combater os prováveis acordos obscuros entre grandes empresários e agentes governamentais. A ideia de controle de preços (preço de mercado) por um grupo reduzido da sociedade era vista pelo autor com algo autoritário e avesso a qualquer desenvolvimento econômico relativamente disperso, que alcançasse todas as classes sociais, e em termos de um mercado internacional, que proporcionasse riqueza a todas as nações. Mas é bom lembrar que o autor afirma que a atividade comercial absolutamente livre era inexistente mesmo na Europa de seu tempo⁴⁶. Há momentos em que ele chega a defender a intervenção do Estado na economia: num primeiro caso em prol da defesa da nação⁴⁷ e em segundo caso para combater a política econômica perniciosa de nações vizinhas. Dessa maneira não é plausível proferir que o autor estava limitado em suas próprias teorias e nem que ele separava o campo econômico do político.

Finalizando esse capítulo é preciso ainda esclarecer dois fatores sobre Adam Smith e seu entendimento do progresso econômico. Em primeiro lugar o autor apesar de usar o termo *capital* para se referir aos recursos materiais indispensáveis para ampliação da riqueza, não chega a citar o termo *capitalismo*. Desse modo, embora seja possível afirmar que ele tenha sido um dos precursores de uma teoria do capitalismo enquanto sistema, também não é absurdo argumentar que o que ele estava apontado era simplesmente as determinantes para o melhor funcionamento do mercado. Levando isso em conta seria interessante questionar se o mercado por si só se constituiu como sistema ou se ele é apenas uma instituição histórica com formas variadas segundo as estruturas temporais lhe dão sentido. Resumindo, sob o prisma dos estudos de Smith, e embora possa parecer absurdo do ponto de vista teórico, poderíamos questionar (não afirmar) se mercado e capitalismo equivalem às mesmas práticas.

Em segundo lugar a ideia de desenvolvimento de Smith está pautada na aceção de que existe uma natureza humana que move a sociedade segundo uma direção pré-determinada. Essa natureza é a propensão à troca, a prática de permutar o excedente de produção com outras pessoas em condição parecida. Não vem ao caso discutirmos agora se todas as sociedades praticavam o comércio mesmo que de modo simples. O fato é que Smith pensava que sim. Portanto se as trocas aumentam a divisão do trabalho e tal divisão aumenta a

⁴⁵ Podemos dizer antimonopólio do tipo comercial como defendido pelos mercantilistas.

⁴⁶ Cf. SMITH, 1996, p. 451, 147.

⁴⁷ Sobre esse assunto Smith é bem claro quando elenca a importância da lei de navegação inglesa: “Visto que, [...] a defesa é mais importante que a riqueza, a lei da navegação representa possivelmente, a mais sábia das leis comerciais da Inglaterra.” (SMITH, 1996, p. 445)

produtividade do trabalho⁴⁸, sendo que o estágio máximo desse processo é o comércio entre sociedades diferentes⁴⁹, que trocam produtos diferentes entre si, então o progresso econômico se apresenta como inevitável, mesmo que possa haver alguns desvios⁵⁰. A vista disso, podemos concluir que existe na obra do autor uma noção um tanto evolucionista de história da qual o progresso material e civilizatório deve chegar num dado momento a qualquer sociedade do gênero humano numa espécie de círculo vicioso da riqueza⁵¹.

⁴⁸ O que resulta em aumento de produtos que podem ser consumidos e aumento do capital.

⁴⁹ Nesse caso o comércio entre nações.

⁵⁰ Intervenção indevida dos governos.

⁵¹ Desse modo o modelo de crescimento econômico de Adam Smith pode ser entendido “[...] em termos do que Myrdal batizou de um processo de “causalidade circular cumulativa” e, em seus traços essenciais, consiste no seguinte: o crescimento da produtividade do trabalho, que tem origem na divisão e especialização do processo de trabalho, ao proporcionar o aumento do excedente dos salários permite o crescimento do estoque de capital, variável determinante do volume de emprego produtivo; a pressão da demanda por mão-de-obra (sic) sobre o mercado de trabalho, causada pelo processo de acumulação de capital, provoca um crescimento concomitante dos salários e, pela melhora das condições de vida dos trabalhadores, da população; o aumento paralelo do emprego, salários e população amplia o tamanho dos mercados que, para um dado estoque de capital, é o determinante básico da extensão da divisão do trabalho, iniciando-se assim a espiral de crescimento.” (FRITSCH apud SMITH, 1996, p. 9-10)

2. O CAPITALISMO HISTÓRICO SEGUNDO A ANÁLISE DOS SISTEMAS-MUNDO

O objetivo do presente capítulo consiste em descrever como a análise dos sistemas-mundo interpreta o desdobramento histórico do sistema capitalista. Tal exposição começa levando em conta aspectos de ordem epistemológica da história ciência tendo em vista a contribuição de Braudel. E a partir dessa contribuição o capítulo segue discutindo os mecanismos de transformação do sistema econômico capitalista bem como as condicionantes estruturais para que tal sistema se perpetue no tempo. Por meio desse caminho procuramos esclarecer da maneira mais inteligível possível o significado dos dois principais conceitos da análise dos sistemas-mundo: *capitalismo histórico* e *economia-mundo capitalista*. Em suma tais conceitos embasam a problemática do desenvolvimento econômico tanto em termos teóricos quanto históricos. Portanto a partir desse ponto da pesquisa sempre que os termos *capitalismo* ou *sistema capitalista* aparecerem seu sentido conceitual será igual ao de capitalismo histórico e economia-mundo capitalista.

2. 1. Constituição da abordagem

A análise de sistemas-mundo (ASM), também conhecida como Economia Política dos Sistemas-mundo (EPSM), se constituiu por volta década de 1970, por um grupo de pesquisadores interessados em institucionalizar a obra do sociólogo Immanuel Wallerstein. Seu arcabouço teórico vem de várias correntes de pensamento tendo influência da teoria da dependência, algumas teses marxistas, e principalmente da *Escola dos Annales*. Entre alguns autores que contribuíram para a formação da abordagem estão Samir Amin, Andre Gunder Frank, Theotonio dos Santos e Terence Hopkins. Contudo existem três autores que são identificados como os precursores mais importantes da perspectiva. Trata-se do já citado Immanuel Wallerstein, o economista Giovanni Arrighi e o historiador Fernand Braudel.

Fernand Braudel nasceu em 1902 na França e se formou em história na Universidade de Sorbonne. Todavia iniciou sua carreira profissional na Argélia onde morou por aproximadamente dez anos (1923-1932). Esse tempo no continente africano provavelmente contribuiu para a formação de suas ideias. Em 1933 fez parte do grupo de intelectuais franceses que ajudaram a fundar a Universidade de São Paulo, onde inclusive foi professor, entre 1935 e 1937. Ainda nessa época participou de um profundo debate com seu conterrâneo Claude Levi Strauss acerca da relação entre história e ciências sociais. Voltou para Europa e durante a Segunda Guerra Mundial foi convocado e acabou prisioneiro dos alemães em 1940 permanecendo preso até o fim da guerra. Mesmo em cativeiro conseguiu escrever uma de suas

obras mais importantes, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico à época de Filipe II*⁵². Braudel se destacou como um dos mais influentes historiadores econômicos do século XX e um dos principais nomes da Escola dos Annales.

O sociólogo Immanuel Wallerstein nasceu nos Estados Unidos no ano de 1930. Quando ainda era muito jovem mostrou-se interessado no estudo dos movimentos anticolonialistas. Provavelmente por causa disso dedicou muito tempo pesquisando a África pós-colonial. Pelas observações sobre esses assuntos passou a estudar cada vez mais as políticas internacionais e a formação histórica da economia mundial. Foi influenciado pelo pensamento de Marx quanto ao condicionamento econômico nas decisões de ordem política, bem como as teses sobre exploração do trabalho, e o problema acerca do conflito de classes no capitalismo. No entanto sua concepção de pesquisa histórica tem como base a contribuição dos Annales, principalmente de Braudel. Wallerstein escreveu várias obras importantes entre elas *O capitalismo histórico* e *O sistema mundial moderno*.

Por fim, Giovanni Arrighi nasceu em Milão no ano de 1937 sendo ele formado em economia e sociologia. Arrighi, como Wallerstein e Braudel, também passou um tempo na África, onde estudou os possíveis meios de desenvolvimento econômico naquele continente. Teve influência de autores tanto liberais quanto marxistas. Ainda assim seus estudos sobre a história do capitalismo são estruturados segundo a proposta metodológica de Braudel. Entre os três autores que embasam a análise dos sistemas-mundo, Arrighi foi o que mais se debruçou sobre o problema do desenvolvimento econômico. Muitas de suas teses dizem respeito à dificuldade de países economicamente mais fracos em alcançar um patamar satisfatório de condição material. Entre seus livros mais importantes está o *Longo Século XX* e *Adam Smith em Pequim*.

A percepção desses autores sobre a formação da economia mundial, dos diferentes conflitos de ordem política e do percurso histórico da civilização ocidental, desde o século XV, indica a visão da abordagem sobre o desenvolvimento histórico capitalista. Não obstante esta perspectiva guarda certas características de ordem teórica que lhe dão sentido analítico. Por causa disso não é razoável explicar o que a abordagem entende por capitalismo histórico sem antes apresentar as diretrizes fundamentais construídas principalmente por Braudel.

2. 2. Aspecto metodológico

A análise dos sistemas-mundo não é uma abordagem tão antiga no meio acadêmico e não é muito conhecida nos cursos de ciências sociais. No Brasil a perspectiva é mais

⁵² Escreveu em cadernos e de memória, com o fim da Guerra retomou essas anotações e concluiu a obra.

conhecida entre economistas e teóricos de relações internacionais. E para tais pesquisadores existe uma relação imprescindível entre ciência histórica e as ciências sociais⁵³. Entretanto a história como ciência não é unanimidade nas ciências sociais, em especial na economia política. Mesmo entre alguns marxistas a concepção de etapismo social transformou a história num estudo meramente teleológico. O aporte da perspectiva sistêmica é nesse caso um esforço na superação de barreiras ainda existentes entre a história enquanto ciência e outras ciências sociais.

Segundo Braudel (1972) a ciência histórica passou por uma crise quando seu papel foi a de ciência puramente descritiva. A vista disso o diálogo com as ciências sociais nem sempre se mostrou conciliador. Claude Levi-Strauss, por exemplo, tentou afirmar que a história seria a ciência das *estruturas conscientes* das sociedades. Isso significa que a função do historiador se constitui por descrever a vida social sem diretrizes indutivas. As *estruturas inconscientes*, para usar o termo de Levi-Strauss, só podiam ser analisadas por uma ciência que identificasse as regras fundamentais e estruturais que regem as diferentes sociedades. É assim que se estabelece o emprego da etnografia e etnologia⁵⁴.

O problema dessa forma de pensamento é que a cientificidade da história perde seu potencial analítico. Ou pior, a história se torna uma ciência de importância secundária. Levando em conta esse problema Braudel analisa que qualquer estrutura social – por mais profunda que seja – não escapa do processo de mudança. Mas para entender o que exatamente são essas estruturas históricas mais profundas é preciso entender o que muda mais lentamente em relação a outros fenômenos que mudam mais rápido. Nesse caso a relevância de qualquer ciência histórica reside na compreensão das temporalidades.

[Algumas] ciências sociais estão bastante mal informadas da crise que a nossa disciplina atravessou [...] e tem tendência para desconhecer [...] um aspecto da realidade social de que a história é, se não hábil vendedora, pelo menos bastante boa servidora: a duração social, esses tempos múltiplos e contraditórios da vida dos homens que não são só substância do passado, mas também matéria da vida social actual (sic). (BRAUDEL, 1972, p. 10)

A concepção de que existe mais de uma temporalidade em qualquer estudo histórico é fundamental para compreensão do sistema capitalista. Portanto a abordagem sistêmica parte sempre do chão da história na explicação de qualquer fenômeno social, seja este no âmbito

⁵³ Mas sobre esse assunto (relação entre história e ciências sociais) não há como esquecer a contribuição marxista no campo da economia, da sociologia e da política. Marx e Engels (2008) assumiram que todo aspecto da vida social sempre muda de alguma forma sendo que o estudo da sociedade prescinde sempre do movimento histórico. Em alguns aspectos a contribuição destes dois autores transformou a história na ciência social por excelência

⁵⁴ Cf. LEVI-STRAUSS, 1967, p. 14.

político, cultural-ideológico ou econômico. O importante é saber contextualizar e relacionar as diferentes temporalidades que condicionam os fenômenos históricos. Segundo Wallerstein, a contribuição dos *Annales* está em defender uma história mais analítica do que simplesmente consecutiva⁵⁵. Como será discutido mais a frente, se a análise dos sistemas-mundo considera alguma forma de desenvolvimento, este sempre será histórico. Portanto segundo essa abordagem será mais coerente falar em capitalismo histórico ao invés de uma teoria do capitalismo ainda que o aspecto teórico se mostre indispensável.

Voltando a questão das diferentes temporalidades, Braudel apontava que existem três formas fundamentais de analisar o movimento histórico. De acordo com o autor os fenômenos sociais podem ser observados a partir da curta duração (eventos), da média duração (conjuntura), e da longa duração (estrutura). O tempo eventual está ligado aos fatos de apresentação imediata e de fácil percepção dos agentes envolvidos. Mesmo assim todo evento guarda um mínimo de importância, pois sempre está firmado numa base social que representa condicionantes mais complexos. O que Braudel chama a atenção em relação aos fenômenos de curta duração diz respeito à miragem que eles podem causar. O *acontecimento* passa a impressão de que a mudança ocorreu em todo o contexto social, contudo ele apenas ilustra tendências que já perduram há algum tempo.

Assim, por exemplo, o termo acontecimento. No que me respeita, agradar-me-ia encerrá-lo, na curta duração: acontecimento é explosivo, ruidoso. Faz tanto fumo que enche a consciência dos contemporâneos; mas dura um momento apenas, apenas se vê sua chama. (BRAUDEL, 1972, p. 12-13)

A curta duração é entendida como a medida do indivíduo em sua vida cotidiana pela consciência do atual: um acidente, um “ataque terrorista”, o craque da bolsa, o preço da soja ou uma nova lei que é sancionada. Esses episódios de tempo breve são narrados pelo jornalista ou por especialistas de área, hoje chamados de comentaristas⁵⁶, com o propósito de passar às pessoas uma interpretação imediata dos fatos. Entretanto tal modo de enxergar o tempo não explica tendências sociais mais longas, e muito menos mudanças mais complexas de aspecto econômico. Afinal se o preço das *commodities* aumenta durante o período de um mês, o que isso representa para o país que exporta tais mercadorias? Se o PIB do país aumentar 0,5% ou 1% isso significa que ele entrou em processo de desenvolvimento? Provavelmente esses elementos não ajudariam a fazer qualquer afirmação definitiva.

⁵⁵ “[...] a escola dos *Annales* nos ensinam que a maneira de responder a um *problème* é com a *histoire pensée*, não como uma *histoire historisante* (ou seja, uma história analítica em lugar de uma história cronológica) [...]” (WALLERSTEIN, 2012, p. 219).

⁵⁶ Um exemplo disso é o comentarista de economia, hoje presente em quase todos os telejornais.

Conforme Braudel por trás dos eventos é possível enxergar outro tempo mais extenso. Nessa temporalidade os fatos não são estudados na passagem de dias ou alguns meses. O preço da soja é colocado dentro da lógica do mercado e os fenômenos de ordem política são contextualizados. Em termos de história econômica essa média duração contribui para o entendimento das oscilações da produção e circulação das mercadorias, inclusive aquilo que diz respeito ao preço da força de trabalho. Caso o desenvolvimento econômico seja uma realidade então não é possível analisá-lo partindo de uma temporalidade que não se aprofunde além das mudanças imediatas. A *conjuntura*⁵⁷ diz respeito a esse tempo médio onde a realidade social mais estável sofre algumas mudanças.

O tempo mais longo pode ser entendido como o tempo da mudança lenta e extremamente profunda, mas que só é perceptível depois que as estruturas são minimamente superadas. Essa mudança é tão vagarosa que pode ser percebida como transformação semimóvel. Trata-se da reprodução da vida em aspectos de quase permanência. É uma realidade inflexível que embora sofra alterações está sujeita a uma complexidade de mecanismos organizacionais. Assim, a *longa duração* caracteriza o tempo das instituições que perduram por muito tempo, e das regras sociais que condicionam a ordem estabelecida. Ela diz respeito a práticas sociais que formam uma espécie de esqueleto histórico no qual as regras históricas de um sistema social histórico se definem. A longa duração é o tempo das *estruturas históricas*.

Para a análise dos sistemas-mundo as estruturas por mais complexas e profundas, ou mesmo inconscientes que sejam sempre serão históricas. Toda sociedade tem seus mecanismos de coordenação da vida social, ou seja, tem estruturas onde se fundamentam as regras organizacionais que lhe dão a forma de sistema. Contudo nenhum conjunto complexo de estruturas pode ser entendido como atemporal. Tão pouco é aceitável que certas estruturas tenham caráter generalizador. A vantagem de analisar o tempo a partir da longa duração é exatamente perceber que todo sistema social é histórico⁵⁸. No estudo de sistemas complexos a mudança pode se ofuscar diante de estruturas que aparentam ser imutáveis. Mas admitindo que o imutável seja, em vez disso, de longa duração nada pode escapar do estudo histórico.

⁵⁷ “Surge uma nova espécie de narração histórica – pode dizer-se “recitativo” da conjuntura, do ciclo ou até do “interciclo” – que oferece à nossa escolha uma dezena de anos, um quarto de século e, em última instância, meio século do ciclo clássico de Kondratieff.” (BRAUDEL, 1972, p. 17)

⁵⁸ “A longa duração é o correlato temporal [de sistemas complexos]. Ela reflete a insistência em que os [sistemas sociais] são “sistemas históricos”, isto é, que tem começos, vidas e fins. Isso deixa claro que as estruturas não são “imóveis”, insistindo além disso na existência de “transições” de um sistema histórico para seu sucessor ou sucessores.” (WALLERSTEIN, 2006, p. 306)

Os observadores do social entendem por *estrutura* uma organização, uma coerência, relações suficientemente fixas entre realidades e massa sociais. Para nós, historiadores, uma estrutura é, indubitavelmente, um agrupamento, uma arquitetura; mais ainda, uma realidade que o tempo demora imenso a desgastar e a transportar. Certas estruturas são dotadas de uma vida tão longa que se convertem em elementos estáveis de uma infinidade de gerações: obstruem a história, entorpecem-na e, portanto, determinam seu decorrer. (BRAUDEL, 1972, p.21)

Segundo Wallerstein (2006) a análise histórica do capitalismo ganha em qualidade quando relaciona as três temporalidades propostas por Braudel. No que diz respeito ao desenvolvimento econômico Arrighi foi quem procurou estabelecer as tendências de média e longa duração⁵⁹ em termos cíclicos numa economia mais global. No entanto antes de adentrar na explicação sobre o desenvolvimento capitalista é necessário explicar uma última premissa metodológica da perspectiva sistêmica.

Braudel tinha uma concepção peculiar quanto à postura do pesquisador em relação ao objeto de estudo. Para o autor a pesquisa histórica deve sempre partir da investigação empírica. Pode parecer que isso não oferece nenhuma afirmação teórica nova. Mas no caso de Braudel a empiria não significa o rigor do experimento (como no positivismo) ou um artifício usado para validar teorias. Sobretudo, é a pesquisa numa pluralidade de fontes documentais e de outra natureza. Ela é a condição basilar na construção de conceitos históricos. Dizendo de outra forma, o autor propõe que estudos históricos sejam realizados sem a obrigatoriedade de aplicação de modelos explicativos, isto é, sem padrões conceituais *a priori*. Mas que fique clara uma coisa: o autor não está com isso defendendo qualquer noção de neutralidade científica. Uma interpretação dessas não tem relação alguma com Braudel ou mesmo Wallerstein e Arrighi. A abordagem sistêmica parte do princípio de que modelos explicativos devem ser instrumentos norteadores dos quais a pesquisa empírica se beneficia numa espécie de revisão histórica dos conceitos⁶⁰.

Isso não significa a abolição da explicação teórica e muito menos a afirmação imparcial do pesquisador. Para dar um exemplo sobre isso podemos discutir a concepção de *modo de produção capitalista*. Para um marxista como Maurice Dobb o capitalismo se define enquanto relação social histórica em que certas particularidades devem ser consideradas. Segundo o autor as relações sociais de produção entre trabalhadores livres e proprietários dos

⁵⁹ “[...] Arrighi, assim como Wallerstein e Braudel, estava interessado em apresentar uma descrição e uma interpretação das estruturas de longa duração do capitalismo histórico.” (ARIENTI; FILOMENO, 2007, p. 117)

⁶⁰ “Quanto a mim a investigação deve fazer-se indo continuamente da realidade social ao modelo, e deste aquela; e este contínuo vaivém nunca deve ser interrompido, realizando-se por uma série de pequenos retoques, de viagens pacientemente reempreendidas. Deste modo, o modelo é sucessivamente ensaio de explicação da estrutura, instrumento de controle, de comparação, verificação da solidez e da própria vida de uma estrutura dada.” (BRAUDEL, 1972, p. 53-54)

meios de produção definem o núcleo do modo de produção capitalista⁶¹. No entanto questões de ordem histórica podem se tornar um problema. Já Wallerstein, por exemplo, levanta a seguinte questão: “Os senhores de escravos do sul dos Estados Unidos eram patriarcas feudais ou empreendedores capitalistas?” (WALLERSTEIN, 2006, p. 250)

Ao fazer essa pergunta o autor não afirma outro modelo explicativo do capitalismo, e também não induz que a concepção de modo de produção seja falsa. O que ele defende é que nenhuma teoria se sobressaia em relação à pesquisa empírica; que o rigor conceitual se mantenha até onde tal pesquisa permita; e que modelos explicativos não se transformem em amarra apologética. Na medida do possível os modelos teóricos precisam de revisão segundo as mudanças históricas. Eles são instrumentos de análise da estrutura e por isso devem mudar junto com ela até que percam esse sentido histórico. Resumindo, qualquer conceito – ou conjunto de conceitos – deve ser teórico e histórico ao mesmo tempo⁶². E essa afirmação se aplica inevitavelmente a ideia de capitalismo.

2. 3. Capitalismo e economia de mercado

A Análise dos Sistemas-Mundo é conhecida principalmente pela sua interpretação do desenvolvimento histórico do sistema capitalista. As características que formam esse arquétipo⁶³ do capitalismo são múltiplas, e não é simples juntá-las com o intuito de criar uma explicação coerente. Como a perspectiva dos sistemas-mundo é fundamentada em três autores pode parecer que não há consenso conceitual definitivo. Entretanto para objetivo da presente pesquisa não é interessante debater as possíveis divergências entre Braudel, Arrighi e Wallerstein. Basta ter conhecimento que a produção acadêmica destes autores forma o núcleo central de uma visão histórica sobre o capitalismo.

Inicialmente pode-se proferir que capitalismo diz respeito a determinadas práticas sociais e históricas. Mas só isso não explica muita coisa. Em vista disso Braudel (1996) procurou estudar o uso histórico dos conceitos de capital, capitalista e capitalismo. Influenciado por economistas clássicos, como Smith e Marx, o historiador francês percebeu que aqueles conceitos se desenvolveram conforme ocorriam transformações na política econômica europeia.

⁶¹ Cf. DOBB, 2012, p. 18.

⁶² Por esse motivo os estudiosos da análise de sistemas-mundo se referem a ela como abordagem ou perspectiva. Fazem isso com o intuito de não promoverem a ideia de um novo modelo explicativo.

⁶³ “[Utiliza-se] o termo arquétipo num sentido analógico ao jungiano que se refere aos modelos que servem de matriz de desenvolvimento da psique. Para Carl Gustav Jung os arquétipos definem-se como tendências a alguma ação; são matrizes coletivas, que se originam de experiências repetidas. O arquétipo não é uma estrutura concebida a priori pelo espírito, mas ele se forma na relação homem-mundo”. (VIEIRA, 2010, p. 02)

Mas visto que o capitalismo é um sistema social com extensa história presume-se que ele é composto por normas de mudança e permanência. Nesse caso deve haver entre as práticas capitalistas uma finalidade básica que lhe dá sentido estrutural. Conforme Wallerstein (2001, p. 13) “[...] O capital [refere-se] no capitalismo histórico, à acumulação dos resultados do trabalho passado ainda não consumidos.” Todavia acumular não significa exatamente entesourar. O estoque de bens resultantes do trabalho passado só pode ser capital na medida em que seu uso histórico proporcione ainda mais daquilo que inicialmente se investiu – o que ocorre geralmente na forma de dinheiro. Essa concepção pode ser assimilada a uma óptica em que capital é entendido como valor que se autovaloriza. Ou mesmo relacionada a concepção marxista de *reprodução ampliada*. Também é possível perceber a similitude com algumas ideias de Smith. O caso é que Wallerstein defende uma ideia de capital que está relativamente presente em várias correntes do pensamento econômico.

Segundo tal concepção é possível perceber que a função histórica do capital por si só condiciona um potencial de desenvolvimento econômico. Afinal se os recursos econômicos – que podem ou não estar na forma de dinheiro – são usados para gerar ainda mais riqueza e com ela ainda mais recursos, então um processo de expansão material entra necessariamente em vigor. Como será discutido mais a frente o problema é identificar as condicionantes dessa expansão econômica.

Posto qual o significado histórico de capital não é difícil imaginar quem são os capitalistas. Eles são os agentes sociais que buscam a acumulação ilimitada de capital. Em todo caso eles são os portadores do capital, os proprietários dos meios de produção – para usar a expressão de Marx⁶⁴. Também podem ser identificados enquanto controladores dos meios de pagamento – como deixa entender Arrighi⁶⁵.

Para os autores da abordagem dos sistemas-mundo os capitalistas podem ser diferentes segundo a condição histórica, mas seu objetivo é sempre acumular capital. Essa é a estrutura elementar do capitalismo, ou seja, a prática que norteia o sistema em seu desdobramento histórico. Isso significa que “[...] onde a acumulação de capital tenha tido prioridade sobre os objetivos alternativos ao longo do tempo, podemos dizer que estamos em presença de um sistema capitalista em operação.” (WALLERSTEIN, 2001, p. 14) Em função dessa atividade autocentrada relações sociais são construídas, conservadas ou renovadas. Tudo ocorre para a manutenção e reprodução de tal atividade. Pautado nisso pode-se argumentar que a

⁶⁴ Cf. MARX, 2012.

⁶⁵ Cf. ARRIGHI, 1996, p. 28.

acumulação de capital exige, ao mesmo tempo, a sustentação e transformação das relações econômico-sociais.

Mesmo assim o que levou uma parte da sociedade ocidental a se organizar segundo as necessidades de acumulação? Evidente que essa é uma pergunta que exige uma explicação histórica. Para os principais autores da abordagem sistêmica existe um consenso de que o sistema capitalista em condições de expansão mundial surgiu na Europa antes da revolução industrial entre os séculos XV e XVI. É possível confirmar isso nas obras *O sistema mundial moderno* de Wallerstein (1990), *O Longo século XX* de Arrighi (1996) e *Civilização Material Economia e Capitalismo* de Braudel (1996).

No que diz respeito a essa discussão histórica a interpretação de Braudel é determinante – inclusive para os outros dois autores. Em um momento da história europeia necessidades materiais, crises sociais e o revigoramento dos mercados fez despontar um novo sistema social, do qual a acumulação do capital se tornou a principal atividade. Teve início um processo de desenvolvimento. Para Braudel, entre os séculos XV e XVIII certas características estruturais esclarecem como isso foi possível. Mas, nesse caso, deve-se perguntar como a acumulação de capital se manteve como prática social dominante? Evidente que a reprodução de uma ideologia não crítica, anti-histórica e de dominação de classe explica muita coisa. Todavia existe um problema de ordem estrutural: a contradição entre os próprios capitalistas naquilo que diz respeito à concorrência.

[...] a taxa de acumulação obtida individualmente por cada capitalista dependia de um processo de “competição”, com recompensas maiores para aqueles que possuíam [...] maior habilidade no controle de sua força de trabalho e maior acesso às decisões políticas que regulamentavam operações mercantis específicas (conhecidas em geral como “monopólio”). Isso criou a primeira contradição elementar do sistema. O interesse de todos os capitalistas vistos como classe, seria reduzir todos os custos de produção, mas essas reduções favoreciam capitalistas específicos, em detrimento de outros. (WALLERSTEIN, 2001, p.16)

Então de que maneira o sistema se mantém num nível, onde capitalistas de menor expressão – se é que podemos chamar assim – compartilham o mesmo campo de ação com aqueles capitalistas que têm maior controle sobre o capital? Essa pergunta pode ser interpretada como um falso problema. Numa explicação liberal muito elementar a própria concorrência não permitiria que nenhum investidor se sobressaísse em detrimento de outro, pois o mercado equalizaria as taxas de lucro gerando ganhos mais limitados. Na visão de Braudel (1985) se há falso problema na referida pergunta este diz respeito ao pressuposto de que tanto pequenos quanto grandes investidores participam da mesma atividade. Isso significa

que a esfera de ação do grande capital se diferencia quando comparada ao campo de ação onde ocorrem investimentos menores. E essa diferença não se traduz apenas pelo montante de capital. Ela tem um aspecto qualitativo que separa duas zonas específicas da estrutura econômica. Entretanto para o autor podemos observar três realidades onde a prática econômica se efetua de forma diferente.

Em primeiro lugar existe uma camada social em que determinadas práticas se reproduzem de forma rotineira. Na produção dos meios necessários à vida, as pessoas trabalham todos os dias na mesma hora e geralmente no mesmo lugar. Realizam o mesmo processo no campo. Colhem os grãos nas épocas certas do ano. Introduz-se uma rotina. Essa realidade cotidiana diz respeito a uma forma de vida rudimentar, mas ainda presente de forma muito reduzida no mundo contemporâneo. As trocas são casuais e a subsistência é relativamente autônoma em relação ao comércio sendo que até os produtos mais comuns nas prateleiras dos mercados são produzidos em âmbito familiar. Braudel conceituou essa parte da estrutura econômica de *vida material*⁶⁶. Ela diz respeito às primeiras formas de produção econômica e da validade prática dos valores de uso.

Toda vez que a vida material ultrapassa o indispensável à subsistência esse excedente era ou é trocado, e quando isso ocorre o campo de ação muda. As decisões dos agentes sociais vão para outro plano, as composições cotidianas se alteram com alguma frequência, e o valor econômico se fundamenta por outros critérios.

Aqui chegamos num ponto central no pensamento do autor e que muitas vezes pode causar algum estranhamento. Trata-se do conceito de *economia de mercado*. Tal expressão é repetida por economistas, historiadores e até mesmo jornalistas (os narradores do tempo breve), mas seu significado dificilmente fica claro. A economia de mercado (também chamada por Braudel de *vida econômica*) diz respeito à economia de produção para o comércio, espaço onde a competição por melhores preços é a regra fundamental, área em que o lucro existe de modo contido e por isso a acumulação do capital é limitada. O mercado é o campo de ação onde o “desenvolvimento” é possível mediante o processo de troca, da

⁶⁶ “Pela minha parte, cingi-me sempre a critérios concretos. Parti do quotidiano daquilo que nos condiciona a vida, sem que o saibamos sequer: o hábito – melhor, a rotina –, mil gestos que florescem, se completam por si e perante os quais ninguém tem de tomar decisões, gestos que acontecem, na realidade, fora da nossa plena consciência [...]. A vida material tal como a entendo, é tudo que a humanidade, ao longo da história passada, foi incorporando na sua vida profunda e nas próprias entranhas dos homens, para quem tais experiências ou intoxicações antigas se tornaram necessidades do quotidiano, banalidades. E ninguém lhes dedica nenhuma atenção.” (BRAUDEL, 1985, p. 14-17)

ampliação da divisão do trabalho e do aumento da produtividade⁶⁷, mas não da acumulação indeterminada. Aquilo que é costumeiro ainda existe, porém a sujeição diante da oferta e demanda torna as relações sociais mais instáveis. Os preços, por exemplo, se tornam extremamente volúveis. Tudo muda segundo a dinâmica das trocas, segundo a disponibilidade de dinheiro e dos recursos naturais. Por isso na economia de mercado prevalece o valor de troca e não o de uso. As coisas são permutadas conforme as necessidades e a vantagens de lucro.

Essa vida econômica é o espaço mais nítido de uma sociedade naquilo que diz respeito à produção da riqueza. Ela está em outra camada acima da vida material e se diferencia desta pela forma como as relações socioeconômicas são organizadas. Essa realidade fundamentou a linguagem econômica moderna⁶⁸ e deu base para as teorias clássicas do desenvolvimento econômico. Todavia é preciso fazer algumas observações sobre as funcionalidades históricas do mercado: em primeiro lugar não é possível afirmar que tal instituição esteja presente em qualquer sociedade independente do tempo histórico do qual faz parte; em segundo lugar mesmo que seja válido afirmar que o comércio seja uma prática muito antiga, tendo existido até mesmo na Europa medieval, não é plausível afirmar que as práticas comerciais sejam sempre as mesmas conforme o desdobramento histórico.

Na visão de Wallerstein (2001) o mercado como qualquer outra instituição histórica está sujeito às regras do sistema histórico do qual faz parte. Mas esta afirmação pode levantar a seguinte questão: o mercado por si só constitui um sistema histórico específico? Voltaremos a este problema no próximo capítulo onde será feito um diálogo mais profundo com o pensamento de Adam Smith. Por enquanto o mais importante é esclarecer que Braudel têm uma interpretação um tanto peculiar sobre as diretrizes do comércio no capitalismo.

Conforme a descrição do autor a economia de mercado não proporciona grandes lucros, mas existe em conjunto com outra esfera de ação que alcança ganhos exorbitantes. É nesse espaço onde ocorrem os negócios mais vantajosos, onde os preços são manipulados, e que a produção é relativamente controlada por pessoas que nunca entraram no chão de uma fábrica. Nessa área, produção, circulação e consumo são norteados de maneira que ao fim do

⁶⁷ “[...] a economia de mercado surge-nos como a ligação, o motor, zona apertada, mas viva de onde brotam os estímulos, as forças vivas, as novidades, as iniciativas, as múltiplas tomadas de consciência, os fenômenos de crescimento, e, até, o progresso.” (BRAUDEL, 1985, p. 24)

⁶⁸ “A economia de mercado era um mundo de realidades visíveis transparentes, e foi com base nesses processos facilmente observados que nelas ocorriam que se criou originalmente a linguagem da ciência econômica. [...] A zona do mercado, que por vezes Braudel chama de micro-capitalismo era uma zona de pequenos lucros.” (WALLERSTEIN, 2006, p. 243)

processo a acumulação do grande capital está parcialmente garantida. Braudel chama essa realidade de *capitalismo* ou *antimercado*.

Esse antimercado constitui o andar mais alto das três divisões que constituem o funcionamento do sistema capitalista. Segundo Wallerstein (2005) nessa esfera social as práticas políticas e econômicas se identificam umas com as outras, o que garante a efetividades dos grandes negócios. O objetivo principal é o controle do processo econômico sendo que esse desígnio é mais eficaz na medida em que há domínio político dos mercados. O capitalismo representa então dois fatores importantes. O primeiro diz respeito à coligação do Estado com agentes econômicos, pois somente com o devido apoio político seria possível manter relativo controle sobre a produção e circulação de mercadorias. Quanto a isso Arrighi relaciona a formação histórica do Estado à premissa de Marx de que o governo moderno “[...] é apenas um comitê para administrar os negócios comuns de toda burguesia.” (MARX; ENGELS apud ARRIGHI, 1996, p. 37)

O papel do Estado pode ser ainda mais complexo na medida em que os conflitos de classes diminuem o poder dos grandes capitalistas. Mas em última instância qualquer governo submetido à acumulação do capital opera para facilitar tal atividade. Num sistema de Estados interligados é presumível que a relação entre agentes com grande poder econômico condiciona como o governo de certas regiões da economia mundial devem se portar.

Desse modo o segundo fator representado pela esfera do antimercado diz respeito às limitações do crescimento econômico. O nível de desenvolvimento capitalista está atrelado à capacidade de criar situações de monopólio ou de *quasemonopólio*, ou seja, de controlar os processos econômicos segundo interesses específicos. Partindo disso é presumível que grupos sociais maiores saiam perdendo em termos de lucratividade e fluxo de renda. O capitalismo se desenvolve na medida em que nenhuma instituição interfira no domínio relativo da produção e circulação das mercadorias. Posto de outra maneira para haver desenvolvimento econômico a busca pelo monopólio é a regra fundamental, mas numa economia de nível global não é lógico que muitos países atinjam esse objetivo. Na busca pelo monopólio poucos saem ganhando.

Assim o capitalismo enquanto prática de acumulação do capital se constitui como atividade histórica que controla o mercado. Para alguns economistas liberais tal afirmação pode parecer absurda do ponto de vista teórico. Todavia Braudel distinguiu o capitalismo da economia de mercado porque em seu estudo histórico dos séculos XV a XVIII não havia

como afirmar que essas duas realidades fossem a mesma coisa⁶⁹. Os objetivos eram parecidos, mas o que ocorria no andar de baixo era inverso ao andar de cima. No primeiro prevaleciam as regras históricas de oferta e demanda enquanto no segundo tentava-se controlar tais regras ou mesmo fugir delas a todo custo⁷⁰. Mas era exatamente nesse círculo de antimercado onde ocorria a acumulação ininterrupta do capital. Logo só é possível pensar o mercado como parte integrante do capitalismo, mas não como capitalismo propriamente dito.

Em tese, essa *concepção tripartida* em que vida material, economia de mercado e capitalismo dizem respeito a práticas diferentes, porém relacionadas e inseparáveis, ajuda a entender como a classe capitalista supera o problema da concorrência. Segundo Arrighi (1997) as práticas do mercado e do capitalismo, apesar de contrárias, não são excludentes. Por um lado o interesse dos investidores é condicionado pelas práticas do mercado, onde lucros são modestos e a falência é um risco frequente, ou seja, o mercado é a zona de risco. Por outro lado a associação direta ou indireta com o Estado garante a outro grupo de investidores uma partilha considerável do mercado e nesse caso o risco é muito baixo. Essas duas realidades coexistem e muitas vezes se confundem. Pode-se argumentar que a camada inferior do mercado mantém a superior do capitalismo. Todavia segundo as premissas históricas da perspectiva sistêmica é mais correto proferir que no sistema capitalista o comércio tomou a função histórica e paradoxal de condicionar a existência de oligopólios. Assim o mercado veio a ser instrumento do capitalismo.

Esse fato se explica pela crescente concentração de capital que, em certo nível, não pode se restringir a apenas uma atividade. Na lógica do mercado quanto mais uma sociedade se desenvolve maior será o número de produtores e comerciantes. Em termos históricos isso pode ter ocorrido, mas somente até certo ponto, e em sincronia com a aquisição e controle de empresas menores por grandes investidores. Por esse motivo Braudel distingue capitalistas e especialistas, sendo que os primeiros podem estar inseridos em diferentes atividades além daquela que aparentam se destacar. Wallerstein afirma que existem dois tipos de capitalista, um de primeira e outro de segunda categoria. Aquele de linha superior costuma investir seu capital em diferentes áreas da economia, operando em bancos, fabricas e redes de distribuição. Mas o capitalista mais modesto se especializa em apenas uma atividade segundo

⁶⁹ “Enfim, se lancei no debate o termo *capitalismo* relativamente a uma época em que nem sempre se lhe reconhece direito de cidade, fi-lo, sobretudo, porque tinha necessidade de encontrar um termo diferente de *economia de mercado* para designar actividades (sic) que se revelam bem diferentes.” (BRAUDEL, 1985, p. 51)

⁷⁰ “Em suma a vida econômica está sendo definida por Braudel como as atividades realmente competitivas. O capitalismo está sendo definido pela zona de concentração, zona de um grau relativamente alto de monopolização, isto é, um contra-mercado”. (WALLERSTEIN, 2006, p. 244)

a área de ação econômica onde pode se manter – é um especialista⁷¹. Essa distinção levantada pelo autor serviria para explicar que embora as zonas do capitalismo e do mercado aparentem alguma similitude não é possível afirmar que correspondem ao mesmo tipo de prática social e política. Segundo a abordagem sistêmica o desenvolvimento capitalista deve ser visto a partir dessa relação e divergência entre pequeno e grande capital.

2. 4. A economia-mundo capitalista

Segundo a Análise dos Sistemas-Mundo no capitalismo histórico a acumulação do capital é garantida por meio das estratégias políticas e econômicas de controle da produção e circulação de mercadorias. Essas estratégias mudam sua forma segundo a conjuntura histórica se adaptando a diferentes realidades a fim promover e garantir o processo acumulativo. Nesse sentido o capitalismo se apresenta como um sistema social histórico de longa duração. As estruturas, ou seja, as instituições sociais de reprodução do sistema são de uma complexidade funcional que mesmo eventos de aparente impacto podem significar apenas uma reorganização da sociedade nos moldes capitalistas, o que pode significar um novo período de desenvolvimento.

De acordo com Wallerstein (2006) os sistemas históricos emitem regras de funcionamento cuja complexidade está na relação entre estruturas de mudança e permanência. Por isso esses sistemas podem ser classificados em duas categorias: os sistemas de longa duração e os de curta duração. Os últimos tem pouco tempo de existência, e suas instituições fundamentais são mais flexíveis e frágeis às contradições históricas. Também são espacialmente limitados sendo caracterizados por pequenas sociedades. Por essas particularidades Wallerstein os chama de *minissistemas*⁷².

Por outro lado os sistemas de longa duração são espacialmente amplos e o aumento de seu território parece ter sido uma regra histórica fundamental. As instituições desses sistemas têm uma grande capacidade de adaptação e por isso distúrbios na camada mais aparente não transformam com facilidade as estruturas mais profundas. Wallerstein conceituou esse tipo de sociedade de *sistemas-mundo*.

Os sistemas-mundo ainda podem ser explicados sob dois pontos de vista: o primeiro diz respeito aos *impérios-mundo* cuja estrutura política abarca sociedades culturais e economicamente distintas, mas subordinadas ao mesmo governo em sentido macrocósmico; o

⁷¹ “[...] o verdadeiro capitalista sempre resistiu à especialização e, assim, a ficar prisioneiro de uma dada arena graças a investimentos passados, redes passadas, capacidades passadas. Claro que a especialização existe: mas, para Braudel, ela é obra dos andares inferiores.” (WALLERSTEIN, 2006, p. 248)

⁷² Cf. WALLERSTEIN, 2006, p. 267.

segundo são as *economias-mundo* onde as instituições políticas e culturais são separadas, mas constituídas de acordo com a estrutura histórica da produção econômica. Para este trabalho basta saber que o “[...] desenvolvimento pleno de um modo capitalista de produção, [...] requer e só pode existir no interior de uma forma economia-mundo.” (WALLERSTEIN, 2006, p. 268)

Posto dessa maneira uma economia-mundo capitalista é: a) um sistema histórico em que a atividade basilar é acumular capital de modo ininterrupto; b) a acumulação desse capital é facilitada (ou mesmo garantida) mediante um controle relativo dos mercados, o que garante a situação temporária de monopólios e oligopólios; c) por sua lógica de desenvolvimento esse sistema necessita se expandir espacialmente; d) a expansão, apesar de norteadada conforme interesses específicos, não concebe um governo único e muito menos uma cultura única; e) isso significa que o capitalismo opera por meio de um sistema de Estados ou um *sistema interestatal*.

O vínculo entre as sociedades que compõe o sistema é constituído através do intercâmbio de mercadorias, intercâmbio este que na medida do possível e no toante ao que interessa para a acumulação do capital, é controlado por estratégias de controle dos mercados. Conforme o volume de capital aumenta os investimentos são ampliados espacialmente, o que forma uma divisão do trabalho por região. O domínio realtivo dos mercados maneja a composição do que deve ser produzido e onde deve ser produzido para que a acumulação seja facilitada ou pelo menos que não seja interrompida. Nesse jogo estratégico todo processo produtivo até mesmo o mais simples deve ser incorporado num organismo onde a divisão espacial do trabalho mercantiliza toda atividade social⁷³. Visto que esse organismo produtivo é dividido entre Estados, ele é entendido por Wallerstein como divisão *internacional do trabalho*.

Essa divisão mais ampla do trabalho corresponde ao modo como as unidades sociais politicamente separadas estão ou não interligadas, ou seja, se fazem parte do sistema capitalista. O intercâmbio de mercadorias entre países estabelece até que ponto existe alguma conexão política e econômica entre eles. De acordo com os preceitos da análise dos sistemas-mundo a divisão internacional do trabalho ilustra o nível de integração das etapas produtivas que podem estar espalhadas em lugares completamente diferentes. Esse fato explica a

⁷³ “[...] o capitalismo histórico inclui a ampla mercantilização dos processos – não só os de troca, mas também os de produção e investimento – antes conduzidos por vias não mercantis. No anseio de acumular cada vez mais capital os capitalistas buscaram mercantilizar cada vez mais esses processos sociais presentes em todas as esferas da vida econômica. Como o capitalismo é centrado em si mesmo, nenhuma relação social permaneceu isenta de uma possível inclusão. O desenvolvimento histórico do capitalismo envolveu o impulso de mercantilizar tudo.” (WALLERSTEIN, 2001, p. 15)

necessidade de intercâmbio econômico entre nações no sentido de que cada sociedade produz alguma mercadoria. Wallerstein chamou essas fases produtivas de *cadeias mercantis*, ou *cadeias de mercadorias*.

Falar de cadeias mercantis significa falar de uma divisão estendida do trabalho, a qual ao longo do desenvolvimento do capitalismo histórico tornou-se cada vez mais funcional e mais ampliada geograficamente, e ao mesmo tempo cada vez mais hierárquica. (WALLERSTEIN, 2001, p. 28)

Aceitando que essas cadeias estão interligadas, presume-se que se houver alguma alteração funcional em alguma delas, as outras terão necessariamente que se adaptar. Quando um conjunto complexo de estruturas econômicas se altera num dado lugar da economia-mundo capitalista as demais áreas serão impelidas a fazer alterações funcionais para não sair perdendo⁷⁴. Esse fato expõe o capitalismo como sistema *interdependente* ainda que essa interdependência seja também determinada pelo poder político. Como toda sociedade produz a existência material de alguma maneira qualquer país acaba servindo aos propósitos de acumulação. Dessa forma o capital precisou se *mundializar*⁷⁵.

Todavia essa mundialização não diz respeito a conceito mais contemporâneo de *globalização*. Geralmente o termo *globalização* serve para descrever uma realidade econômica e social típica da segunda metade do século XX. Porém a conexão socioeconômica que é característica do capitalismo histórico existe muito antes disso.

Como já dito antes, segundo Wallerstein, Braudel e Arrighi uma interdependência econômica complexa e politicamente organizada – segundo eles, capitalista – existe no mínimo há 500 anos. E essa economia-mundo capitalista por conectar diversas regiões num circuito econômico interdependente pressupõe que o desenvolvimento material guarda peculiaridades naquilo que diz respeito à força de cada Estado – ou sociedade dita isolada – no sistema interestatal.

Mas seguindo tal lógica pode-se presumir o seguinte: se as cadeias de mercadorias estão espalhadas por todo sistema, todas as nações podem, cedo ou tarde, desenvolver sua economia. Contudo, suponhamos que um ou outro Estado se mantém num nível acima dos outros. É plausível argumentar que se encontra nessa posição porque iniciou primeiro seu processo de desenvolvimento ou porque está há mais tempo inserido no sistema. Mesmo assim pela lógica espacial do capitalismo nenhuma sociedade poderia se desenvolver sozinha,

⁷⁴ Nesse contexto pode-se perguntar qual empresa colhe os maiores lucros. Pois na lógica descrita a distribuição do produto total não ocorre entre os fatores de produção de uma determinada empresa, “[...] mas entre os diversos nós da cadeia de mercadorias [...] – sendo que cada um consiste de uma combinação de diferentes fatores de produção.” (ARRIGHI, 1997, p. 147)

⁷⁵ Sobre isso Marx e Smith já haviam posto essa tendência e necessidade de mundialização do capital.

o que dá a entender que um grupo considerável de sociedades, já inseridas na divisão internacional do trabalho deveria progredir juntamente com aquele país mais rico. No entanto, do ponto vista histórico, é quase consenso, que apenas poucas regiões europeias progrediram até o início do século XIX mesmo quando se sabe que a América, por exemplo, havia sido essencial para o processo de expansão material da Europa⁷⁶.

Com essas ponderações não se está querendo afirmar ou questionar a validade de premissas históricas que ainda hoje são discutidas. O objetivo dessas reflexões é apenas esclarecer como a análise dos sistemas-mundo compreende o desenvolvimento econômico capitalista. Em vista disso a abordagem entende que não é possível estudar a história do capitalismo a partir de sociedades, ou nações, isoladas. Como as relações de cunho econômico estão interligadas não é plausível averiguar o desenvolvimento através da ideia de quem começou primeiro ou quem entrou primeiro. Não é uma corrida. Cada sociedade pode historicamente criar seus mecanismos de enriquecimento material, mas dificilmente o fará de forma fechada sem interferir de alguma maneira no desenvolvimento das outras. Dizendo de outra maneira pode haver coexistência de países ricos e pobres, mesmo os dois mantendo relações de interdependência, das quais contribuem para o mesmo processo de aumento do excedente econômico.

Pautada nisso a análise sistêmica empresta dois conceitos utilizados pela chamada *teoria da dependência*: os conceitos de *centro* e *periferia*. O primeiro representa as regiões em que o controle de cadeias mercantis é mais efetivo, seja em nível externo ou doméstico. Quanto mais a classe capitalista consegue controlar essas cadeias, ou seja, manter políticas de monopólio, maior será a lucratividade das áreas de interesse de tal classe – o que determina o nível de acumulação e desenvolvimento. Por outro lado na periferia a atividade produtiva é entendida como menos importante, mesmo sendo indispensável para o centro. Além do mais o poder político dessas sociedades é muito fraco em termos externos o que dificulta mudar sua posição dentro do sistema.

Conforme Wallerstein (2005) esta relação desigual entre centro e periferia ilustra que os países não são exatamente mais desenvolvidos que outros, mas tem posições desiguais dentro da economia-mundo capitalista, ou que o nível de desenvolvimento das nações é determinado pela posição de cada uma na divisão internacional do trabalho. O que condiciona

⁷⁶ Embora o continente americano em parte de sua história fosse considerado uma colônia isso não o excluía inteiramente do sistema. Mesmo sem Estado definido, desde meados do século XVI, a América já estava inserida na divisão internacional do trabalho produzindo algum excedente econômico que servia aos propósitos de acumulação do capital.

o desenvolvimento capitalista é a capacidade de criar oligopólios e monopólios, mesmo que temporários. Em última instância o desenvolvimento capitalista depende do poder político.

Não obstante se tal processo se constitui dessa maneira sua efetividade em nível regional parece um tanto ambígua. As esferas do centro e da periferia estão conectadas e cada uma se mantém na sua posição em detrimento da outra. Um grupo pequeno de países atinge um grau elevado de progresso material na medida em que conserva outro grupo maior em situação menos favorecida na divisão internacional do trabalho. Isso significa que a exploração do trabalho atinge níveis diferentes – ou formas diferentes – dependendo do papel do país na economia-mundo capitalista⁷⁷. De acordo com Arrighi (1997), essa relação é caracterizada por uma *troca desigual* da riqueza, onde o intercâmbio inter-regional de mercadorias não promove grande aumento de capital e renda nas regiões mais vulneráveis ao controle organizacional do centro de acumulação do capital. Posto de outra maneira as trocas econômicas são realizadas com alguma dinâmica, mas por razões de ordem política em países de fora do núcleo orgânico (centro) o volume de capital cresce muito pouco, mesmo a acumulação do capital sendo a atividade dominante.

Ainda assim, segundo o autor há no sistema uma área intermediária onde volume de capital e renda aumenta, porém de forma mais contida. Esse acréscimo ainda é limitado pela própria lógica do mercado, o que indica uma acumulação com poucas garantias monopolísticas. Os países com essa capacidade de auferir algum benefício da divisão internacional do trabalho, mas sem domínio relativo dos mercados, caracterizam a *semiperiferia* do sistema capitalista⁷⁸. Nesses países ocorre um processo restrito de acumulação do capital sem aquela garantia monopolística da qual os países centrais fazem uso sempre que podem. É possível argumentar que na semiperiferia as práticas históricas de mercado são mais presentes e daí deriva seu restrito progresso econômico. Contudo essa região não deixa de estar inserida numa ordem capitalista e isso significa que sua situação é meramente posicional. Se por um lado países mais pobres estruturam a posição dos mais ricos, o mesmo ocorre com os “quase ricos”. Por um lado países semiperiféricos usufruem da relação com países periféricos, por outro os países centrais “exploram” os semiperiféricos e periféricos, seja direta, ou indiretamente.

⁷⁷ Historicamente “[...] forças de trabalho foram criadas nos lugares certos, com os níveis mais baixos possíveis de remuneração, no interesse dos que desejavam facilitar a acumulação de capital.” (WALLERSTEIN, 2001, p. 66)

⁷⁸ “Quando falamos de “semiperiferia”, nos referimos a uma posição intermediária na estrutura núcleo orgânico-periferia da economia capitalista mundial. A maioria dos estudos supõe que essa estrutura [...] consiste de redes de “troca desigual”, através das quais alguns Estados [...] se apropriam de uma parcela desproporcional dos benefícios da divisão internacional do trabalho, ao passo que a maioria dos outros Estados colhe apenas os benefícios que são necessários para conserva-los na relação de troca desigual.” (ARRIGHI, 1997, p. 207)

Até certo ponto o núcleo orgânico controla o excedente econômico das áreas periféricas e semiperiféricas segundo o interesse dos grandes capitalistas. O segredo desta estratégia está em jogar a competição (economia de mercado) para áreas de fora do centro de acumulação mundial. A partir disso é possível se beneficiar de uma grande oferta de produtos ao mesmo tempo em que outras mercadorias são produzidas apenas por uma coligação específica de empresas⁷⁹. Desse modo um grupo específico de mercadorias perde valor agregado ainda que não haja qualquer mudança na composição orgânica de seu capital.

[...] os atores econômicos [...], longe de aceitar a competição como um dado, procuram continuamente transferir, e alguns conseguem, a pressão da competição de si próprios para outros atores. Como resultado, os nós ou atividades econômicas de cada uma das cadeias de mercadorias tendem a se polarizar em posições que transferiram as pressões da competição para outro lugar (atividades típicas do núcleo orgânico) e posições para as quais essa pressão se transferiu (atividades periféricas). Segue-se daí que as recompensas agregadas em atividades periféricas tenderão a se aproximar dos níveis de remuneração que são apenas marginalmente mais altos do que aqueles que os fatores de produção nelas envolvidos alcançariam [...] fora da divisão mundial do trabalho. (ARRIGHI, 1997, p. 146)

Em vista disso os países semiperiféricos guardam alguma riqueza, pois em sentido estrutural, tem o papel de intermediar as trocas desiguais entre o centro e a periferia. Apesar da contradição o desenvolvimento econômico mais modesto faz parte de um embasamento onde o enriquecimento ilimitado coexiste com a reprodução da exploração mais intensa do trabalho. Assim, a análise dos sistemas-mundo entende que no capitalismo histórico existem três áreas espacialmente conectadas onde a acumulação do capital é sempre presente: em primeiro lugar existe o centro onde a acumulação ocorre de forma contínua sendo garantida pelas estratégias de monopólio e oligopólio; depois há uma semiperiferia, área em que a acumulação do capital é limitada e tem taxas modestas; e por último existe a periferia, região onde a acumulação do capital existe, porém há acréscimo diminuto – ou mesmo nulo – do capital nacional.

Portanto o desenvolvimento econômico capitalista se constitui sobre regiões que, embora diferentes, estão historicamente conectadas num mesmo sistema complexo. Por isso caracterizar esse processo segundo a análise dos sistemas-mundo exige uma explicação relacional. Por um lado pode-se explicar o desenvolvimento da periferia, semiperiferia e centro elencando a especificidade estrutural de cada uma dessas regiões. Por outro lado é

⁷⁹ “As empresas capitalistas raramente se envolvem numa única atividade, mas reúnem diferentes atividades dentro de seus domínios organizacionais e serão, portanto, caracterizadas por combinações de atividades de núcleo orgânico e de periferia. [...]. O resultado é que as atividades do núcleo orgânico tenderão a se organizar num grupo relativamente pequeno de empresas [...]” (ARRIGHI, 1997, p. 150).

essencial entender como ocorre o desdobramento histórico-sistêmico da economia-mundo capitalista. Nesse caso as mudanças de ordem global dizem respeito à realocação das funções históricas de cada área no sistema. Essas transformações não alteram a estrutura de troca desigual, mas apenas qual região deverá ser central, semiperiférica e periférica determinando quando e onde pode haver desenvolvimento econômico.

2. 5. Hegemonia e ciclos sistêmicos de acumulação

Da maneira como a análise sistêmica foi descrita até aqui, pode-se intuir que a questão do desenvolvimento econômico se relaciona com fatores de ordem política. Esses fatores não dizem respeito apenas aos mecanismos institucionais que garantem a reprodução da exploração da força de trabalho em escala ampliada. Embora esses mecanismos tenham uma importância estrutural os tentáculos do poder são mais amplos. É preciso ter domínio relativo dos processos produtivos cuja localização é sempre dispersa. Posto de outra maneira, só é crível haver acumulação ininterrupta de capital na medida em que haja concentração do capital, concentração esta que não seria possível sem apoio político de nível internacional.

Para Wallerstein (1990) a formação do Estado moderno, desde sua primeira forma absolutista⁸⁰, caracteriza o poder político enquanto instrumento de dominação da classe capitalista. Mas como o sistema se organiza em Estados e não num único aparato político é necessário haver certa estabilidade entre tais unidades de poder. Segundo Arrighi a conformidade política internacional está ligada ao um processo *cíclico* de desenvolvimento econômico. Nesse sentido o capitalismo de longa duração indica tendências periódicas que reestruturam o posicionamento das sociedades que formam a economia mundial.

Longos períodos de crise, reestruturação e reorganização – ou, seja de mudanças com descontinuidade – têm sido muito mais típicos da história da economia capitalista mundial do que os breves momentos de expansão generalizada por uma via de desenvolvimento definida [...] (ARRIGHI, 1996, p. 01).

De acordo com o autor essas tendências marcam a transição de hegemonias mundiais, cuja amplitude do poder está ligada a capacidade de controlar da maneira mais eficaz as diversas cadeias de mercadorias. O *centro hegemônico* – para usar a expressão do próprio

⁸⁰ Para autores como Pierre Anderson as monarquias absolutistas foram formas de governo estritamente feudais, ou seja, “[...] era a nova carapaça política de uma nobreza atemorizada.” (ANDERSON, 1998, p. 18). Por outro lado Nicos Poulantzas afirma que “[...] o Estado absolutista apresenta regra geral, características importantes do tipo capitalista de Estado [...], no momento em que a classe burguesa não é ainda, em termos exatos, uma classe politicamente dominante.” (POLANTAZ, 1977, p. 154). O posicionamento de Wallerstein tem mais similitudes com a interpretação deste último autor, embora haja divergências de cunho metodológico.

Arrighi – é um Estado central que adquire capacidades específicas de controle político em âmbito externo. Sobre isso o autor claramente faz referência ao pensamento de Gramsci.

Para que um grupo específico adquira supremacia política é preciso defender uma ideia que se coloque como historicamente legítima. O discurso representado por essa ideia norteia a sociedade para uma direção que cria a nova conjuntura política e econômica. Conforme Gramsci, em âmbito nacional, a supremacia ideológica se manifesta de duas maneiras: pela coerção e pelo consenso.

[...] a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a liquidar ou submeter inclusive com força armada, e dirige os grupos afins e aliados. (GRAMSCI apud ARRIGHI, 1996, p. 28)

O grupo hegemônico direciona o conjunto da sociedade na medida em que suas ideias se apresentem favoráveis a todas as classes. Desse modo a hegemonia diz respeito ao direcionamento intelectual e moral que permeia a cultura e cria as condições de consenso da ordem social. Por outro lado a coerção se faz presente no sentido de excluir – ou controlar – aqueles que de algum modo não caminham na direção desejada. Por isso a hegemonia também tem a ver com o uso da força. Em última instância hegemonia para Gramsci se relaciona com a ideia de liderança.

Ainda em âmbito nacional, a hegemonia de um determinado grupo histórico começa por se consolidar as margens do poder estatal. O consenso da sociedade em volta de uma ideologia (visão de mundo) ocorre de baixo para cima e tem exatamente o objetivo de tomar o poder político. Então a hegemonia somente se consolida quando um sistema de ideias se materializa nas instituições governamentais – quando se torna dominante. Sem essa legitimidade, isto é, sem o consenso de que sua concepção é legítima em termos políticos, o grupo em questão não pode se apresentar como classe dirigente e dominante.

Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder governamental); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser “dirigente”. (GRAMSCI, 2002, p. 63)

Mas segundo Arrighi quando se transpõe a concepção de hegemonia proposta por Gramsci do espaço doméstico para o espaço internacional ocorrem dois problemas de ordem teórica. O primeiro diz respeito ao duplo sentido daquilo que se entende por liderança. Um Estado exerce liderança na medida em que coordena o sistema interestatal por meio da alegação de que o faz em benefício de todas as sociedades politicamente organizadas. Por

outro lado a liderança de um Estado pode estar associada em atrair outros Estados para sua via de desenvolvimento. Essa liderança, no entanto, é frágil, pois permite a ampliação da concorrência e em médio prazo coloca em cheque a posição do Estado que propunha ser hegemônico. Assim a hegemonia internacional tem mais sentido naquela primeira forma de exercer a liderança. Qualquer grupo interessado em ampliar seu poder além do espaço doméstico deve criar as condições do Estado dirigente e evitar – até onde for possível – que suas estratégias sejam copiadas. Somente assim pode se manter um Estado central hegemônico.

O segundo problema referente à transposição do conceito de hegemonia para o âmbito internacional diz respeito à dificuldade em estabelecer ou identificar um sistema de ideias que se apresente como interesse geral para o sistema-mundo capitalista. A busca pelo poder no sistema internacional está relacionada ao esforço de certos Estados em mudar sua posição na economia mundial. Visto que essa busca é limitada pela divisão internacional e desigual do trabalho a complexidade do sistema exige que o uso da força ou da fraude se sobreponha em relação ao consenso. Todavia uma hegemonia não pode se apoiar no uso excessivo da força e embora qualquer ordem dominante seja meio fraudulenta não pode ser inteiramente capciosa⁸¹.

Na conquista da hegemonia mundial (internacional) o grupo dominante do Estado dominante deve convencer, em primeiro lugar, que a ampliação de seu poder é benéfica a todas as classes da nação. É preciso alegar que a difusão do poder do Estado para fora de seu território – seja por medidas diretas ou indiretas – é de interesse geral do país. Em segundo lugar tal alegação deve permear os outros Estados centrais, os semiperiféricos e periféricos. Isso significa adicionar que o interesse nacional do Estado que se propõe inicialmente como dirigente é também o interesse dos grupos dominantes de outros Estados.

Nessa realidade o capitalismo em nível internacional se perpetua por meio de ordenamentos históricos. Os Estados são interligados pela mesma estrutura econômica ao mesmo tempo em que a dispersão do poder a nível mundial não cria uma situação puramente anárquica. A anarquia enquanto ausência de um poder central mundial não significa a total ausência de organização política, apesar de cada unidade de poder constituir soberania nacional. Para Arrighi o sistema mundial moderno se constitui numa *anarquia ordenada* onde a estabilidade é mantida por meios históricos de nortear – hegemonicamente – os conflitos

⁸¹ “A alegação do grupo dominante de representar o interesse geral é sempre mais ou menos fraudulenta. Não obstante, seguindo Gramsci, só [há] hegemonia quando essa alegação for pelo menos parcialmente verdadeira [...]. Quando a alegação do grupo dominante de representar o interesse geral for totalmente fraudulenta estará criada uma situação, não de hegemonia, mas de fracasso da hegemonia.” (ARRIGHI, 1996, p. 28-29)

sistêmicos. Tais conflitos dizem respeito ao esforço constante dos Estados em mudar sua posição dentro do sistema, o que em médio prazo e longo prazo acaba por suplantar o regime hegemônico vigente. Quando isso ocorre o capitalismo entra numa situação de *caos sistêmico*.

O “caos” e o “caos sistêmico” [...] referem-se a uma situação de falta total, aparentemente irremediável, de organização. Trata-se de uma situação que surge por haver uma escalada de conflito para além do limite dentro do qual ele desperta poderosas tendências contrárias, ou porque um novo conjunto de regras e normas de comportamento é imposto ou brota de um conjunto mais antigo de regras e normas, sem anulá-lo, ou por uma combinação dessas duas circunstâncias. À medida que aumenta o caos sistêmico, a demanda de “ordem” [...] tende a se generalizar cada vez mais entre os governantes, os governados, ou ambos. Portanto qualquer Estado ou grupo de Estados que esteja em condições de atender essa demanda sistêmica de ordem tem a oportunidade de se tornar mundialmente hegemônico. (ARRIGHI, 1996, p. 30)

Aqui chegamos num ponto fundamental sobre como Arrighi compreende o processo de desenvolvimento econômico. Na história do capitalismo o sistema interestatal surge como consequência e causa da expansão material, porém a escala de conflitos por melhores condições de combinação insumo-produto gerou a necessidade e oportunidade para que certos grupos alcançassem a supremacia política mundial. Dessa forma as hegemonias que sucederam o sistema-mundo capitalista dizem respeito a tendências cíclicas de crise e reestruturação do sistema, ou seja, a constituição de uma nova ordem anárquica caracterizada por uma nova estratégia política de acumulação do capital e reorganização da divisão internacional do trabalho. Essa tendência é configurada por um boom econômico e concentração militar na área central, o que cria os alicerces para que uma dada nação se torne hegemônica. Como já dito antes esse é um processo cíclico que marca a transição de uma hegemonia internacional e a criação de um novo modelo de acumulação de capital. Dessa maneira esses ciclos de acumulação fazem referência as regras históricas de transformação e desenvolvimento do sistema-mundo capitalista. São *ciclos sistêmicos de acumulação*.

Conforme Arrighi (1996) na história do capitalismo existiram quatro ciclos sistêmicos de acumulação seguidos por três hegemonias mundiais: o primeiro foi o ciclo das cidades italianas que marcou a constituição histórica do capitalismo e desembocou na crise que condicionou a primeira hegemonia mundial capitalista; o segundo ciclo foi o holandês, caracterizado por ser a primeira hegemonia mundial no sentido de ter liderado e dominado a expansão material durante o século XVII; O terceiro ciclo foi o da hegemonia britânica, descrito por Arrighi (1996) como *o imperialismo do livre-comércio*; e por o último e mais

atual, o ciclo americano liderado pelas estratégias de integração vertical e concentração maciça de recursos bélicos dos Estados Unidos.

Não vem ao caso descrever a história desses ciclos econômicos dos quais dizem respeito à história do capitalismo no decorrer de 500 anos. As hegemonias que dominaram a economia mundial se estabeleceram a partir de estratégias que se diferenciaram umas das outras. E cada vez que o sistema se reorganizou em novas bases políticas de acumulação uma inovação condicionou a expansão material e monetária na região central da economia-mundo capitalista. É possível que algumas áreas periféricas tenham alcançado o status de semiperiferia e se encaminharam para se aproximar do centro. Ao mesmo tempo outras regiões mais bem colocadas perderam sua posição. Isso significa que a estrutura desigual proporcionada pela divisão internacional do trabalho não se alterou. Pelo menos não de forma significativa.

Levando isso em conta Arrighi (1997) argumenta que em mudanças de ordem econômica internacional disposições se repetem do ponto de vista estrutural embora as estratégias sempre sejam diferentes. As diretrizes dos ciclos de acumulação estão assentadas em duas realidades de ordem social e política: *forças de costume* e *forças de inovação*.

Influenciado pela produção teórica de Schumpeter, Arrighi entende que o capitalismo se assenta em um tipo de *ordem costumeira* em sincronia com um processo contínuo de transformação e substituição dos modos de produzir a riqueza material. Para o autor coexistem atividades de estabilidade da reprodução de uma forma histórica de acumular capital, e atividades novas que em certo sentido negam as que estão em vigor. Todavia somente em situações de instabilidade sistêmica há substituição e destruição total da estratégia vigente. Isso significa que a inovação no plano econômico tende a substituir ordens costumeiras segundo a relação de poder dos grandes capitalistas. Num dado espaço de tempo a alternância na pressão competitiva permite uma nova rodada de desenvolvimento que pode manter ou criar uma nova hegemonia internacional. A alternância entre competição mais contida e mais aberta representa, nesse caso, uma *onda longa* do processo de desenvolvimento que nada mais é do que um reflexo temporal da relação entre antimercado e mercado, entre lucros exorbitantes e lucros moderados.

Ondas longas são primordialmente um reflexo temporal dos processos competitivos da economia capitalista mundial. [...] A alternância entre pressões competitivas mais intensas e mais refreadas é o que entendemos por ondas longas de prosperidade e de depressão. (ARRIGHI, 1997, p. 19)

As forças de inovação podem substituir acordos costumeiros, mas não necessariamente representa o fechamento completo de um ciclo de desenvolvimento. Conforme Arrighi existem dois tipos de inovação que caracterizam as ondas longas: as *revoluções primárias* e as *revoluções secundárias*. O modo como tais revoluções se desdobram no tempo varia segundo as condições históricas. Mas o que realmente determina o nível de “sucesso” para qualquer tipo de inovação capitalista diz respeito à intensidade da concorrência.

Como exposto anteriormente, as ondas longas dizem respeito ao modo como pressões competitivas variam temporalmente. Conforme Arrighi a estabilidade marcada por um conjunto de acordos de ordem costumeira, ou seja, uma inovação que se concretizou política e socialmente, diz respeito a uma fase específica em que a complementaridade e cooperação econômica produzem o melhor resultado possível em termos de lucratividade. Essa primeira fase o autor chama de (A). Todavia o sistema está sempre em movimento e a inovação que antes condicionava acordos costumeiros passa a ser copiada ou mesmo superada, o que leva a uma situação de concorrência e substituição. Esta é a fase (B)⁸².

A luta competitiva que marca a transição de (A) para (B) pode, segundo o autor, ser dividida em três partes. Em primeiro lugar a estabilidade gerada pelos acordos costumeiros cria as condicionantes para a criação de uma nova combinação insumo-produto. Os que estão lucrando com a combinação vigente procuram escoar seu capital para novos investimentos, e aqueles que estão perdendo buscam formas de captar capital adicional. Há então um duplo processo que é ofensivo e defensivo.

A segunda parte diz respeito à progressão da fase (A) para (B). A disputa por recursos de velhas e novas combinações reduz a renda das empresas em geral – inclusive na forma de lucro. Nessa fase a substituição entra em vigor de forma ampliada. Inicialmente os benefícios dessa inovação acabam sendo distribuídos ao acaso, mas com o tempo, quando aumenta a coação para economizar e substituir, somente as grandes empresas com maior poder aquisitivo conseguem trocar a velhas fórmulas de acumulação do capital. Em consequência disso empresas menores desaparecem ou ficam subordinadas aquelas que conseguiram completar o processo de substituição. Portanto,

[...] da mesma forma que a construção de novas combinações havia intensificado a “prosperidade” da fase A, nesse momento o dismantelamento das combinações “existentes” aprofunda a depressão da fase B. Do mesmo

⁸² “A conceituação [...] de ondas longas nos releva que as fases B são períodos de disputa aberta ou competição “excessiva” entre as empresas capitalistas, e as fases A são períodos de trégua que preparam para uma nova rodada de luta.” (ARRIGHI, 1997, p. 25)

modo que a construção de novas combinações tendia a se acumular, o mesmo ocorre com o dismantelamento de velhas combinações. O terceiro estágio da luta competitiva chega ao fim quando os sobreviventes estabelecem novos acordos costumeiros que fazem cessar os efeitos destruidores da competição “excessiva”. (ARRIGHI, 1997, p. 24)

Nesse ponto pode-se esclarecer o que Arrighi entende por revolução primária e secundária e qual a importância disso para o desenvolvimento econômico. Conforme o autor as revoluções primárias dizem respeito a uma nova ordem costumeira no campo econômico, que estabelece um novo padrão de centralidade hegemônica⁸³. Esse tipo de revolução (inovação) emerge em conjunto com a ordem costumeira que tende a ser superada. Ela cria novas condições de acumulação do capital na medida em que altera as combinações de insumo-produto. Não obstante qualquer inovação que tenha o potencial de criar uma tendência de substituição significativa tanto da produção quanto da circulação econômica pode ser entendida como revolução primária. Já as revoluções secundárias são entendidas como consequência direta das primárias na medida em que se apresentam como solução estratégica na manutenção da centralidade econômica que está sempre sujeita a pressões competitivas.

Segundo Arrighi nem sempre uma hegemonia internacional segue imediatamente as mudanças que ocorrem no campo econômico, ou seja, as ondas longas podem representar um período mais intenso de disputa pela centralidade da acumulação mundial do capital. A própria revolução secundária se faz necessária quando ocorre difusão da inovação primária para fora do centro hegemônico gerando uma situação preliminar de concorrência. Isso significa que períodos de estabilidade e competição acentuada podem se repetir dentro de um mesmo ciclo hegemônico de acumulação do capital. É como se um ciclo menor existisse dentro de outro ciclo maior – cada qual com temporalidades específicas, mas inter-relacionados. Como já foi dito antes os ciclos sistêmicos de acumulação dizem respeito a mudanças posicionais na economia-mundo capitalista e também a uma nova estratégia política de se acumular capital. Portanto em teoria o início de um ciclo sistêmico é marcado por uma revolução primária e mantido por uma revolução secundária.

Conforme Arrighi dentro do tempo mais longo de um ciclo sistêmico existem regras mais complexas que dizem respeito ao processo de transformação e limitação da inovação principal (primária) que condiciona uma hegemonia mundial. Uma característica importante a ser elencada sobre o conceito de ciclo sistêmico é que ele diz respeito ao nível mais alto do

⁸³ Cf. ARRIGHI, 1997, p. 30.

esquema tripartido de Braudel. Ele faz referência às disputas na esfera do antimercado⁸⁴. Mas além de esclarecer a alternância entre os principais centros de acumulação do capital tal conceito segundo autor serve para elucidar os intervalos de transformação e adaptação do capital. Essa é uma questão de suma importância que já se encontra presente na obra de Braudel⁸⁵.

A flexibilidade do capital se manifesta na medida em que o mesmo sofre mudanças segundo as necessidades de auferir grandes lucros. Cada ciclo sistêmico de acumulação constitui-se de uma fase inicial de expansão material da qual geralmente é embasada numa revolução econômica primária. Nessa fase os grandes capitalistas usam seus recursos monetários para ampliar a atividade produtiva e comercial. O resultado disso é um retorno maior de capital na forma de dinheiro. Até aqui a tese do autor acompanha a fórmula (DMD') de Marx. No decorrer dessa expansão material contradições reforçam a necessidade de uma revolução secundária, que até certo ponto ainda corresponde à forma de investimento na produção e circulação de mercadorias.

Por outro lado essas contradições sistêmicas representam um aumento na renda dos trabalhadores que se encontram no centro mundial de acumulação. Não que essa melhora nas condições materiais dos trabalhadores seja resultado mecânico do desenvolvimento econômico do centro hegemônico. Isso ocorre devido à própria luta dessa classe para evitar a desvalorização de sua atividade. Além do mais o processo de cópia das estratégias hegemônicas por outros países aumenta a pressão competitiva sobre aquele que exerce a liderança da economia mundial. Neste contexto o antimercado torna-se mais vulnerável em relação àquela atividade produtiva que até então mantinha a competição em níveis suportáveis. No estado mais crítico nem a resolução secundária ameniza por muito tempo esse processo.

Enquanto uma parte desse capital excedente não [é] empurrada para fora [do investimento produtivo] a taxa global de lucro tende a cair, e a concorrência entre os locais e ramos de negócio – bem como dentro de cada um deles – se [intensifica]. (ARRIGHI apud ARIENTE; FILOMENO, 2007, p. 120)

Quando a acumulação chega nesse estágio é possível afirmar, segundo as premissas do autor, que a valorização do capital por meio do investimento produtivo alcançou o seu limite. A disponibilidade de capital torna-se maior do que a demanda por investimento naquelas

⁸⁴ “[...] os ciclos sistêmicos de acumulação são processos ligados ao “alto comando” da economia capitalista mundial – o verdadeiro lar do capitalismo, segundo Braudel.” (ARRIGHI, 1996, p. XII)

⁸⁵ “Permitam-me identificar aquilo que me parece ser um aspecto essencial da história do capitalismo: sua flexibilidade ilimitada, sua capacidade de mudança e de adaptação.” (BRAUDEL apud ARRIGHI, 1996, p. 04)

atividades produtivas que antes proporcionavam lucros acima do que é previsto na economia de mercado. A essa altura os agentes capitalistas e governamentais do centro hegemônico alteram a estratégia de acumulação por meio da mutação do capital. Por algum tempo o processo de acumulação ocorre por meio da produção de mercadoria (M), isto é, no capital investido numa nova combinação de insumo-produto. Porém com o esgotamento desse modo de acumulação o capital se valoriza simplesmente na sua forma dinheiro (D).

O capital deixa progressivamente a rigidez, a concretude, a perda de flexibilidade, em direção à liquidez, à liberdade de escolha, à flexibilidade. Quando os agentes capitalistas percebem que o comércio de moedas, a especulação e as operações de crédito, especialmente com os Estados que disputam o capital circulante, podem proporcionar maior capacidade de reprodução a seu estoque de capital, eles passam a desviar, em volumes crescentes, seus excedentes para os mercados financeiros. (ARIENTE; FILOMENO, 2007, p. 121)

Então o ciclo sistêmico entra numa fase de expansão financeira sendo que é por meio da valorização do dinheiro que o capital se acumula a taxas mais expressivas. Levando em conta esse tipo de dinâmica histórica, Arrighi (1996) profere que os ciclos sistêmicos de acumulação podem ser sumarizados a partir da fórmula marxista (DMD'), mas sobre uma perspectiva temporal mais longa indicando os preceitos do desenvolvimento econômico a nível mundial. Uma primeira fase representaria a concentração de capital na atividade produtiva (DM), e a segunda uma concentração maior na atividade financeira (MD'). O caso é que tanto numa fase quanto na outra a atividade produtiva e financeira coexistem, porém a intensidade e o significado político dessas práticas se alteram na medida em que as inovações de ordem material se esgotam. Quando as revoluções primárias e secundárias não dão mais conta de manter a centralidade espacial do processo econômico o capital tende a se tornar mais flexível migrando para a esfera financeira. No ponto alto desse processo a acumulação ganha certa autonomia em relação à atividade comercial e produtiva sendo representada pela fórmula abreviada (DD').

A transferência do capital para a esfera financeira indica um período de crise e competição intolerável por parte daqueles que mantêm a centralidade do processo econômico. O excesso de liquidez e a falta de investimentos produtivos geram uma crise naquilo que diz respeito à liderança internacional. Uma vez que o crescimento econômico atinge certos limites no centro hegemônico e as outras nações soberanas ainda se vêm distantes daquele nível de desenvolvimento, o discurso hegemônico perde credibilidade. Há então uma crise de hegemonia, de liderança internacional e de controle relativo das cadeias de mercadorias. O aprimoramento comercial e produtivo de outras localidades tende a gerar uma nova revolução

primária⁸⁶ que se apresenta mais eficaz na acumulação do capital. São lançadas as bases para a superação da crise financeira e remodelação da ordem sob uma nova liderança. Assim, um ciclo de acumulação termina enquanto – de forma quase paralela – outro começa. E mais uma vez a partir de uma expansão material seguida de outra financeira, o que marca uma crise estrutural que dá origem a outra revolução primária da qual pode desembocar em outro ciclo sistêmico de acumulação.

Esse processo é sempre histórico, ou seja, nunca um ciclo sistêmico será igual ao outro. A inovação em termos primários é sempre necessária para quebrar paradigmas e resolver impasses da crise financeira. Portanto pode-se constatar que os ciclos sistêmicos de acumulação descritos por Arrighi (1996) são tendências seculares que explicam a dinâmica cíclica da acumulação do capital em escala global. E conforme a organização do sistema interestatal, tais ciclos também dizem respeito a transições na ordem hegemônica internacional.

Mas acima dessas características o conceito de ciclo sistêmico parece ser um instrumento analítico do desenvolvimento capitalista em suas diferentes fases históricas, levando-se em conta as diferentes temporalidades que permeiam o espaço econômico. Nesse caso o desenvolvimento econômico apontado pela abordagem sistêmica faz referência à economia-mundo capitalista da qual corresponde todo processo produtivo ligado pelas cadeias de mercadorias. Todavia partindo dessas ponderações talvez não seja plausível argumentar que a análise de sistemas-mundo expresse uma teoria do desenvolvimento econômico. Os ciclos sistêmicos não evidenciam qualquer tese sobre como uma sociedade pode alcançar o status de desenvolvida. Talvez seja exatamente o contrário. A cada transformação do sistema-mundo capitalista novas bases são lançadas para uma nova liderança mundial, isto é, uma nova governança sobre a divisão internacional do trabalho. Isso significa que a condição de periferia e semiperiferia não é totalmente eliminada, mas apenas passa por um processo de remodelação. A maior parte do excedente continua sendo acumulada e controlada por agentes do núcleo orgânico da economia mundial.

Ao longo do tempo, os *loci* das atividades econômicas vão mudando... Daí a razão por que algumas áreas “progridem” e outras “regredem”. Mas o fato de Estados específicos mudarem sua posição na economia mundial, da semiperiferia para o núcleo orgânico, digamos, e vice-versa não muda, em si mesmo, a natureza do sistema. Essas mudanças serão registradas por Estados individualmente, como “desenvolvimento” ou “regressão”. O fator-chave a observar é que, no interior da economia capitalista, *por definição*, os Estados não podem todos “se desenvolver” simultaneamente, já que o sistema

⁸⁶ Por essa característica “[...] as revoluções econômicas primárias têm origem num impasse geral da acumulação capitalista e definem os estágios sucessivos de desenvolvimento da economia capitalista mundial.” (ARRIGHI, 1997, 44)

funciona graças à existência de regiões desiguais de núcleo orgânico e de periferia. (WALLERSTEIN apud ARRIGHI, 1997, p. 141)

O norte teórico da análise de sistemas-mundo indica que o desenvolvimento econômico é estruturalmente *desigual e combinado*⁸⁷. As mudanças na estrutura produtiva correspondem a resoluções sobre o impasse da acumulação em termos monopolísticos. Sempre que o controle relativo dos mercados é ameaçado tem início uma situação de crise sistêmica cuja superação se estabelece numa nova hegemonia mundial, e um novo tipo de monopólio. Os autores da abordagem entendem que esse processo é cíclico, porém não é perpetuo. Toda vez que há uma reestruturação do sistema as estruturas fundamentais sofrem danos irreparáveis. É por isso que o capitalismo é entendido como sistema histórico.

Assim sendo, não parece ser plausível afirmar que a abordagem sistêmica representa qualquer teoria do desenvolvimento econômico. Arrighi, por exemplo, não elenca quais seriam as diretrizes políticas que uma nação “atrasada” poderia dedicar com o objetivo de melhorar sua condição material. É fato que o autor estudou de forma profunda a dinâmica de transformação do capitalismo de longa duração. Contudo seu trabalho diz mais respeito a uma história do desenvolvimento capitalista. E pela própria forma como essa história é descrita parece não haver qualquer possibilidade de equidade econômica entre as sociedades intergradadas na economia mundial⁸⁸. O sistema funciona como um jogo de soma zero, para alguém ganhar o outro tem que perder. Essa lógica explica a máxima de um dos livros mais importantes do autor, *A Ilusão do Desenvolvimento*.

⁸⁷ É nítido que há convergências entre a tese de Trotsky e a análise sistêmica. Mas a principal diferença é que para a análise sistêmica a condição desigual entre as regiões do sistema são estruturais e não dizem respeito a uma etapa do desenvolvimento capitalista.

⁸⁸ “Os Estados, individualmente, podem cruzar o golfo que separa a periferia da semiperiferia, mas também nesse caso as oportunidades de avanço econômico, tal como se apresentam serialmente para um Estado periférico de cada vez, não constituem oportunidades equivalentes de avanço econômico para todos os Estados periféricos. O que cada Estado periférico pode realizar é negado desse modo aos outros.” (ARRIGHI, 1997, p. 220)

3. CONTRAPONTO ENTRE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E CAPITALISMO HISTÓRICO

Em nossa exposição sobre a teoria econômica de Adam Smith foi possível perceber que o autor de fato elaborou uma teoria do desenvolvimento econômico – apesar deste termo não ser usado diretamente. O princípio de suas ideias corresponde a uma noção filosófica de natureza humana e social, algo nada incomum para um pensador do século XVIII. Porém isso evidencia o caráter fortemente teórico das teses do autor. Já a análise dos sistemas-mundo, seja nas palavras de Wallerstein ou Arrighi, é uma abordagem rigorosamente histórica e necessariamente empírica. Essa é provavelmente a principal diferença entre as duas abordagens estudadas nos primeiro e segundo capítulos.

Todavia embora seja possível assegurar que Smith tenha elaborado uma teoria do desenvolvimento econômico o mesmo não é válido para a análise sistêmica. Esta última apenas constitui uma explicação histórica do capitalismo. Levando essa particularidade em conta qualquer estudo da teoria de Adam Smith a partir da abordagem sistêmica deve ser necessariamente um contraponto histórico. Tal método é imprescindível se o objetivo é entender o potencial analítico de uma dada teoria do desenvolvimento econômico. Celso Furtado, importante teórico do desenvolvimento econômico, já afirmava:

[...] que não basta construir um modelo abstrato e elaborar a explicação do seu funcionamento. Igualmente importante é a verificação da eficácia explicativa desse modelo em confronto com uma realidade histórica. (FURTADO, 2000, p. 15)

Assim sendo iniciaremos esse capítulo elaborando um contraponto à teoria de Adam Smith com a própria história do capitalismo. E essa crítica a partir da análise sistêmica terá enfoque no já mencionado *ciclo sistêmico de acumulação britânico*. É bem verdade, que assim como proferido no segundo capítulo, o capitalismo de longa duração evidencia outras conjunturas que também poderiam ser estudadas. Mas a escolha por esse recorte temporal em relação à Grã-Bretanha repousa em três motivos. Em primeiro lugar não é razoável estudar os outros ciclos sistêmicos de acumulação, pois esse não é nosso principal objetivo. O estudo histórico realizado nesse trabalho tem apenas a função de auxiliar nossa argumentação em relação à tese de Adam Smith. Em segundo lugar a Grã-Bretanha foi e continua sendo considerada a maior representante cultural, política e ideológica do progresso econômico. Historicamente ela foi a grande emissária do mundo contemporâneo e da própria sociedade

capitalista em sua forma mais clássica⁸⁹. Por isso a história desse país se mostra importante para nossa pesquisa.

Em terceiro lugar o sucesso econômico da Grã-Bretanha também tem sido frequentemente associado às teses liberais de desenvolvimento econômico⁹⁰. Em suma esse país foi o grande propagandista das ideias construídas por Adam Smith, bem como de outros autores liberais. Porém nesse resumo histórico não esperamos encontrar a aplicação integral das teses de Adam Smith acerca do desenvolvimento econômico. Tal presunção seria no mínimo desonesta do ponto de vista intelectual. A intenção é apenas esclarecer até que ponto existe correspondência entre a teoria do autor e o desenvolvimento econômico em sentido mais histórico naquilo que a abordagem sistêmica entende por economia-mundo capitalista.

3. 1. O ciclo sistêmico de acumulação britânico e imperialismo de livre-comércio

A supremacia britânica, tanto em termos políticos, quanto econômicos remonta ao enfraquecimento da Holanda na economia mundial e ao projeto governamental de fomento a indústria que se iniciou no século XIV. O monarca Eduardo III (1327-1377) foi o primeiro a deliberar uma política de incentivo a manufatura local do tecido de lã. Sua política consistiu em atrair tecelões estrangeiros e em proibir as importações do tecido de lã. O rei para dar o exemplo em todo país chegou a usar somente roupas de tecido inglês. Ainda assim até início do século XVII a economia britânica era relativamente atrasada. Suas exportações limitavam-se à lã bruta, e em menor proporção, ao tecido de lã com pouco valor agregado.

O poder das corporações urbanas dos artesãos condicionava o monopólio na produção manufatureira de boa parte da Europa Ocidental. Historicamente essa foi uma prática um tanto comum no contexto medieval e persistiu por algum tempo após as crises do feudalismo. Fora desse ambiente mais restritivo havia subúrbios em lugares afastados e até mesmo em áreas rurais ou pequenas vilas pouco urbanizadas. Nesses lugares se estabeleciam forasteiros, judeus e artífices que trabalhavam em oficinas cuja produtividade não tinha condições e satisfazer toda a demanda. Mas por essas características essas pequenas manufaturas sofriam

⁸⁹ No campo marxista, autores como Wood (2009), Dobb (2012), Hobsbawm (2007) e HILL (1985) apontaram a Inglaterra como pioneira do modo de produção capitalista.

⁹⁰ “Os filósofos, sociólogos e economistas do século XVIII e do princípio do século XIX formularam um programa político que serviu como diretriz para a adoção de políticas sociais, primeiro na Inglaterra e nos Estados Unidos, depois para o continente europeu, e, por fim, também, para outras partes do mundo [...]. Em que pese ter sido breve e muito limitada a supremacia das ideias liberais, ainda assim foram suficientes para mudar a face da terra. O desenvolvimento econômico ocorrido foi extraordinário. A liberação do poder produtivo do homem fez multiplicarem-se, em muitas vezes, os meios de subsistência [...]. A prosperidade que o liberalismo criara reduziu consideravelmente a mortalidade infantil, que se constituía impiedoso flagelo em épocas precedentes, e, como resultado da melhoria de condições de vida, fez ampliar a expectativa média de vida.” (MISES, 2010, p. 33)

poucas limitações de cunho monopolista embora alguma pressão continuasse existindo. Nesse contexto o país que mais se destacou foi de fato a Inglaterra.

O único país onde o sistema tinha campo livre era a Inglaterra, onde as autonomias políticas locais tornaram difícil para a monarquia apoiar as reivindicações corporativas (da guilda) para a [criação] do monopólio [...] (LANDES, 1998, p. 47).

Essa realidade descrita por Landes se enquadra bem ao campo de atuação econômica que Braudel qualificou como economia de mercado. Todavia não é plausível afirmar que essa tenha sido a causa principal para o desenvolvimento britânico. É bem provável que essa produção manufatureira regional tenha gradativamente coexistido com práticas mais vorazes de se alcançar grandes lucros. Assim como proferido no segundo capítulo, monopólios – e oligopólios – podem coexistir com o mercado na medida em que a concorrência por melhores preços possa garantir um menor custo de produção para aqueles que detêm o grande capital.

A partir da ascensão ao trono da dinastia Tudor a Grã-Bretanha deu início a um novo projeto que vinculava diretamente o poder político ao capital. Henrique VII (1485-1509) e especialmente Elizabete I (1558-1603) adotaram medidas das quais a dependência na exportação de lã bruta foi sendo superada. Vale ressaltar que os principais compradores de lã inglesa eram produtores e comerciantes dos Países Baixos. Portanto não é coincidência a economia desse país estar relacionada com ascensão da Grã-Bretanha.

Impressionado com a prosperidade dos Países Baixos, Henrique VII aumentou as tarifas de exportação da lã bruta e até mesmo chegou a proibir temporariamente a exportação desse produto. Também recrutou mão de obra especializada dos Países Baixos para instruir os fabricantes ingleses. Não obstante, Henrique VII, adotou políticas que “[...] incluíram o envio de missões reais para identificar os lugares adequados à instalação de manufaturas [...]” (CHANG, 2004, p. 40). Posteriormente as legislações de 1489, 1512, 1513 e 1536 praticamente inibiram a exportação de tecido de lã inacabado, o que ilustra o caráter protecionista da época.

Tempos depois, durante o reinado de Elizabete I, a Grã-Bretanha havia desenvolvido suas manufaturas de tal modo que aboliu por completo a exportação de lã bruta – o que acarretou numa crise entre os fabricantes dos Países Baixos. Elizabete I enviou emissários para Rússia, Mongólia e Pérsia como a intenção de aumentar o nível de comércio britânico. Ao mesmo tempo os fortes investimentos na frota naval ampliaram o poder sobre novos territórios com potencial econômico, possibilitando a criação de colônias estratégicas. O

mercado foi se ampliando conforme o controle político da coroa também crescia fora do território nacional.

É razoável argumentar que esses acontecimentos que precedem a Revolução Industrial tiveram importância relativa para o posterior sucesso econômico da Grã-Bretanha. Mesmo assim seria pernicioso ignorar que tais políticas favoreceram e até mesmo condicionaram as bases estruturais da indústria e comércio britânico em sua fase mais desenvolvida⁹¹. Em suma o ciclo de acumulação britânico foi um processo extenso do qual a manufatura de lã teve papel central na ampliação do comércio ultramarino.

No século XVIII, a vitória dos britânicos sobre seus concorrentes – principalmente a França – pelo comércio ultramarino logrou uma pequena vantagem sobre os holandeses no controle mundial das altas finanças. A guerra de independência norte americana, apoiada e financiada por franceses e holandeses, deu início a um processo de retaliação comercial e política por parte da Grã-Bretanha. Essa represália acabou por aniquilar o poderio naval dos Países Baixos prejudicando seu circuito comercial com as Índias Orientais. Isso não significou a ruína completa da economia holandesa. Em suma conforme os holandeses perdiam sua supremacia na economia-mundo capitalista os britânicos se erguiam como nova potência hegemônica. Posto de outra maneira a estratégia de controle da acumulação de capital a nível global dos Países Baixos havia chegado ao seu limite máximo. De forma simultânea as estratégias políticas da Grã-Bretanha contribuíram para resolução de uma revolução primária, pela qual uma nova fase de expansão material (DM) se tornou possível. Esse período ainda era de transição da hegemonia holandesa para a britânica e por isso

[...] o dualismo de poder nas altas finanças acabou sendo resolvido pela escalada em direção a um clímax final [Guerras Napoleônicas] das lutas competitivas que, em regra geral, marcam as fases finais (MD') dos ciclos sistêmicos de acumulação. No curso desses confrontos “finais”, o antigo regime de acumulação deixou de funcionar. Historicamente, porém, somente depois de cessados os confrontos é que se estabeleceu um novo regime, com o capital excedente encontrando o caminho de volta para uma nova fase (DM) de expansão material. (ARRIGHI, 1996, p. 164)

Em função das guerras francesas, e da posição da Grã-Bretanha nas altas finanças da Europa, houve uma explosão de crédito para o financiamento do poder britânico. Segundo Arrighi (1996), no ano de 1783, o governo pagou 9£ milhões de libras em juros e

⁹¹ “[...] sem esse equivalente, no século XVI, da estratégia moderna de fomento a indústria nascente, tal como concebeu Henrique VII e foi mantido por seus sucessores, teria sido difícil ou mesmo impossível à Grã-Bretanha o sucesso inicial na industrialização: sem o apoio dessa indústria-chave, que chegou a representar pelo menos a metade da renda da exportação no século XVIII, a Revolução Industrial britânica seria no mínimo, difícilíssima.” (CHANG, 2004, p. 42)

amortizações para saudar suas dívidas. Esse valor correspondia a 75% do orçamento e equivalia a 1/4 do valor das exportações anuais da Grã-Bretanha. Posteriormente esses gastos públicos foram aumentados de 22£ milhões para 123£ milhões entre os anos de 1792 e 1815.

A explosão dos gastos públicos beneficiou diretamente as indústrias de bem de capital que passaram por uma profunda expansão mediante investimentos que pareciam descomedidos. A indústria siderúrgica, por exemplo, ultrapassou muito as necessidades da época que procedeu de 1816 a 1820. Mesmo assim, esse ramo encontrou canais de investimento para auxiliar os meios de transportes, o que exigia a produção em massa de aço e ferro. Foi nesse contexto que os trilhos de ferro de expandiram, não só na Grã-Bretanha, mas em outras partes do mundo⁹².

Sob a óptica liberal, a explosão da indústria pesada britânica pode ser vista como resultado “natural” do desenvolvimento do mercado no sentido de promover as pessoas mais capacitadas na atividade empresarial. Entretanto, como observou Chang (2004), a mecanização da produção foi condicionada por uma forte política protecionista de incentivo a indústria nascente. No decorrer do século XVIII, mais precisamente em 1721, foi feita a reforma da legislação mercantil. Tal reforma adotou medidas que foram sendo aplicadas de forma gradual: a primeira foi a redução de tarifas alfandegárias de matérias-primas importadas pela manufatura; em segundo lugar, se aumentou o reembolso aduaneiro para as matérias-primas importadas⁹³ pelas manufaturas de exportação; em terceiro lugar se eliminou o imposto de exportação das maioria dos produtos manufaturados; também os subsídios de exportação existentes foram elevados e outros novos foram criados; por fim, o governo criou um programa de qualidade dos produtos manufaturados a fim de evitar que mercadorias de baixa qualidade prejudicassem a imagem dos produtos britânicos no exterior.

No plano externo, após os conflitos que marcaram a virada do século XVIII para o XIX, a Grã-Bretanha estabeleceu acordos de ordem política e econômica com seus principais aliados. Nesse contexto ela apoiou as grandes monarquias da Europa, manteve controle relativo sobre a França derrotada, e ainda defendeu a não intervenção no continente

⁹² Ferrovias foram construídas “[...] porque as empreiteiras precisavam de trabalho, os siderurgistas, de encomendas, e os banqueiros e organizadores empresárias, de um projeto em que trabalhar. E a construção de ferrovias transformou-se num serviço que a Grã-Bretanha poderia despejar no exterior, quando suas organizações financeiras e suas construtoras não pudessem manter-se ocupadas em casa.” (JENKS apud ARRIGHI, 1996, p. 164-165)

⁹³ Sobre essa política, Adam Smith provavelmente teria uma posição mais pragmática, caso o reembolso servisse para corrigir distorções do mercado externo. Ainda assim, levando em conta a teoria do autor, a preferência seria pela não necessidade do reembolso, o que significa a aplicação de políticas mais livres no mercado internacional.

americano⁹⁴. A partir do Tratado de Viena, o sistema político europeu passou a ser liderado por uma Grã-Bretanha capaz de conciliar não só o interesse de seus aliados, mas também de seus antigos rivais na economia-mundo capitalista. Em outras palavras, o poder hegemônico britânico se tronava mais legítimo na medida em que seu interesse era entendido como o interesse de toda Europa, e até mesmo da América.

O sistema interestatal reconstituído em Viena sob a hegemonia britânica [...] não foi [...] anárquico. Foi um sistema em que o equilíbrio de poder europeu se transformou, pelo menos por algum tempo, em um instrumento informal de dominação britânica. (ARRIGHI, 2001, p. 68)

Toda essa liderança britânica ficou caracterizada por um período relativamente longo de paz entre as nações, a chamada *Pax Britânica* (1815-1914). De forma contraditória esse período foi acompanhado de conflitos coloniais por independência nacional e ampliação do império britânico. Isso sem levar em conta as guerras na América do Sul, como a *Guerra do Paraguai* (1864-1870), que inclusive teve participação financeira da Grã-Bretanha⁹⁵.

A ação política do Estado britânico era evidente, tanto no sentido de fazer acordos de “paz”, ou no sentido de usar as tropas quando a diplomacia não funcionava. No entanto a partir de qual estrutura ideológica e histórica a dominação britânica se assentava? Para Arrighi, a hegemonia da Grã-Bretanha foi embasa num sistema imperial de livre-comércio ou *imperialismo de livre-comércio*⁹⁶. O termo pode realmente parecer estranho visto que em teoria o liberalismo econômico defendido por Adam Smith seria a negação de qualquer forma de domínio político externo. Todavia não é nada contraditório se levarmos em conta os fatos históricos.

Assim como afirma Polanyi (1980, p. 142), “[...] foi senão nos anos de 1830 que o liberalismo econômico explodiu como uma cruzada apaixonante, e o *laissez-faire* se tornou um credo militante.” Antes desse período, assim como já exposto, a Grã-Bretanha adotou uma serie de políticas de cunho protecionista e nacionalista. E ainda que o livre-mercado viesse a se tronar uma ideologia forte não é possível afirmar que o Estado britânico diminuísse sua influência, e diga-se influência na economia mundial. Realmente aconteceu um processo de abertura econômica marcado pela liberalização unilateral do comércio em 1848 juntamente com a revogação da chamada *Lei dos Cereais*⁹⁷.

⁹⁴ “O que mais tarde viria a se transformar na Doutrina Monroe – a ideia de que a Europa não devia intervir nos assuntos americanos – foi, inicialmente, uma política britânica.” (AGUILAR apud ARRIGHI, 2001, p. 69)

⁹⁵ Cf. MOTA, 1995, p. 252.

⁹⁶ Segundo Chang, essa expressão também foi usada por Gallagher e Robinson.

⁹⁷ A *Lei dos Cereais* (no inglês: *Corn Laws*) foi uma política econômica que visava proteger os produtores de cereais britânicos por meio da tributação de cereais importados.

Contudo essa liberalização contribuiu apenas para que nenhuma potência desafiasse o equilíbrio de poder britânico além de servir para amarrar um conjunto de países mais fracos na divisão internacional do trabalho. Todo esse processo parecia justificável dentro da lógica de vantagens comparativas – a versão ricardiana e mais completa da teoria das vantagens absolutas de Adam Smith. Aliás, como lembra Celso Furtado (1974, p. 26), “[...] a doutrina liberal, mediante a qual os ingleses com tanta convicção justificaram o seu projeto de divisão internacional do trabalho, fundava-se nessa *lei* de vantagens comparativas.” A partir desse princípio acreditava-se que se toda produção de cereais fluísse de forma inteiramente livre para Grã-Bretanha o país teria condições de vender produtos manufaturados mais baratos para todo o mundo. Nota-se que o comércio mundial tinha um desenho bem definido onde a Grã-Bretanha não abria mão de seu papel e ao mesmo tempo exigia a aceitação global de outros países em funções predeterminadas.

Esse imperialismo de livre-mercado, liderado pela Grã-Bretanha, funcionava por meio da especialização produtiva concentrada em território britânico, ou seja, o agrupamento estratégico de cadeias mercantis voltadas para a produção industrial. A própria divisão internacional do trabalho promovia a situação necessária para que os britânicos se tornassem não só o epicentro comercial da economia mundial, mas também o epicentro industrial.

Durante a exposição de nosso primeiro capítulo foi possível observar que a tese das vantagens comparativas pressupõe certo nível de especialização regional da produção. Nesse caso a Grã-Bretanha parece de fato ter seguido a risca esse aspecto das teorias de Smith e Ricardo. Este último chega a elencar a função produtiva de alguns países: o vinho em Portugal e França; os cereais na América e Polônia; ferramentas e produtos manufaturados na Inglaterra. Porém não parece coerente que a economia mundial tenha se organizado de forma espontânea sem que houvesse um tipo de planejamento ou direcionamento político.

Vale mencionar o papel fundamental da Índia para a industrialização da Grã-Bretanha. Conforme Landes (1998, p. 250) “[...] a Índia tinha a principal indústria de algodão do mundo nos séculos XVII e XVIII, imbatível pela qualidade, variedade e custo.” Sua produção foi além da demanda interna sendo exportada indiretamente para o Sudeste Asiático e China, além integrar o mercado do Oceano Índico. Todavia por volta de 1700, tempos antes da Índia se tornar uma colônia oficial, o governo britânico impôs

[...] uma barreira à importação dos produtos de algodão da Índia (o morim) [...] de qualidade superior, debilitando aquele que na época era considerado o setor manufatureiro de algodão mais eficaz do mundo. Subsequentemente, em 1813, a indústria indiana de algodão acabou sendo destruída, [...] quando

a Grã-Bretanha passou a ser uma produtora mais eficiente do que a Índia. (CHANG, 2004, p. 45)

Além do mais, a vitória na *Batalha de Plassey* (1757) garantiu aos britânicos uma parcela substancial da riqueza indiana da qual no fundo era absorvida por um sistema de pilhagem. Tal fato permitiu aos britânicos entrar nas guerras napoleônicas sem grandes déficits, o que como já mostramos, condicionou o endividamento público e os grandes investimentos na indústria pesada.

Permitindo que a Grã-Bretanha iniciasse as Guerras Napoleônicas praticamente livre de dívida externa, [a pilhagem de Plassey] facilitou a sextuplicação dos gastos públicos britânicos 1792-1815, aos quais McNeill atribuiu um papel decisivo para a criação da fase de bens de capital da Revolução Industrial. Mais importante, a pilhagem de Plassey deu início a um processo de conquista de um império territorial na Índia, que iria converter-se no esteio principal do poderio global da Grã-Bretanha. (ARRIGHI, 2001, p. 72)

No que diz respeito à produção e comércio, os trabalhadores indianos que antes eram considerados grandes fabricantes de algodão foram transformados em meros produtores de matéria-prima e alimento. Isso significou uma realocação na divisão internacional do trabalho – e no mercado mundial – que de maneira nenhuma deve ser entendida como “livre” ou espontânea. Embora algumas características domésticas possam ser elencadas⁹⁸, a transformação das funções econômicas e globais da Índia foi principalmente resultado de uma política colonial. Por meio de um forte sistema fiscal que tornava a balança de pagamentos da Índia deficitária com o império britânico, e superavitária com o resto do mundo, a Grã-Bretanha praticamente liquidava sua dívida externa com as nações que integravam a economia-mundo capitalista. Como resultado a economia da Índia se transformou em mera base de apoio para o desenvolvimento do Reino Unido⁹⁹.

⁹⁸ Landes argumenta que um dos motivos da Índia não ter despontado sua indústria como a Inglaterra foi a alta oferta de mão de obra. Na Índia “[...] a oferta de mão de obra era elástica, portanto era mais fácil e mais econômico contratar trabalhadores adicionais, entre os intocáveis e as mulheres pobres para a fiação, entre os trabalhadores agrícolas para tecelagem, do que considerar mudanças na tecnologia; e isso pode muito bem ter sido a história da roda. Além disso, qualquer surto imprevisto de demanda [...] podia ser enfrentado por transferências de artigos entre mercados, do interno para o externo e de um externo para outro.” (LANDES, 1998, p. 252)

⁹⁹ “O aspecto fiscal da relação entre a construção de um império na Índia e o poderio mundial britânico teve [vital] importância. Mesmo presumindo que o império tivesse sido adquirido em um momento de distração, como se costumava dizer, seus bens tributáveis foram explorados com grande regularidade em benefício das finanças de Londres. Juntos a desvalorização da moeda indiana, a imposição dos infames Encargos Metropolitanos – mediante os quais a Índia foi obrigada a pagar pelo privilégio de ser saqueada e explorada pela Grã-Bretanha – e o controle exercido pelo Banco da Inglaterra sobre as reservas de divisas da Índia transformaram esse país no “pivô” da supremacia financeira e comercial da Grã-Bretanha.” (ARRIGHI, 2001, p. 73)

Mas não só a Índia contribuiu para construção da supremacia econômica britânica. Na virada do século XVII para o século XVIII o governo britânico “[...] proibiu as exportações de produtos de lã provenientes das colônias, destruindo totalmente a indústria de lã da Irlanda, na época superior [a da Grã-Bretanha].” (CHANG, 2004, p. 44) Em suma o império colonial britânico esteve fortemente vinculado a políticas de cunho mercantilista, e isso contribuiu muito para o desenvolvimento industrial desse país.

Mas como já fora mencionado a ideologia do livre-comércio passou a adquirir força política na terceira década do século XIX. “Decorreram 84 anos entre a publicação de *A riqueza das nações* e o orçamento Gladstone¹⁰⁰ de 1860; 31 anos entre Waterloo e a vitória ritual de 1846.” (CHANG, 2004, p. 48) A própria revogação da Lei dos Cereais foi vista como uma vitória do liberalismo econômico na política britânica. Ainda assim, a adesão ao liberalismo foi lenta e gradual e só depois que a indústria britânica tinha se tornado a mais evoluída do mundo no quesito tecnológico. O comércio externo de fato foi liberado, mas somente depois que a divisão internacional do trabalho havia se configurado segundo os interesses da Grã-Bretanha, quando esse país podia ser considerado, segundo Arrighi (2001), a *oficina do mundo*. Em suma é possível concordar com a leitura de List para quem o desenvolvimento britânico foi possível graças a uma política nacional de fomento a indústria nascente.

[Os monarcas britânicos] deram-se conta de que a recém-criada indústria nacional não teria chance de sucesso em livre concorrência com as estrangeiras, estabelecidas havia muito tempo (as italianas, as hanseáticas, as belgas e as holandesas)... Portanto, mediante um sistema de restrições, privilégios e incentivos, trataram de transplantar para o solo nacional a riqueza, o talento e o espírito empreendedor dos estrangeiros. (LIST apud CHANG, 2004, p. 15-16)

Portanto, mesmo com a liberalização unilateral do comércio, a Grã-Bretanha ampliou seu poder econômico por meio de projetos de caráter político. Tanto um fator quanto o outro estiveram interligados e contribuíram para elevar a posição de Londres nas finanças do mercado mundial. O dogma do *laissez-faire* foi imposto ao mundo em benefício da Grã-Bretanha, ora de maneira consensual, ora por métodos belicosos. O poder marítimo da marinha britânica serviu exatamente para esse propósito. Não foi por nada que uma política instituída em 1817, pelo Lorde Castlereagh, estabelecia que a marinha britânica mantivesse força superior as duas maiores marinhas depois dela.

¹⁰⁰ William Gladstone foi um estadista britânico cuja atividade política esteve voltada para liberalização econômica entre a Grã-Bretanha e a Irlanda.

Já na segunda metade do século XIX o investimento na indústria de transportes se espalhou de maneira mais agressiva pela Europa, houve uma queda substancial dos preços dos cereais, e os rendimentos do capital declinaram. Por volta de 1873-96, os lucros baixaram e a taxa de juros caiu “[...] tanto que [induziu] os economistas [da época] a invocar a possibilidade de que o capital se tornasse tão abundante a ponto de passar a ser uma mercadoria gratuita.” (ARRIGHI, 2001, p. 74) A expansão comercial britânica culminou numa concorrência entre as nações mais industrializadas, sendo que a industrialização dos meios de guerra passou a ser um quesito fundamental na disputa por poder no mercado mundial. Nações como a França passaram a construir barcos encouraçados o que obrigava a Grã-Bretanha a seguir o mesmo caminho. Mas nesse ponto, o vasto império colonial britânico se tornou caro demais para os níveis de acumulação da indústria e comércio centrados na Grã-Bretanha¹⁰¹. Essa época marcou a transição do monopólio britânico da produção mundial para uma fase de competição acirrada entre os países que almejavam desenvolver sua indústria.

Nesse período ocorreram crises de ordem econômica¹⁰², mas paradoxalmente a indústria continuou crescendo na Inglaterra e em outros países. Tal fato se explica pelo próprio processo que marcou a expansão material da Grã-Bretanha, por meio do qual, novos agentes emergiram tentando melhorar seu posicionamento na economia-mundo capitalista. Então, a crise que marcou a segunda metade do século XIX remete a concepção sistêmica já apontada em nosso segundo capítulo, de que após um período de expansão material abre-se caminho para uma escalada de competição capitalista a nível global.

Mas especificadamente, a grande depressão do comércio mundial de meados do século XIX, como todas as fases de expansão material dos ciclos sistêmicos de acumulação anteriores, tinha levado a uma intensificação sistêmica de pressões competitivas sobre as atividades de acumulação do capital¹⁰³. (ARRIGHI, 1996, p. 168)

Todas essas pressões competitivas fizeram com que o capital centrado na Grã-Bretanha migrasse das atividades produtiva e comercial para a atividade financeira. Em meados do século XIX toda incerteza em relação aos negócios se transformou numa verdadeira euforia sendo que o setor financeiro britânico conseguia lucros astronômicos. Como a política da Grã-Bretanha instituiu certo nível de liberalização econômica, entre suas

¹⁰¹ “No final do século a “[...] Grã-Bretanha já não era a oficina do mundo, e o custo de proteção de seu império ultramarino aumentara drasticamente, sob o impacto dos imperialismos rivais das nações vizinhas.” (ARRIGHI, 2001, p. 76)

¹⁰² A Grande Depressão de 1873-1896.

¹⁰³ Nota-se que da forma como os fatos são interpretados por Arrighi, a competição, reflexo de um livre-mercado como apontava Adam Smith, representou um sinal de ameaça ao imperialismo de livre-comércio constituído pela Grã-Bretanha.

colônias e seus principais aliados, foi exatamente a Grã-Bretanha que se tornou o mercado mais apropriado e estável para negociar meios de pagamento. Além do mais, junto com a exportação de capital oriundo do Reino Unido também houve expansão das redes bancárias ligadas diretamente a City em Londres. Foi o processo da expansão financeira (MD') do ciclo de acumulação britânico.

Durante o tempo em que a produção e circulação de mercadorias traziam lucros crescentes ao centro hegemônico de acumulação, a principal função das instituições financeiras do Reino Unido era transferir recursos monetários de áreas com excesso de capital para regiões domésticas com falta de capital. Uma função basilar para qualquer instituição financeira. Entretanto quando, em função da pressão competitiva, os lucros da produção e comércio se tronaram decrescentes o desígnio bancário se inverteu. Quem detinha a posse do capital na sua forma mais líquida é quem mais lucrava e mais acumulava, ou seja, a área onde havia mais capital passou a captar ainda mais capital numa lógica de acumulação financeira (DD').

As empresas britânicas que antes haviam lucrado com a expansão material se viram numa situação onde não valia a pena reinvestir seus excedentes monetários em atividades produtivas ou comerciais.

Em vez de investir esse excedente monetário em novos ramos de negócios, nos quais não tinham nenhuma vantagem comparativa especial, [...] ou de investi-lo no aumento da luta competitiva dentro de seu próprio ramo, [...] muitas dessas firmas devem ter escolhido um curso de ação muito mais sensato: manter líquida ao menos parte de seu capital e deixar que a City, através dos bancos provinciais ou diretamente por seus corretores, cuidasse de investi-lo [...] em qualquer lugar da economia mundial [...] (ARRIGHI, 1996, p. 170).

A alta finança britânica centrada no livre-mercado funcionava como uma espécie de ponte entre o governo britânico e o organismo econômico do mundo. Em tese qualquer banqueiro tinha autonomia dos governos onde atuava, mas isso não significava gozar de plena liberdade econômica. “O limite mais importante à autonomia dos [banqueiros] era o [...] intercâmbio político que os vinculava à Grã-Bretanha imperial através do Banco da Inglaterra e do Tesouro.” (ARRIGHI, 1996, p. 171) Essa troca entre poder político e econômico funcionava na medida em que o governo do Reino Unido dava preferência a certos grupos financistas que incorporavam a rede financeira mundial ao império colonial britânico. Com esse tipo de estratégia o nível de rentabilidade do capital financeiro além de elevado, também ficava livre das pressões competitivas. De certo modo foram esses financistas que, por meio do monopólio da posse do capital, financiaram a competição da indústria capitalista a nível

global. Por isso o capital em sua forma mais líquida não tinha pátria, mas precisava do Estado hegemônico para se expandir internacionalmente, o que marcou uma das características do imperialismo de livre-comércio praticado pela Grã-Bretanha.

Conforme a competição excessiva gerava maior demanda por capital entre nações industrializadas maiores eram os lucros obtidos por aqueles que detinham o capital de maior líquidos. Em suma a industrialização de outros países exigiu uma câmara de compensação única, que em termos lógicos estava centrada em Londres, onde o capital excedente encontrava canais de investimento em toda rede de comércio liderada de Grã-Bretanha¹⁰⁴. Posteriormente quando maiores quantidades de capital foram transferidas da esfera comercial e produtiva para a atividade financeira a pressão competitiva entre as empresas diminuiu. Essa época ficou marcada por um surto de desenvolvimento econômico na Grã-Bretanha e outras nações ligadas na sua rede cosmopolita de comércio e finanças.

[...] assim como a Grande Depressão de 1873-96 fora primordialmente uma doença dos homens de negócio deprimidos com a competição “excessiva” e os lucros “irracionalmente” baixos, também a “bela época” de 1896-1914 foi, antes de tudo, uma recuperação dessa doença, seguindo-se à redução da concorrência entre as empresas e à conseqüente alta lucratividade. (ARRIGHI, 1996, p. 177)

Assim seguiu o desenvolvimento britânico até que as contradições, em relação ao custo de manutenção do seu vasto império colonial, e a guerra aberta entre as nações que disputavam o comércio mundial levaram ao fim de sua hegemonia internacional. A economia-mundo capitalista voltou a se organizar com outra estratégia de acumulação – não a do imperialismo de livre-comércio – sob a liderança dos Estados Unidos.

Mas agora levando em conta as ponderações sobre a história econômica da Grã-Bretanha, nação que se mostrou símbolo de progresso e precursora ideológica das teses liberais, em que sentido as políticas aplicadas por esse país corresponderam às ideias apresentadas por Adam Smith? Ou melhor, em que sentido a expansão material e financeira da Grã-Bretanha tem relação com os conceitos construídos por Adam Smith? Levando em conta nosso primeiro capítulo podemos discutir essas questões levando em conta dois fatores. A relação histórica entre protecionismo e livre-mercado, e a liberalização do comércio enquanto estratégia de hegemonia internacional.

¹⁰⁴ “Como afirmou Halford Mackinder na virada do século, em discurso proferido diante de um grupo de banqueiros londrinos, a industrialização de outros países aumentou a importância de uma câmara de compensação única. E a câmara de compensação mundial sempre estará onde estiver a maior quantidade de capital. Isso fornece a verdadeira chave da luta entre nossa política de livre comércio e o protecionismo de outros países – somos, essencialmente, as pessoas que detêm o capital, e quem detém o capital sempre participa da atividade dos cérebros e músculos dos outros países.” (ARRIGHI, 2001, p. 77)

Segundo as ideias apresentadas por Smith a estrutura de comportamento que condiciona todo crescimento econômico deriva da atividade autocentrada e “livre” dos agentes sociais. Por isso a ideia de um comércio afinado pelo conjunto das decisões individuais pode levar a uma ideia de autorregulagem da sociedade. Aquela mão invisível que direciona da maneira mais eficaz a produção, circulação e a distribuição da riqueza nacional. Durante esse direcionamento a produtividade do trabalho aumenta devido à divisão do trabalho e assim a riqueza nacional se amplia de forma harmônica entre todas as classes.

Todavia a história britânica mostra o desenvolvimento econômico digamos em duas partes distintas: uma primeira fase protecionista de incentivo à indústria nascente e uma segunda fase mais liberal. Num primeiro momento se defendeu a indústria nacional e depois que esta estava consolidada o mercado foi aberto com todas as nações interessadas em se fazer negócio.

Mas se de fato a história foi essa qualquer presunção liberal em relação ao desenvolvimento da Grã-Bretanha se trona questionável. De fato os britânicos promoveram uma das maiores transformações que o mundo já tinha visto em termos expansão da divisão e produtividade do trabalho. A Revolução Industrial foi um processo importante que mudou, não só as relações sociais de produção, mas a forma como o Ocidente enxergava o processo histórico. O progresso passou a ser a diretriz do mundo sendo que “[...] a própria noção de desenvolvimento econômico era uma invenção ocidental.” (LANDES, 1998, p. 34) Por isso a industrialização passou a embasar o que se entende por desenvolvimento econômico. Mas diferente do que é frequentemente aceito, esse progresso material não derivou da liberdade do mercado, pelo menos não de forma imediata¹⁰⁵.

Assim como foi discutido, outros países tinham condições de oferecer produtos manufaturados de algodão de qualidade superior ao da Grã-Bretanha – como no caso da Índia. Mesmo assim a opção dos monarcas britânicos foi de proteger a indústria nascente. Só num segundo momento quando não havia concorrentes para seus produtos e quando já tinham atingido supremacia tecnológica, os produtores britânicos passaram a exigir mais liberdade econômica¹⁰⁶. Nesse sentido podemos considerar que a etapa nacionalista e protecionista da Grã-Bretanha serviu como pré-condição para a posterior etapa de liberalização do mercado. Apesar de diferentes as duas partes se completam e não entram em contradição. Mas o que importa destacar é que não seria possível para os capitalistas britânicos, entusiastas do livre-

¹⁰⁵ WALLERSTEIN, 2006, p. 57.

¹⁰⁶ Em relação a isso vale ressaltar que as “[...] origens do livre comércio da indústria de algodão [britânica] são realmente um mito. A indústria só queria libertar-se da regulamentação na esfera da produção, pois a liberdade na esfera da troca era considerada um perigo.” (POLANYI, 1980, p. 142)

mercado, alcançarem posição de destaque na economia mundial sem o apoio do governo. E ainda que a Grã-Bretanha tenha aberto seus mercados no decorrer do século XIX não é fato que todo comércio tenha sido orientado de forma autônoma. Mesmo o mercado em nível doméstico, que em tese devia ser autorregulável, não foi adotado sem ajuda permanente do Estado. Em nome da liberdade econômica, capitalistas fizeram associações e com elas criaram monopólios o que contrariava a própria ideia de concorrência. Os estadistas britânicos, mesmo aqueles mais liberais, se encontraram numa situação extremamente confusa em que deviam por meio do Estado garantir o livre-mercado. Por isso,

[o] contramovimento [legislativo] que se opôs ao mercado auto-regulável (sic), conforme se desenvolveu na metade do século após 1860, revelou-se espontâneo, não dirigida pela opinião e induzida por um espírito puramente pragmático. (POLANYI, 1980, p. 146)

No que diz respeito ao comércio internacional Adam Smith pensava que o comportamento dos países seria semelhante ao dos indivíduos agindo naturalmente dentro do mercado. Visto que cada nação é orientada a produzir aquilo que lhe de mais vantagem absoluta (e comparativa) é plausível pensar que nenhuma sociedade fique muito aquém do progresso econômico. O equilíbrio de poder seria dado pela capacidade econômica de cada país sendo que o mercado regularia o sistema sem que ninguém ou qualquer Estado instituisse qualquer forma de monopólio. Em suma Smith pensava que a liberdade econômica internacional restringiria qualquer força que manipulasse a natureza dos ordenamentos comercial e produtivo.

Entretanto o sistema liderado pela Grã-Bretanha não se mostrou exatamente livre e todos os países que seguiram seu curso o fizeram de maneira ordenada para o fortalecimento da hegemonia britânica. O próprio fato de haver tido uma liderança internacional desafia a lógica liberal de poder econômico. O fato de Arrighi usar o termo imperialismo de livre-comércio já ilustra como a política econômica do Reino Unido visava centralizar as atividades produtiva, comercial e financeira num espaço muito bem determinado. Durante o século XIX, acordos comerciais foram realizados para se expandir o comércio pelo mundo¹⁰⁷ e onde tais acordos não eram efetivados a marinha britânica se encarregava de mostrar que não havia política econômica a ser aceita a não ser aquela que garantisse os maiores lucros e as maiores taxas de acumulação para a Grã-Bretanha.

¹⁰⁷ “A título de exemplo poderíamos [citar] os Tratados de 1810 entre a Inglaterra e Portugal. Foram dois acordos: de Comércio e Navegação; e de Aliança e Amizade. [...] Em conjunto estabeleceram as regras para o comércio entre duas nações e normatizaram as taxas alfandegárias preferenciais para os produtos ingleses a serem pagos pela colônia. [...] Num corte temporal mais longo, chega-se a uma estrutura histórica de longa duração: a dependência da colônia portuguesa e depois da nação recém implantada em relação aos interesses britânicos.” (VIEIRA, 2016, p. 109)

O problema é que do modo como Adam Smith descreve o comércio internacional não há possibilidade de se garantir lucros altos por muito tempo. A única forma de sempre garantir lucros altos é por meio do monopólio (ou oligopólio). Nesse caso as colônias britânicas tiveram um papel fundamental, pois possibilitaram um controle maior sobre a produção de áreas externas que não representavam qualquer exigência de direito nacional. Aliás, há certa incoerência na afirmação de que houve livre-mercado entre a Grã-Bretanha e suas colônias, a não ser que estas últimas tenham produzido aquilo que era interessante e vantajoso para sua metrópole numa liberalização politicamente ordenada.

Mesmo o livre-cambismo centrado no padrão ouro não pode ser atribuído a uma forma autônoma de mercado ou mesmo na decisão livre dos agentes econômicos. Durante a expansão financeira do ciclo de acumulação britânico os grupos capitalistas que criaram redes financeiras em todo o mundo agiram segundo interesses de um grupo bem reduzido que controlavam o maior mercado de capitais do mundo – o que não deixava de ser uma forma de monopólio.

Os [...] grupos [de financistas] foram “governantes”, não da “máquina imperialista”, mas das finanças da máquina imperialista. Foram “igrejinhas” de negociantes que, objetivando o lucro e por meio da rede comercial cosmopolita que controlavam, agiram como “mão invisível” de uma organização imperialista – a Grã-Bretanha imperial [...] respectivamente. Graças a essa “mão invisível”, [essas] organizações imperialistas puderam atingir e controlar um número e variedade maiores de redes de poder [...] (ARRIGHI, 1996, p. 172).

Portanto não é razoável afirmar que o comércio praticado e liderado pela Grã-Bretanha no decorrer do século XIX e início do XX tenha constituído um sistema comercial espontâneo e autônomo. É possível afirmar sim que houve um mercado histórico não movido por motivações naturais que serviu de política de desenvolvimento econômico por um tempo determinado e para um grupo específico de capitalistas. Daí a impostura do liberalismo Inglês do século XIX, que propagava as ideias de Adam Smith, sempre que alguém de fora da Inglaterra questionasse os benefícios do livre-mercado para o desenvolvimento econômico das nações.

Não obstante, segundo nossa exposição sobre a história econômica da Grã-Bretanha, pode-se argumentar que não há muitos precedentes que liguem o desenvolvimento desse país às ideias defendidas por Adam Smith. Claro que não seria razoável esperar a aplicação prática de toda sua teoria num dado recorte histórico do capitalismo. Contudo seria plausível encontrar fatos históricos mais concretos que embasassem a sua tese – ainda mais na Grã-Bretanha do século XIX.

Com essas afirmações não estamos negando toda lógica conceitual daquilo que o autor entendia por desenvolvimento econômico. Só estamos apresentando uma crítica válida segundo os princípios metodológicos da análise dos sistemas-mundo. Tal crítica reside no fato de que Adam Smith elaborou uma teoria sobre o desenvolvimento econômico que não levou em conta as contradições históricas do mercado mundial.

Levando em conta como ocorreu no ciclo de acumulação britânico há momentos em que a teoria de Smith entra em confronto com as estruturas. Não foi a atitude autocentrada das pessoas que possibilitou o enriquecimento britânico, sendo que a atividade comercial foi ordenada segundo interesses específicos. A mão invisível que Smith entendia como força autônoma, e que até hoje é usada como referência para explicar o funcionamento mais “natural” da economia, se mostrou uma força política em favor de grupos capitalistas interessados e controlar o mercado. Mas então porque a Grã-Bretanha foi considerada a pioneira das políticas liberais e principal propagandista das teses de Adam Smith? A resposta é que de fato houve liberalização econômica nesse país, mas foi uma liberalização histórica e política, limitada segundo o sistema histórico de que fazia parte, ou seja, a economia-mundo capitalista.

Assim a Grã-Bretanha do século XIX se estabeleceu na melhor posição do sistema se tornando o centro hegemônico. Isso não implica dizer que ela se desenvolveu ou que qualquer sociedade podia chegar a sua posição apenas copiando seus feitos. Essa presunção pode até ser falaciosa, pois os próprios britânicos, num dado período, não queriam ser copiados. E é nisso que se sustentou seu imperialismo de livre-comércio, do qual o mercado foi aberto somente quando as vantagens comparativas estavam em seu favor com a maior parte do mundo. Naquela posição parecia realmente fácil afirmar, assim como fez Ricardo, que se a Grã-Bretanha produzisse panos e Portugal vinho ambos estariam obtendo vantagens – ambos estariam se desenvolvendo.

Portanto nossa primeira crítica está fundamentada em processos históricos que muitas vezes não tem relação direta com as ideias de Adam Smith. É bem provável que o autor discordasse de algumas das políticas do governo britânico até mesmo em seu período mais liberal. Mas é fato que suas ideias foram apresentadas e propagandeadas como fonte científica para o resto do mundo servindo como política de dominação ideológica do centro do sistema capitalista.

Por isso o maior problema da teoria do desenvolvimento de Adam Smith é a premissa anti-histórica fundamentada na noção de *lei* social e econômica. Essa premissa dificulta uma análise das contradições que podem ser encontradas no interior de um dado sistema histórico,

além de expressar a ideia de um modelo fechado que se define pela busca de um objetivo prático, por exemplo: qualquer nação que almeje progredir deve necessariamente deixar os indivíduos agindo por conta própria, ainda que precedentes históricos¹⁰⁸ mostrem algo diferente. Em vista disso nos próximos tópicos discutiremos essas questões do ponto de vista mais teórico a fim de averiguar sua coerência para o processo de desenvolvimento econômico.

3. 2. Limitações teóricas do livre-mercado como política de desenvolvimento

Conforme o texto apresentado no primeiro capítulo, Adam Smith parte de uma noção de mercado que se liga à própria natureza humana e depois vincula esse dois fatores ao processo de desenvolvimento econômico. Por isso não é absurdo ele ter apontado um sistema econômico “natural”. Mas sobre esse assunto, e para não entrar em nenhum tipo de anacronismo teórico, podemos afirmar que o autor estava pensando num modo mais harmonioso e racional de desenvolvimento econômico. Em suma ele elenca que a liberdade das pessoas em trocar sua produção excedente propicia uma maior divisão do trabalho o que aumenta a produtividade do trabalho e como consequência a riqueza nacional.

Como autor do século XVIII é plausível que Smith estivesse preocupado com a questão das liberdades individuais e nesse caso procurou elaborar uma teoria da qual explicasse a possível consonância entre os interesses individuais dos agentes sociais. Por isso a liberdade aparece como principal condicionante para o desenvolvimento econômico. Aliás, uma “[...] preocupação dos primeiros economistas do tempo de Adam Smith era [explicar] a noção do interesse individual como força motriz da economia.” (DOBB, 1977, p. 55)

A ideia do autor é de que o mercado funciona de modo perfeito, ou se assim não ocorre, é o que deveria ser. Ele desenvolveu uma teoria econômica na qual o livre-mercado é a estrutura “natural” que condiciona não somente o desenvolvimento econômico, mas a estrutura orgânica da sociedade. Assim como analisado no tópico anterior essa premissa de desenvolvimento baseado no livre-mercado não tem correspondência direta com capitalismo histórico assim como entendido pelos autores da abordagem sistêmica.

O sistema interestatal assim como foi descrito em nosso segundo capítulo é parte integrante da estrutura capitalista de produção e circulação de mercadorias. Então não parece coerente afirmar em termos históricos que o protagonismo econômico de países centrais teve como causa a política do comércio livre, ou que o grau de fortuna dos centros mundiais tenha

¹⁰⁸ Estudando a doutrina econômica liberal, Myrdal chega a afirmar que a premissa da livre competição, uma referência à ideia de livre-mercado, é insustentável do ponto de vista histórico. Nas palavras do autor “Tal situação nunca existiu e a sociedade tende realmente a afastar-se dela cada vez mais. Em geral, nem mesmo é possível decidir se determinada medida política em certo país nos aproximará ou nos distanciará do estado puramente fictício da livre competição.” (MYRDAL, 1960, p. 172)

ocorrido sem interferências do Estado. Todavia mesmo num sentido mais teórico é possível questionar a possível efetividade da tese de Adam Smith. Embora este seja um assunto complexo é possível elencar de modo sucinto as bases críticas à referida tese.

Para Smith o processo que envolve o aumento da produtividade tem relação direta com o comércio, porém não é qualquer comércio. A noção de mercado descrita por Smith, embora tenha base em alguns dados empíricos, é fundamentalmente teórica. O livre-mercado como foi descrito no primeiro capítulo é uma abstração do modo como os recursos humanos e não humanos podiam ser aproveitados com máxima eficiência. Tal tese influenciou governos e outros autores, como Ricardo e Say.

Segundo a história do pensamento econômico podemos proferir que o dogma em volta da ideia de livre-mercado se refletiu em duas expressões de potencial político: *lei de Say* e *laissez-faire*. Todavia é verdade que a versão fundamental dessas expressões foi mais contundente na obra de Ricardo do que na de Smith. Mesmo Keynes que criticou duramente as políticas liberais não atribuía a Smith a noção doutrinária do *laissez-faire*¹⁰⁹.

Mesmo assim não é plausível afirmar que as ideias apresentadas em *A Riqueza das Nações* não tenham influenciado, ou mesmo proporcionado, a base intelectual necessária às políticas liberais da Europa na virada do século XIX para o século XX. Afinal Smith certamente defendia o livre-mercado como propulsor do desenvolvimento econômico e embora fizesse exceções, como a necessidade de defesa da nação, seu raciocínio de liberdade econômica se manteve essencial.

Ora houve repetidas tentativas para demonstrar que nem Adam Smith, nem Ricardo acreditavam em *laissez-faire* uma expressão que com o correr do tempo adquiriu um mau sabor [...]. Ora é verdade que tanto Adam Smith como Ricardo admitiram certas exceções ao [que depois ficou conhecido] por *laissez-faire* geralmente sob a alegação do que chamavam ações práticas [...]. Essas exceções são [contudo] incompatíveis com suas opiniões fundamentais. (MYRDAL, 1986, p. 103)

É fato que Smith propôs um modelo que prezava pela lógica da consonância perfeita entre os agentes econômicos. E é inquestionável que a concepção de livre-mercado expressa na sua famosa passagem da mão invisível influenciou e estruturou a base fundamental do liberalismo econômico. Por isso existe na obra do autor uma noção de “lei natural” da

¹⁰⁹ “A frase *laissez-faire* não se encontra nas obras de Adam Smith [...]. Adam Smith, naturalmente, era a favor do livre comércio e contrário a muitas limitações setecentistas ao comércio. Mas sua atitude em relação às leis de navegação [...] mostra que ele não era dogmático [...]. Até sua famosa passagem sobre “a mão invisível” reflete a filosofia [da qual] não associamos ao dogma do *laissez-faire*. [...] a defesa de Adam Smith do evidente e simples sistema de liberdade natural deriva da sua visão teísta e otimista de ordem do mundo, tal como foi proposta em sua *Theory of Moral Sentiments*, e não de qualquer proposição característica da economia política.” (KEYNES, 1980, p. 112)

economia, embora seja questionável se ele pretendia fundamentar qualquer ideia de cunho ortodoxo. Em vista disso pode-se argumentar que “[...] a ideia básica da “lei” [de Say] já se encontrava na obra de Adam Smith.” (MIGLIOLI, 1987, 10) E esse fato ilustra como suas ideias foram interpretadas por governos e outros autores. A ideia de uma sociedade autorregulada pela liberdade individual deu sentido ao um complexo universal que podia ser definido como lei de oferta e demanda. Uma premissa teórica que foi divulgada como verdade inquestionável por toda a Europa no século XIX em benefício da hegemonia britânica.

Para tanto a lei econômica fundamentada por Adam Smith e que explica o desenvolvimento material das sociedades pode ser analisada criticamente a partir de quatro fatores levantados pelo autor: a) formação do capital e da renda; b) relação entre demanda e oferta; c) a função do dinheiro; d) e finalmente a liberdade incondicional do comércio.

No que diz respeito à formação do capital Smith parece bem confiante acerca da parcimônia. Parece lógico que quanto mais uma pessoa poupa mais capital ela tem, e se isso for uma prática generalizada logo a poupança nacional também cresce. Logo os investimentos também ocorrerão por causa da alta oferta de capital e então a sociedade se desenvolve. Mas a formação do capital entra numa primeira contradição quando é vinculada a renda dos trabalhadores. Afinal, se segundo Smith, o salários correspondem à subsistência como seriam poupados os valores necessários para se criar mais capital?

É bem provável que o autor estivesse se referindo ao homem frugal que aceita o sofrimento de comer um pouco pior para ter um benefício futuro. Porém isso não explica muita coisa, pois o proprietário do capital, aquele que realiza os investimentos tem condições muito melhores para fazer sua própria poupança, ou melhor, o seu caixa a fim de ampliar seu capital. Em tese Smith parece enxergar a sociedade de forma estratificada, embora como liberal que era, defendesse o direito de liberdade para todas as classes.

Mas se levarmos em conta que os salários sobem acima do nível de subsistência sempre que a sociedade progride o raciocínio da parcimônia do autor pode ter algum sentido. Mas é aqui que entra a segunda contradição acerca da poupança, porque mesmo que os trabalhadores tenham condições de entesourar alguma renda, a falta de consumo pode prejudicar todo sistema econômico. Esse problema se vincula a outro fator da lei econômica de Adam Smith, a relação entre oferta e demanda.

Sobre esse último fator a forma de pensar de Smith é similar ao que é expressão máxima da lei de Say. Já comentamos no primeiro capítulo no consiste essa lei. Porém não custa muito recapitular e esclarecer melhor esse ponto.

Antes de tudo é preciso afirmar que embora o nome da referida lei remeta diretamente a pessoa de Jean Baptiste Say, não é verdade que ele fosse o único autor a defender tal princípio. Além de Smith que já havia esboçado um raciocínio basilar sobre essa questão, Ricardo e John Stuart Mill também promulgaram ideias das quais a lei de Say se fez valer como teoria básica da economia.

O princípio fundamental da referida lei estabelece que toda produção – toda oferta – gera necessariamente uma demanda. As pessoas produzem mercadorias para vender o mais rápido possível então quem produz alguma coisa sempre tem algo para receber em troca. Sempre que um produto entra no comércio ele cria mercado para os outros. Logo é impossível haver escassez de demanda. Se por algum acaso alguém não estiver recebendo nada em termos de renda é porque não tem nada para trocar, é por não está participando do mercado.

Porém esse raciocínio também estabelece que o consumo ocorra de forma integral. Toda vez que uma mercadoria é produzida e posta no mercado o seu preço é igual à renda adquirida pelo empresário. Assim como defende Adam Smith uma parte dessa renda é usada para pagar os empregados, e a outra se transforma em lucro do capital. Supondo que a renda total seja 1000 e que desse valor 200 seja usado para pagar os funcionários, então 800 que sobram podem ser usados para fazer um caixa para a empresa, o que implica investimentos com fins de ampliar a produção, e outra parte pode ser usada somente para o consumo do empresário.

O problema que prescinde desse raciocínio é que a poupança que funciona como quesito para o investimento pode não significar o consumo de novos fatores de produção. Pela ideia exposta na lei de Say todos os lucros e salários são obrigatoriamente usados para o consumo. Se a renda formada é de 1000 então os salários (200) e lucros (800) devem ser gastos exatamente em 1000. Somente assim a conta da lei de Say faz sentido. Em tese quando um empresário lança uma mercadoria no mercado ele cria a renda necessária para comprar outra mercadoria de igual valor e que vai gerar uma renda igual à dele. Realmente essa lógica é perfeita, mas só faz sentido se a renda for igual ao consumo mais o investimento. Caso o contrário não haverá equivalência dos valores que circulam pelo mercado.

Levando em conta essa contradição em que sentido a poupança nacional (a parcimônia como diz Smith) constitui o quesito necessário para os investimentos? Afinal se a poupança retrai o consumo logo o circuito entre oferta e demanda não fecha, a mercadoria perde valor de mercado e o capital se retrai. Posto de outra maneira quando há excesso de poupança o consumo obrigatoriamente se retrai, e uma vez que o consumo deve sempre corresponder à renda e produção da sociedade, logo há uma problema de superprodução. Além do mais o

simples ato de entesourar o dinheiro em mãos, isto é, sem investi-lo nem mesmo na caderneta de poupança, pode desconsertar todo circuito produtivo. Discutindo esse problema, Dudley Dillard, um interprete de Keynes, afirma que “[...] quando os possuidores de riqueza manifestam [...] uma preferência por entesourar dinheiro antes de [...] investi-lo a produção da riqueza social [...] fica em desvantagem.” (DILLARD, 1948, p. 07)

É verdade que caso a poupança se transforme em investimentos ou empréstimos que se convertam em investimentos imediatos esse problema parece ser amenizado. Entretanto daí surge outra contradição que remete aos dois últimos fatores da lei econômica de Adam Smith: a função do dinheiro e o livre-mercado.

A função do dinheiro aparece da mesma forma tanto em Smith, Ricardo ou Say, embora haja é claro algumas poucas diferenças em suas explicações. No primeiro capítulo já elencamos que Smith entendia que o produto do trabalho é sempre trocado pelo mesmo valor equivalente de produto do trabalho. Então as mercadorias são trocadas umas pelas outras. Mas nesse caso o dinheiro se apresenta apenas como meio de troca, uma espécie de intermediário entre os produtos. Sua outra função seria apenas a de medida de valor. Um *valor do nominal* das mercadorias e serviços, como salienta Smith¹¹⁰. Ricardo apresentou uma posição semelhante.

Nenhum homem produz a não ser com o objetivo de consumir ou de vender, e ele jamais vende a não ser com a intenção de comprar alguma outra mercadoria, que pode ser imediatamente útil para ele ou que pode contribuir para a produção futura. Produzindo, então, ele se torna necessariamente ou o consumidor de seus próprios bens ou o comprador dos bens de alguma outra pessoa. (...) As produções são sempre compradas por produções ou por serviços; o dinheiro é apenas o meio pelo qual a troca é efetuada. (RICARDO apud MIGLIOLI, 1978, 19)

Apesar de Ricardo ter contribuído muito para o entendimento do sistema capitalista nessa passagem parece estar se remetendo a produção social simples e não capitalista. O objetivo final do produtor é consumir um determinado produto e o dinheiro nada mais é que o equivalente geral para atingir esse fim. O dinheiro, no entanto, também pode ser usado como reserva de valor e só isso complica toda a situação. Marx já havia levantado essa questão, para ele a pura existência do dinheiro já podia acarretar problemas.

Para Marx a moeda podia servir como expressão de valor dos produtos, como meio de troca ou de circulação de mercadorias, e ainda como instrumento de acumulação e entesouramento. O simples fato de a moeda ser usada como intermediário entre as trocas já pode criar um problema para a circulação dos produtos: o [investidor] que obtém dinheiro pela venda de

¹¹⁰ Cf. SMITH, 1996, p. 90.

suas mercadorias pode não usá-lo imediatamente para compra de outros produtos, e isto por si só provoca um retardamento do processo de circulação. Se mais do que isso o capitalista usa o dinheiro para entesouramento (por exemplo, com o fim de acumular dinheiro suficiente para ampliar seu capital), isso provoca uma interrupção no processo de circulação de mercadorias. (MIGLIOLI, 1978, p. 21)

Agora supondo que de fato pelo menos a poupança dos bancos seja usada constantemente para realizar os investimentos o que garante que o empresário se arriscará dessa maneira? Segundo nossos estudos, Smith responderia que a razão e a liberdade dos indivíduos mais parcimoniosos promoveriam a aplicação mais produtiva do capital sempre que sua oferta fosse tão grande que facilitasse os investimentos. Contudo talvez isso não ocorra de forma tão simples.

Quando há excesso de poupança pode-se dizer que também há oferta de capital, mas também significa que há menos consumo. Quando isso ocorre o valor de mercado dos produtos tende a cair e o capital do empresário regredir. Desse modo o excesso de poupança social (nacional), embora possa aumentar a oferta de capital, não garante os investimentos produtivos. O empresário receoso com a situação pode cortar investimentos ao invés de ampliá-los, ou reter parte de seu capital esperando que a situação melhore. Como expressa Keynes sempre será mais seguro reter o dinheiro ao invés de arriscá-lo em atividades cujo futuro é incerto¹¹¹.

Mesmo considerando que os empresários são diferentes uns dos outros o julgamento de cada um deles não é muito diferente quando considerados em conjunto. “O que Keynes chama de *juízos convencionais* converte-se em base do comportamento do mercado”. (DILLARD, 1948, p. 11) Quando essa convenção parece trazer os melhores resultados o capital poupado se converte em investimentos e a economia pode permanecer crescendo. Mas quando a convenção perde credibilidade o pânico e a instabilidade surge no mercado, e o risco da falência e da perda do dinheiro faz com que a maioria dos empresários se defenda economizando capital.

Nessa circunstância de crise de demanda existe o risco dos investimentos travarem, haver diminuição da atividade produtiva, retração do capital, desemprego constante e diminuição da renda. Ou seja, não há desenvolvimento econômico porque todos os empresários estão aguardando a situação melhorar. O ponto é que quanto mais se espera, maior é a poupança de dinheiro e quanto mais se poupa mais a situação fica incerta por falta

¹¹¹ [...] nosso desejo de manter o dinheiro como reserva de valor constitui um barômetro do grau de nossa desconfiança de nossos cálculos e convenções quanto ao futuro. [...] A posse de dinheiro real tranquiliza nossa inquietação; e o prêmio que exigimos para nos separarmos dele é a medida do grau de nossa inquietação. (KEYNES, p. 173)

de demanda¹¹². Nesse tipo de situação o melhor que pode ocorrer é a economia não diminuir seu tamanho. Mas de qualquer forma o desenvolvimento econômico estará comprometido.

A insegurança em relação ao futuro é a manifestação prática que limita o mercado a funcionar somente sobre certas circunstâncias. Desse modo a atividade autocentrada e “livre” dos portadores de capital pode revelar um sistema muito mais complexo e arriscado. Não pode haver garantias de um desenvolvimento econômico derivado pura e simplesmente da atividade mercantil, porque a mão invisível do mercado na verdade é a ação direta de investidores que podem ou não estar dispostos a aplicar seu capital. A falha na teoria do livre-mercado proposta por Adam Smith reside na falta de argumentação sobre essas inseguranças que permeiam toda a atividade econômica.

Tomando por base essas reflexões da teoria econômica de Adam Smith, podemos fazer as seguintes observações. Em primeiro lugar, a poupança embora seja um fator importante para o desenvolvimento econômico, de nada adianta se não for acompanhada de consumo e investimentos. De fato esse último fator pode se mostrar ainda mais relevante. Vale ressaltar que a economia britânica também esteve diretamente ligada ao consumo da população até sua fase mais liberal. Os próprios franceses, rivais históricos dos ingleses, perceberam isso anos antes da publicação de *A Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda* de Keynes.

A contribuição do elevado consumo para o progresso tecnológico impressionou os seus contemporâneos, e em número cada vez maior na [...] medida em que se ampliava o avanço britânico. Sem fazer um curso em teoria [...] keynesiana, os comerciantes franceses perceberam que a mecanização favorecia os altos salários, que por seu turno favoreciam a maior demanda de manufaturas, e que a demanda efetiva favorecia o aumento da prosperidade. Assim, pelo funcionamento de um sistema que parece paradoxal, os ingleses enriqueceram consumindo. Paradoxal, de fato: tais hábitos dispendiosos contrariavam a sabedoria popular que aconselhava a parcimônia [...] (LANDES, 1998, p. 247).

Em segundo lugar não é plausível afirmar como fez Smith que o risco assumido de alguns investidores suprirá necessariamente a insensatez de outros com menos capacidade. Essa afirmação subestima a estrutura histórica de incertezas presentes no mercado, bem como em todo sistema capitalista. Qualquer empresário busca o lucro, mas só o faz diante de algumas certezas. A previsibilidade é a referência para os investimentos sendo que a atividade “livre” do empresário é sempre limitada pelo grau de confiança que o sistema pode proporcionar. Em termos práticos a atitude autocentrada dos portadores de capital não garante

¹¹² A partir desse raciocínio podemos até argumentar que uma crise de demanda pode provocar um círculo vicioso de decréscimo econômico.

o desenvolvimento econômico, pois a realidade estrutural onde são feitas as decisões é muito imprecisa. Assim, o livre-mercado enquanto estrutura de um sistema econômico complexo não pode, nesse caso, ser a válvula de arranque para o progresso material. Isso porque o próprio mercado não fornece os meios necessários para se evitar os riscos inerentes do sistema capitalista.

Porém historicamente falando os proprietários do capital buscaram formas de garantir seus lucros. E o capitalismo histórico como entendido por Wallerstein (2006) e Arrighi (1997) aparece como meio de entender as estratégias adotadas pelos capitalistas. Certamente esses autores não partiram de qualquer lei “natural” para explicar a história da economia mundial. Por isso aquela incerteza dos empresários aparece na abordagem sistêmica de modo peculiar. O capitalismo histórico, segundo o que foi apresentado no segundo capítulo, não é um sistema de mercado livre. Muito pelo contrário. Toda insegurança econômica em volta dos grandes capitalistas é suplantada por meio do controle político das cadeias de mercadorias, ou seja, da maior parte possível do processo produtivo. Sempre que o futuro parece incerto, medidas estranhas ao mercado são lançadas em favor dos grandes lucros. Isso implica dizer que não é o mercado – e menos o livre-mercado – que sustenta a reprodução e acumulação do capital, mas os diversos tipos de monopólio e as interferências governamentais. É pouco provável que um sistema histórico como o capitalismo possa funcionar sem que as estruturas políticas interfiram direta ou indiretamente na produção material. Sem o Estado não há desenvolvimento capitalista, pois sem poder político não é possível garantir a acumulação ininterrupta do capital.

Esse último aspecto essencial da economia-mundo capitalista também deixa poucas margens para se pensar o desenvolvimento econômico em sentido nacional. Esse é outro ponto que deve ser discutido com mais clareza. Adam Smith pensava que o livre-mercado era condicionante do desenvolvimento econômico nacional, e também global. Ele pressupunha que o comércio externo livre sempre é proveitoso para o país que aplique seu capital na atividade que lhe de maior vantagem absoluta – na linguagem de Ricardo, vantagem comparativa. Mas o próprio Smith admitia, existiam poucas possibilidades de se instalar o livre-mercado na Europa. Segundo ele animosidade e preconceito entre as nações não permitiam isso, o que mostra o caráter político do mercado externo. Portanto o problema é analisar se, como pensava Adam Smith, o comércio internacional por si só proporciona algum crescimento econômico para o país ou países que participam do mercado global.

3. 3. Capitalismo histórico e a ilusão do desenvolvimento econômico nacional

Segundo o que foi apresentado até aqui a noção de desenvolvimento teorizada por Adam Smith apresenta noções diferentes de progresso econômico. Como elencamos no primeiro capítulo, para o autor o desenvolvimento mais “natural” ocorre por etapas: primeiro agricultura e pastoreio, depois a manufatura (indústria), e por último o comércio externo. Por outro lado o progresso material também pode ser alcançado mediante o comércio externo, mesmo que a indústria e a agricultura não estejam bem desenvolvidas. Basta aplicar prioritariamente o capital na atividade que de maior vantagem absoluta (e comparativa) em relação à sociedade ou país que se almeja fazer negócios. A primeira interpretação é de um progresso mais completo de toda a atividade econômica. E a segunda pressupõe uma especialização nacional da produção pelo mercado externo. Assim como já fora proferido as duas interpretações são coerentes com o trabalho de Smith, porém cada uma delas indica caminhos diferentes para o processo de desenvolvimento econômico. Nesse tópico discutiremos o segundo caminho do qual podemos chamar de *via da especialização*.

A especialização regional da produção tem relação com dois processos que embasam a acumulação do capital tanto em nível internacional quanto no plano doméstico. O primeiro diz respeito à dinâmica das trocas, ou seja, o mercado; e o segundo tem a ver com a divisão social do trabalho. Adam Smith sem dúvidas estudou e procurou explicar essas estruturas e isso não se discute. Todavia o autor elaborou sua própria leitura da dinâmica da produção para o mercado e por isso não diferenciou – pelo menos não de maneira clara – a divisão social da divisão técnica do trabalho.

Mas parece um tanto lógico, se para o autor a divisão do trabalho gera uma especialização da produção e com isso faz aumentar a quantidade de bens que podem ser consumidos, é por meio de tal especialização que há aumento da produtividade do trabalho e por consequência o desenvolvimento, sendo que todo esse processo se reproduz pela ação impessoal do mercado. A pergunta que devemos fazer agora é se a especialização da produção quando colocada no contexto da economia-mundo capitalista possibilita o progresso material das nações. Pelo que elencamos em relação ao ciclo de acumulação britânico a especialização econômica nacional possibilitou o progresso material, mas somente para Grã-Bretanha e alguns de seus aliados.

A tese apresentada por Adam Smith é que se o comércio externo for exercido de maneira “livre” (racional) o benefício atingirá todas as nações que participam dele. O autor até afirma que países mais pobres sempre têm a ganhar quando praticam o comércio com países mais ricos. Contudo que os produtos comercializados contemplem a demanda efetiva sempre haverá aumento do capital e da renda. Basta apenas saber em qual atividade a

vantagem comercial se torna mais evidente – lembrando que somente o setor privado tem condições de fazer tal avaliação.

Essa situação conclui que cada país deve produzir algo diferente de todos os outros e focar nessa atividade teoricamente mais vantajosa. Por isso ele se especializa. Adam Smith embora apresentasse argumentos a favor da industrialização, muitas vezes defendia de forma aberta qualquer política que pretendesse desenvolver a indústria nascente que rivalizasse com as manufaturas já especializadas da Europa. O maior exemplo disso foi sua crítica às políticas protecionistas da América do Norte.

Se os americanos, seja mediante boicote, seja por meio de qualquer outro tipo de violência, suspenderem a importação das manufaturas europeias e, assim, concederem um monopólio aos seus compatriotas capazes de fabricar os mesmos bens, desviando uma parcela considerável do capital para esse fim estarão retardando o futuro crescimento do valor de seu produto anual, em vez de acelerá-lo, estarão obstruindo o progresso do país rumo à riqueza e à grandeza verdadeiras, em vez de promovê-lo. (SMITH apud CHANG, 2004, 17)

Seguindo o que descrevemos sobre a teoria de Adam Smith pode-se proferir que o autor tinha receio de qualquer monopólio e por isso era crítico das políticas protecionistas, mesmo que estas viessem a promover a atividade industrial. Por outro lado ele também poderia estar pensando na lógica externa do mercado enquanto fornecedor de mercadorias que não podiam ser produzidas no espaço doméstico. Nesse caso o mais racional parecia comprar artigos de quem já é melhor produzindo tais artigos e produzir outra mercadoria que garantisse alguma vantagem no processo de troca. Sob esse ponto de vista a especialização da atividade produtiva é inevitável e mesmo que ela não seja total é por meio dela que nações mais pobres podem se desenvolver.

A teoria das vantagens absolutas de Smith que com Ricardo se modificou para vantagens comparativas, embasa essa ideia de que o mercado externo eleva grau de riqueza da sociedade sempre que proporciona um aumento da produtividade do trabalho. Contudo é plausível questionar o modo como os referidos autores enxergavam os benefícios do comércio internacional. Em primeiro lugar, o modelo de vantagens comparativas parece não levar em conta o tipo de demanda que configura os diferentes países que importam mercadorias. Em segundo lugar a teoria não considera que a divisão do trabalho, referente a produção de uma única mercadoria, pode ir muito além do território nacional. Desse modo como seria possível averiguar a produtividade relativa de um país se este mantém uma conexão produtiva com o resto do mundo? Outro ponto a ser questionado é que Ricardo parece não levar em conta a disponibilidade de outros fatores de produção além da força de trabalho.

Um modelo desenvolvido por Eli Heckscher e Bertil Ohlin, propõe que as vantagens comparativas sejam determinadas exatamente pela escassez e abundância do conjunto de fatores de produção¹¹³. Nessa teoria um país com grande quantidade de trabalhadores e pouco capital teria ainda um critério comparativo de especialização. Bastaria que esse país intensificasse sua produção em atividades que de modo relativo necessitassem mais do fator trabalho e menos do fator capital.

Assim, a conclusão do modelo de Heckscher-Ohlin é que países se especializarão na produção dos bens que utilizam fatores de produção com abundância relativa, exportando esses bens e importando outros cujos fatores produtivos intensivos sejam relativamente escassos em seu território.(COUTINHO, 2005, p. 104)

Essa teoria mais abrangente das vantagens comparativas indica a ideia de que o comércio externo tende a equalizar o preço dos fatores de produção. O grau de sucesso de cada país está na capacidade de adaptar seus recursos segundo a demanda global que sempre necessita de novas fontes de oferta. O próprio movimento dos fatores nesse caso é indispensável já que o comércio se encarrega de nortear cada sociedade para as atividades com maior vantagem relativa¹¹⁴.

Mas essa teoria ainda deixa em aberto alguns problemas das vantagens comerciais de cada nação, por exemplo: ainda que a disponibilidade dos fatores de produção possa contribuir para tal juízo, como se explicaria o desenvolvimento desigual de dois países que dispõem de fatores de produção muito parecidos? E se os dois têm acesso a fatores de produção parecidos como ocorreria a especialização? E, nesse caso, como o mercado internacional determinaria o desenvolvimento dos dois países?

Para Wallerstein (2001) e Arrighi (1997) a divisão social do trabalho em âmbito internacional reflete o quanto a produção global está politicamente distribuída. O conceito de cadeias mercantis não se contradiz inteiramente com as ideias de Adam Smith, entretanto expõe o caráter orgânico e político da divisão social do trabalho. Em tese várias atividades podem ser distribuídas num mesmo espaço político com o propósito de aumentar a

¹¹³ Nesse ponto é importante frisar que os autores não estão partindo da teoria do valor trabalho.

¹¹⁴ “Já estava implícito na exposição dos clássicos que o próprio comércio, [...], esboçava uma tendência no sentido da [equalização] gradual e parcial dos preços dos fatores em diferentes países. Mas seu método de formular a lei dos custos comparativos, em termos de um fator apenas – trabalho – que, no entanto, podia ter qualidades diferentes, deslocava a atenção para outras direções. No modelo de Eli. Heckscher sobre a influência igualizante do comércio nos preços dos fatores e na reformulação feita por Bertil Ohlin da teoria clássica do comércio internacional, [...], o comércio aparece, ainda mais claramente, como substituto ou alternativa dos movimentos dos fatores. A insistência expressa nos efeitos equilibradores e igualizantes do comércio internacional representa o principal interesse da nova conceituação. O comércio permitiria à atividade industrial adaptar-se à localização dos recursos naturais e populacionais dos diferentes países e regiões. Disto resultaria que a escassez de mão-de-obra (sic) e capital seria menos discordante.” (MYRDAL, 1960, p. 181-182)

produtividade do país. Mas quando um conjunto maior de atividades se espalha por localidades, ou melhor, Estados diferentes, a dinâmica da produção e do mercado toma outro rumo. As recompensas serão maiores para aqueles que controlam as cadeias mercantis, cuja combinação proporciona nódulos mais rentáveis. Dessa forma a divisão internacional do trabalho não pode e nem deve possibilitar o desenvolvimento para todas as nações. O comércio externo é a estrutura de troca desigual entre países mais centrais e países mais periféricos, ou seja, entre aqueles que têm maior facilidade em realizar a mais-valia mundialmente produzida e aqueles que participam do processo, mas cujas atividades estão na margem dos nódulos mais rentáveis da divisão mundial do trabalho. Isso implica dizer que países menos favorecidos sempre encontram dificuldades para sair da condição de intermediário da produção da riqueza global.

Não obstante diferente da tese liberal a análise dos sistemas-mundo não tem uma teoria do desenvolvimento econômico. Isso já ficou claro na exposição de nosso segundo capítulo, e essa ausência teoria está diretamente vinculada aos dilemas dos países com menor poder de renda, aqueles considerados menos desenvolvidos. Na verdade o próprio Smith esboçava certa curiosidade em relação a esses países visto que aqueles considerados mais “atrasados” é que tinham um potencial maior de progresso. Desse modo a principal questão do autor podia ser muito bem a causa para não riqueza das nações.

Em suma aquilo que Smith chamava de atraso não significava uma estagnação travada em tal condição. Antes disso significava exatamente aquilo que o termo expressa: uma posição atrasada em relação a outros já desenvolvidos – ou economicamente amadurecidos. É interessante notar que esse raciocínio não mudou tanto em relação ao século XX onde o conceito mais dinâmico de subdesenvolvimento representou a ideia de um pré-desenvolvimento ou qualquer estágio anterior ao desenvolvimento. Myrdal, por exemplo, faz a seguinte afirmação:

O uso do conceito de países subdesenvolvidos envolve o juízo de valor de que a política governamental dos países assim designados deva ser orientada no sentido do desenvolvimento econômico. É com essa conotação que se usa o termo nos países mais pobres e se impõe seu uso nos países mais ricos. (MYRDAL, 1960, p. 22)

Essa noção mais dinâmica em que o desenvolvimento é uma condição de direito para as nações mais pobres traz implicações ao próprio modo de se enxergar a economia internacional. O comércio exterior passa a ser visto como condição da troca desigual e não da riqueza das nações, a divisão social do trabalho passa expressar a desigualdade das vantagens comparativas, e o Estado deixa de ser a simples instituição que defende o direito a

propriedade. Na medida em que a superação do atraso se torna mais difícil, as contradições sistêmicas evidenciam que na verdade não há atraso ou condição de subdesenvolvido, mas concentração de capital em Estados estratégicos.

A história mostra que as cadeias de mercadorias estão espalhadas por diferentes Estados da economia mundo-capitalista e que por isso as nações que participam do mercado mundial mantêm certa relação de interdependência econômica. Em função disso cada sociedade tende a se especializar segundo a lógica espacial do sistema capitalista. Segundo Marini, autor da teoria da dependência, o modo como cada país se insere na economia internacional depende da modalidade de integração que tem relação direta com as necessidades materiais dos países centrais. Geralmente os países periféricos se especializam num determinado ramo da produção que em termos de vantagem comparativa pode trazer algum lucro para os capitalistas da região. Entretanto a forma de investimento é totalmente diferente.

De fato em contraste com que ocorre nos países capitalistas centrais, onde a atividade econômica está subordinada à relação existente entre as taxas internas de mais-valia e de investimento, nos países dependentes o mecanismo econômico básico provém da relação exportação-importação, de modo que mesmo que seja obtida no interior da economia, a mais-valia se realiza na esfera do mercado externo, mediante a atividade de exportação. E se traduz em rendas que se aplicam, em sua maior parte, nas importações. A diferença entre o valor das exportações e das importações, ou seja, o excedente passível de ser investido sofre, portanto, a ação direta de fatores externos internacionais. (MARINI, 2013, p. 51)

Embora expresse certas diferenças de âmbito teórico a ideia apresentada por Marini não entra em contradição com os preceitos da análise sistêmica. O problema do desenvolvimento dos países mais pobres é levantado pelo autor como um problema histórico do capitalismo mundial. Sua análise parte do princípio de que países com a atividade produtiva direcionada para exportação de mercadorias com baixo valor agregado encontram dificuldades em reinvestir seu excedente econômico. Essa situação expressa o grau de interdependência histórica que integra diferentes sociedades na economia-mundo capitalista.

Quando os capitalistas de países periféricos tem maior controle do excedente econômico até podem fazer certo esforço para reinvesti-lo em atividades que incorporem mais cadeias de mercadorias. O propósito pode ser o desenvolvimento da indústria nacional cuja finalidade é satisfazer a demanda interna e diminuir a dependência do consumo em relação às importações. Todavia, no esforço de investir o excedente econômico de exportação em atividades de maior valor agregado, os lucros da classe exportadora podem declinar. Tal

processo pode apresentar conflitos entre os próprios capitalistas do país em questão, e isso já ilustra o quanto é complicado sair da condição de periferia.

Essa relação entre mercado mundial e periferia pode ser ainda mais complexa se levarmos em conta que a integração produtiva da economia mundial levou à coexistência de formas capitalistas de produção e formas não capitalistas de produção. Na verdade o certo seria dizer que regiões de fora da Europa ficaram numa situação de adequação ao sistema capitalista em expansão. Adequação que manteve certas relações de produção, mas que não refletiam o modo de produção capitalista em sua forma clássica. Segundo Celso Furtado,

[...] a resultante [desse processo] foi quase sempre a criação de estruturas dualistas, uma parte das quais tendendo a organizar-se na base da maximização do lucro e da adoção de formas modernas do consumo, e conservando outras partes nas formas pré-capitalistas de produção. Esse tipo de estrutura socioeconômica dualista está na origem do fenômeno do subdesenvolvimento. (FURTADO, 2000, p. 196)

O dinamismo do sistema capitalista não diz respeito ao montante do lucro auferido pelos capitalistas. Mais importante é a forma como a totalidade da renda em termos de lucros e salários é investida para se ampliar o capital ilimitadamente. As economias periféricas, por muito tempo se mantiveram na base de estruturas produtivas mais simples – pelo menos eram mais simples do ponto de vista europeu. Como resultado parte do excedente econômico que era investido na periferia servia apenas para estabilizar as formas mais rudimentares de produção.

Por um lado usava-se do excedente de exportação para ampliar a produção da principal mercadoria exportada e isso era uma condição que dependia da demanda externa¹¹⁵. A renda em termos de salários não condicionava ou influenciava o nível de investimento voltado para demanda interna dos trabalhadores. Essa situação resultou na criação de uma classe endinheirada consumidora de produtos importados e uma classe de trabalhadores vivendo no limite da subsistência. Ainda que se aumentasse a riqueza nacional não se alterava a estrutura em termos de fluxo de renda, ou seja, não havia revoluções primárias que pudessem provocar uma substituição das velhas formas de produção.

Por outro lado alguns países periféricos podem – e alguns até conseguiram – elevar o grau de seu capital por meio do investimento industrial. Mas isso não significou a superação da concorrência dos produtos importados, muito pelo contrário. Devido ao intuito de competir

¹¹⁵ Nesse tipo de conjuntura, “Os empresários das economias exportadoras de matérias-primas, ao realizarem suas inversões tinham de escolher dentre um número limitado de produtos requeridos pelo mercado internacional. No caso do Brasil, o produto que apresentava maior vantagem relativa era o café.” (FURTADO, 1985, p. 177)

com as empresas estrangeiras os empresários locais apenas copiaram as mercadorias importadas. Por causa disso a atividade produtiva tentava reproduzir com exatidão aquilo que se perpetrava fora do país, mas fazia isso de maneira ultrapassada já que essa estratégia não exigia a modificação constante da estrutura tecnológica. Nesse caso Celso Furtado parece ter razão ao afirmar que, “[...] o subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas. É, em si, uma situação [...] resultante da expansão dessas economias.” (FURTADO, 2000, p. 203)

O mercado externo volta a aparecer como estrutura de troca desigual e não enquanto condicionante do desenvolvimento econômico como pensava Adam Smith. A história econômica da Grã-Bretanha nos esclareceu que o comércio externo pautado na visão liberal foi apenas um instrumento político e ideológico para a ampliação do domínio do centro mundial de acumulação capitalista. Em vista disso também não é absurdo pensar que de alguma maneira não só Adam Smith, mas outros economistas britânicos estivessem interessados em justificar a riqueza de seu país¹¹⁶. Em suma, a ideia de que a produção de um país cria necessariamente o mercado para os outros, só fez sentido quando os capitalistas de Londres ditaram o que cada uma podia produzir.

Sendo assim, da forma que a abordagem sistêmica compreende o capitalismo histórico o desenvolvimento econômico via comércio externo não faz realmente nenhum sentido. Ao analisar esse problema Wallerstein (2006, p. 125) levanta cinco questões. O desenvolvimento é o desenvolvimento do quê? Quem ou o quê se desenvolve? Qual a demanda sob a demanda de desenvolvimento? Como pode acontecer o desenvolvimento? Quais as implicações políticas das respostas dessas questões?

A resposta para primeira questão implica dizer que algo deve ser ampliado em benefício da sociedade. Em última instância desenvolvimento tem significado de progresso, a passagem para um estágio superior e a melhora continua da sociedade¹¹⁷. No campo econômico o progresso deve ser da capacidade produtiva e da circulação de mercadorias. Mas isso é só o meio para atingir outro objetivo, o de satisfazer as necessidades materiais de todas as classes da sociedade. Desse modo o desenvolvimento se caracteriza por uma mudança na estrutura econômica da qual altera o fluxo de renda na forma de salários e lucros. Índices

¹¹⁶ “Como Lionel Robbins acertadamente demonstrou, seria difícil achar um só caso em que os economistas clássicos ingleses realmente recomendassem que a Grã-Bretanha fizesse um sacrifício pelo bem-estar do resto do mundo. Quando, por exemplo, recomendaram o livre-câmbio como política geral não foi com base no fato de que traria benefícios à humanidade, mas de que seria do interesse de seu próprio país.” (MYRDAL, 1960, p. 177)

¹¹⁷ “[...] desde Platão, que o pensamento emerge com a contradição e que a noção de desenvolvimento é um revelador do paradoxo essencial do nosso tempo: a vontade do progresso, a desconfiança em face do mesmo.” (PERROUX, 1987, p. 11.)

contemporâneos como PIB e PIB per capita ajudam a mensurar tais fatores, mas é fato que o significado de desenvolvimento econômico pode ser muito abrangente, seja em relação às discussões que o diferenciam de crescimento econômico, seja em relação ao incremento de índices não econômicos como salientou Amartya Sen.

Uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do produto nacional bruto e outras variáveis relacionadas à renda. Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico precisamos enxergar muito além. (SEN, 2000, p. 28.)

De todo modo Wallerstein (2005) afirma que no capitalismo histórico a prioridade é sempre aumentar o estoque de capital ilimitadamente sendo que esse desígnio embasa o próprio desenvolvimento econômico. Em relação à segunda pergunta do autor é interessante notar que sua resposta está intrinsecamente ligada à primeira pergunta. Em primeiro lugar não é realmente plausível afirmar que a humanidade se desenvolve ou progride levando em conta apenas a elevação do estoque de capital. No capitalismo histórico ainda que haja casos de distribuição de renda mais justa, o que progride (melhora de modo ampliado) é de fato o capital. Em segundo lugar é preciso levar em conta qual capital prospera mais que outros. Melhor dizendo qual sociedade consegue utilizar melhor seu capital. Segundo o que foi apresentado no segundo capítulo, o capitalismo da forma como está organizado, sempre criará países periféricos e semiperiféricos. O sistema funciona dentro de um jogo de soma zero, quando um país realiza algo para seu desenvolvimento, tenta imediatamente negá-lo para os outros. Agora quanto à resposta para terceira questão Wallerstein afirma o seguinte:

[...] o que demanda a demanda de desenvolvimento? Os objetivos gêmeos indicam a dupla resposta. De um lado, supunha-se que desenvolvimento significava maior igualdade interna, ou seja, uma transformação social (ou socialista fundamental). Do outro, supunha-se que desenvolvimento significa crescimento econômico, o que envolvia “alcançar” o líder. Para todos, isso significa alcançar, em algum momento, os Estados Unidos. Esse era o objetivo até da União Soviética, como ficou notório na previsão de que a União Soviética iria “ultrapassar” os Estados Unidos por volta do ano 2000. (WALLERSTEIN, 2006, p. 135)

O que o autor expõe diz respeito a propaganda do progresso que esteve vinculada ao centro hegemônico de acumulação. Esse discurso foi tão eficaz e poderoso que mesmo a lógica que se colocou como antagonista ao capitalismo, nesse caso o socialismo, abraçou desde início certas estruturas do sistema mundial. Entre os países periféricos da economia-mundo capitalista a ambição era copiar o centro, pois somente assim poderiam chegar a um nível maior de bem estar material. Assim a demanda por desenvolvimento significa ser igual ou melhor que do àqueles países que se colocavam e se colocam como os mais “evoluídos”. O

mundo aceitou essa retórica e cadeias produtivas foram criadas, mas ao mesmo tempo a cópia que parecia ser regra fundamental foi impedida ou mal vista quando aparentou balançar o controle da economia mundial.

Portanto a forma de atingir um grau maior de progresso (como pode acontecer o desenvolvimento) varia segundo as condições históricas, porém o principal quesito é a criação de monopólios (e oligopólios). Os monopólios são estruturas de controle do mercado que podem estar direta ou indiretamente ligadas ao Estado. Mas a dinâmica monopolista geralmente necessita de inovações exclusivas. Além de algum produto novo posto no mercado também pode haver um remanejamento das cadeias de mercadorias, ou seja, uma mudança na estrutura.

Quando um tipo de monopólio nas cadeias de mercadorias era solapado, os produtores procuravam criar novos tipos de vantagens monopolistas, dado ser esse o único mecanismo de apropriação de uma parcela grande [...] de capital acumulado por meio da produção orientada para o mercado. O que chamamos de avanços tecnológicos apenas reflete essa busca de novas vantagens monopolísticas. Com frequência se estabeleciam as cadeias de mercadorias inteiramente novas e por certo antigas cadeias de mercadorias eram constantemente organizadas. (WALLERSTEIN, 2006, p. 129)

Levando isso em conta a busca pelo desenvolvimento ocorre por meio do controle do mercado internacional. Sendo assim a consequência de se pensar as quatro questões de Wallerstein apontam para duas afirmações de ordem histórica. A primeira é que o mercado externo não condiciona o desenvolvimento das nações sendo que ele é exatamente a estrutura que reproduz um sistema cujo funcionamento não possibilita e nem permite a equidade geográfica da produção e distribuição da riqueza. Adam Smith argumentou em favor de maior dinâmica do mercado entre as nações, mas ao fazer isso também defendeu a especialização regional da produção, e mesmo que certos conceitos não fizessem parte da realidade do século XVIII e XIX, é válido afirmar que a ideia de vantagens absolutas levantava contradições em relação às capacidades de cada sociedade em disputar o mercado mundial. A complexidade numa relação comercial, em que um país produz vinho e o outro tecido – só para usar o exemplo de Ricardo – não pode ser analisada relevando apenas o cálculo relativo aos fatores de produção. É necessário analisar a histórica desses fatores e com isso mensurar suas vantagens relativas. Não obstante pelo modo como funciona o capitalismo histórico, não é coerente afirmar que os produtos possam se equivaler sempre que os fatores de produção apresentarem maior grau de especialização em atividades que incorporam menos cadeias mercantis, ou seja, menos valor agregado.

Nesse ponto a concepção de livre-mercado também não faz sentido, pois é a ação política direta ou indireta que determina quem vai “progredir” em relação àqueles países cuja produção agrega muito menos valor. Partindo disso podemos até levantar uma questão de ordem conceitual: afinal abrir o mercado é o mesmo liberar o mercado? Muitas vezes abrir – ou expandir – tem sido usado como sinônimo de liberar ou liberalizar, porém talvez não seja correto usar os termos da mesma forma¹¹⁸. Não há dúvidas de que a Inglaterra abriu seu mercado durante o século XIX, mas tal abertura foi coordenada e não livre, pelo menos não no sentido ideal e puro de liberdade econômica. A Grã-Bretanha, como já fora explicado, usou de mediadas nada liberais para construir suas vantagens comerciais e somente depois disso defendeu e impôs o livre-mercado para o resto do mundo, pois num segundo momento de seu desenvolvimento a liberalização comercial possibilitou a manutenção de sua hegemonia. Como afirmou List:

É um expediente muito comum e inteligente de quem chegou ao topo da magnitude chutar a escada pela qual subiu a fim de impedir aos outros de fazerem o mesmo. Não é outro o segredo da doutrina cosmopolita de Adam Smith [...], assim como de todos os seus sucessores no governo britânico. Qualquer nação que, [...] tiver levado sua capacidade industrial e sua navegação a um grau de desenvolvimento que impeça as outras de concorrerem livremente com ela não pode fazer coisa mais sábia do que chutar a escada pela qual ascendeu à grandeza, pregar os benefícios do livre-comércio e declarar, em tom penitente, que até recentemente vinha trilhando o caminho errado, mas acaba de descobrir a grande verdade. (LIST apud CHANG, 2004, p. 16-17)

Portanto a outra afirmação histórica que surge a partir dos questionamentos de Wallerstein diz respeito à própria ideia de desenvolvimento em sentido nacional. Todo sistema mundial organizado em Estados soberanos reproduz uma situação de desigualdade material o que torna a ambição nacional do desenvolvimento econômico um tanto questionável. Não se está com isso afirmando que uma parte da população do mundo não se beneficia quando há crescimento econômico em escala global. Mas o ponto a ser destacado não é esse. O comércio entre as nações de fato favorece algumas sociedades, mas isso não ocorre de maneira generalizada, pois pela lógica capitalista sempre haverá concentração geográfica do capital e da renda. De acordo com os preceitos da análise sistêmica a própria concepção de nação ou país diz respeito à construção da economia-mundo capitalista. Isso implica dizer que o livro de Adam Smith (*A Riqueza das Nações*) também reflete um pouco

¹¹⁸ Fosse correto afirmar que abrir e liberar representasse o mesmo processo em sentido econômico, poderíamos proferir que Portugal e Espanha praticaram do livre-mercado durante o século XVI. Afinal alguém poderia negar que o império colonial formado por esses países não representou um tipo histórico de abertura comercial?

do interesse dos países centrais em controlar o comércio mundial em benefício próprio¹¹⁹.

Portanto a ideologia nacional do desenvolvimento econômico pode significar um grande engodo.

[...] o desenvolvimento nacional pode muito bem ser um objetivo [...] pernicioso. Por dois motivos: para maioria dos Estados, qualquer que seja o método adotado, é irrealizável. E para todos que ainda possam realizar, isto é, transmutar radicalmente a localização da produção em escala mundial, e assim, sua posição na escala ordinal interestatal, os benefícios que obtiveram ocorrerão forçosamente a expensas de alguma outra zona. Isso sempre ocorreu até certo ponto e é hoje mais verdadeiro do que em qualquer outro momento. (WALLERSTEIN, 2006, p. 140)

Sendo assim a abordagem sistêmica nega o processo de desenvolvimento econômico quando relevado no espaço limitado do Estado. O que poderia ser dito é que há um desenvolvimento como dinâmica histórica da economia-mundo capitalista norteado segundo uma lógica desigual e combinada nas relações centro e periferia. Desse modo o desenvolvimento econômico embora tenha características de um projeto societário em escala global nada mais é que uma ilusão. E é uma ilusão, porque passa a ideia de que é algo possível e até mesmo obrigatório para todas as sociedades. Visto que qualquer país que compartilhe da cadeia global de mercadorias terá um papel limitado pela sua posição no sistema capitalista, não faz sentido afirmar que a divisão internacional do trabalho e o comércio internacional proporcionem o progresso econômico de todas as nações.

Não obstante Adam Smith realmente esboçou a ideia de que nenhuma sociedade alcança seu ápice econômico de forma independente, por isso o mercado externo aparece como condicionante para a riqueza das nações. Ainda assim a ideia de um desenvolvimento pelo mercado externo é apenas um modo de enxergar a tese do autor. Por um lado, o caminho da especialização tem correspondência com a própria história da economia-mundo capitalista. Dessa maneira esse desenvolvimento seria de fato um desenvolvimento capitalista e por isso se enquadraria na realidade ilusória de desenvolvimento nacional. Mas por outro lado o autor expõe outra abertura para o progresso material que embora tenha participação do mercado configura algo um tanto diferente do que poderíamos chamar de capitalismo histórico. O que Smith chamou de progresso “natural” da sociedade diz respeito a essa outra forma de desenvolvimento econômico e este será o assunto de nosso próximo tópico.

¹¹⁹ “A preocupação do século XVIII com a “riqueza das nações” não passava de uma expressão ideológica de interesses dos produtores em manter ou criar suas próprias vantagens monopolísticas e solapar os outros. O que chamamos de mercantilismo era apenas um método organizado dessa batalha, em que os produtores cujas capacidades de obter mais-valia estavam em algum ponto médio da escala buscavam usar as estruturas do Estado em que tinham influência para solapar rivais economicamente mais fortes de outras estruturas estatais.” (WALLERSTEIN, 2006, p. 129)

3. 4. Capitalismo, mercado e desenvolvimento: uma releitura de Adam Smith

Conforme foi apresentado no primeiro capítulo Adam Smith apresenta duas formas de desenvolvimento econômico embora o próprio autor não esclareça a provável diferença entre ambas. Uma dessas formas foi estudada a pouco, é a via da especialização a partir do mercado externo. E a outra diz respeito ao que Smith chamou de progresso “natural”. Visto que já elencamos que o autor usa o termo “natural” devido a estrutura de pensamento do século XVIII basta esclarecer que ele estava pensando numa forma mais racional e organizada de desenvolvimento econômico.

A primeira coisa que chama a atenção desse progresso “natural” diz respeito à escala de etapas que coloca o mercado externo como último estágio do desenvolvimento econômico, ou seja, é quase que o inverso do desenvolvimento via especialização. Mesmo assim esse crescimento econômico ainda estaria estruturado no mercado interno. Por outro lado segundo as ponderações levantadas sobre a análise de sistemas-mundo um fator também chama muito a atenção: o modo que Braudel interpreta a economia de mercado e sua relação com o capitalismo. Em termos teóricos o autor parece subverter o que é quase consenso entre grande parte dos economistas. Ou como afirma Wallerstein (2006, p. 241) “Braudel via o capitalismo de uma maneira que aos olhos da maioria de seus colegas, só podia ser considerado vê-lo às avessas.”

De fato não é nenhuma novidade que alguns economistas ultraliberais como Mises (2009) e Hayek (2010) da escola de Viena repudiam a ideia de um sistema econômico com participação governamental ser entendido como capitalista. Capitalismo e mercado – e até mesmo livre-mercado – tem o mesmo significado para estes autores.

Mesmo assim em sua explicação sobre economia de mercado, Braudel não chega a utilizar exatamente o termo livre-mercado. Isso pressupõe que o funcionamento do comércio em seu nível concorrencial também é governado segundo instituições históricas específicas. O autor não chega a explicar quais seriam essas estruturas que condicionam a competição entre pequenos investidores. Mas visto que a realidade do mercado é usada a favor do capitalismo histórico, ou seja, como meio de garantir a concorrência em setores específicos com o propósito de garantir o monopólio em outros, tudo indica que as estruturas capitalistas permeiam todas as esferas de produção e circulação de mercadorias.

Como havia sido mencionado, Braudel diferencia a economia de mercado do capitalismo, pois em seus estudos históricos não havia possibilidade de afirmar que embora ambos coexistissem – e ainda coexistam – não representavam rigorosamente a mesma atividade, e tanto Wallerstein (2006) quanto Arrighi (1997) concordam com essa premissa.

Entretanto isso se aplica somente a realidade do capitalismo histórico e não a uma economia de mercado hipotética não capitalista.

Levando isso em conta é possível observar a possível convergência entre a tese Smith e de Braudel sobre o funcionamento do mercado e sua relação com o desenvolvimento econômico. Porém essa aproximação teórica parece corresponder a um sistema diferente do capitalismo histórico em que o desdobramento “natural” da sociedade é norteado pelo mercado sem interferências monopolísticas.

Num primeiro momento pode-se argumentar que não há sentido em afirmar que Adam Smith estivesse discutindo um desenvolvimento que não fosse capitalista – mesmo que este termo não apareça em *A Riqueza das Nações*. Só lembrando, a ideia principal do autor era que o mercado mobiliza as pessoas para a troca o que aumenta a divisão e produtividade do trabalho gerando assim o desenvolvimento econômico. Acontece que quando esse processo é limitado ao espaço doméstico pode levar a uma espécie de círculo vicioso do aumento da riqueza.

[Smith] afirma que a divisão do trabalho tem como causa básica a propensão do homem para comerciar e que o tamanho do mercado limita a divisão do trabalho. Caímos, assim, num círculo vicioso, pois o tamanho do mercado depende do nível de produtividade, e este último da divisão do trabalho, a qual por seu lado depende do tamanho do mercado. (FURATADO, 2000, p. 20)

Esse círculo vicioso é, contudo, determinado em relação às limitações que o próprio crescimento teria conforme os investimentos se esgotassem em nível nacional, o que certamente implica na forma como a renda se distribui na sociedade. Para Smith existem tendências diferentes naquilo que diz respeito aos lucros e salários. Se para o autor o salário médio do trabalhador deve cobrir no mínimo a subsistência, então deve ser o salário normal de fato. Contudo quando uma sociedade está em processo de crescimento econômico – isto é, quando seu capital aumenta de forma acelerada mediante os investimentos produtivos e maior nível de poupança interna – a demanda por mão de obra faz com que os salários subam acima do nível de subsistência¹²⁰. Nessa etapa de crescimento, digamos “incompleto” da riqueza nacional, a vida do assalariado melhora bastante¹²¹.

Agora a taxa de lucros tende a se equalizar para baixo na medida em que os investimentos determinam um maior número de competidores nos mercados. E embora a

¹²⁰ “O aumento da renda e de capital é o aumento da riqueza nacional. A demanda de assalariados, portanto, naturalmente aumenta com o crescimento da riqueza nacional, sendo simplesmente impossível quando isso não ocorre. [...] Não é, portanto, nos países mais ricos, mas nos mais progressistas, ou seja, naqueles que estão se tornando ricos com maior rapidez, que os salários do trabalho são mais altos.” (SMITH, 1996, 121)

¹²¹ Somente nesse contexto aquele trabalhador frugal teria condições de poupar algum capital. Fora dessa situação a afirmação de Smith sobre a frugalidade parece mesmo falaciosa.

queda da taxa de lucros seja vista por grandes investidores como declínio acentuado da economia nacional, na realidade ela representa o contrário. Ela representa um acréscimo real dos salários, uma maior demanda por mão de obra e por isso maior nível de empregos, mas principalmente ela reflete um aumento de capital nacional. Quanto maior a oferta de capital, menores os lucros e maiores os salários. E como salários maiores fazem aumentar a demanda por alimentos, a renda da terra também tende a subir. Levando em conta esse raciocínio, dos três componentes que integram o valor das mercadorias, é o lucro que perde mais espaço na composição do capital conforme a sociedade progride.

Se a taxa normal de lucros varia conforme a disponibilidade de capital isso implica afirmar que a taxa de juros reflete o grau em que o capital é empregado em determinado país. Em tese “[...] a taxa normal mínima de juros deve ser sempre algo superior ao que é suficiente para compensar as perdas ocasionais, às quais está exposta qualquer aplicação do capital.” (SMITH, 1996, p. 144)

No estágio em que o capital é aplicado em todas as atividades que são possíveis, onde o aumento demográfico da sociedade correspondeu diretamente à aplicação desse capital, e onde todas as terras foram cultivadas, tanto os lucros quanto os salários seriam rigorosamente estáveis. O índice populacional elevado faria com que a concorrência entre os trabalhadores fosse tão grande que seus salários não passariam do necessário para seu sustento e de seus dependentes. Os emprestadores de dinheiro jamais poderiam viver dos juros do capital, pois a alta concorrência entre produtores e comerciantes equalizaria os lucros para o “mínimo suportável”. Posto de outra forma o número de investidores seria tão grande que os monopólios praticamente não existiriam. Essa realidade hipotética diz respeito a qualquer sociedade que tenha desenvolvido sua agricultura e sua indústria – segundo a ordem temporal de Smith – nas limitações do comércio nacional. Ou seja, em um país que ainda não tenha investido de forma mais intensa no comércio externo.

Para Adam Smith quando uma nação atinge esse ponto ela entra no que ele chamou de *estado estacionário*. Tudo leva a crer que a sociedade atinge um grau tão elevado de investimentos que a única forma de continuar a crescer é transferindo capital para outro país. Daí a insistência do autor em dizer que o comércio externo deve ser o último estágio de progressão da sociedade. Todavia, e isso é muito importante, o melhor exemplo histórico dessa situação estacionária não é, segundo Smith, a Europa, mas a China¹²².

¹²² “A China foi por muito tempo um dos países mais ricos, isto é, um dos mais férteis, mais bem cultivados, mais industriais e mais populosos do mundo. Ao que parece, porém, a sua economia estacionou.” (SMITH, 1996, p. 123)

A avaliação de Smith relativa ao desenvolvimento econômico europeu é muito diferente daquilo que se espera. Segundo o autor os investimentos ocorreram de maneira desordenada sendo que a prioridade começou pelo comércio externo e não pela agricultura e pastoreio. O problema, contudo, não foi o comércio externo ser praticado na Europa, mas ele ter sido a prioridade para aplicação do capital. Além do mais, na visão do autor, a fraude entre comerciantes e o poder governamental condicionaram monopólios que só depreciaram a situação material dos trabalhadores. Enquanto a Europa crescia os salários não subiam, pelo menos não da mesma forma que subiriam caso não existissem monopólios. Em vista desses problemas o autor alega que houve progresso econômico na Europa, porém a forma como ele ocorreu foi totalmente “antinatural”. Posto de outra forma o continente europeu não se desenvolveu segundo a “ordem natural” proposta por Adam Smith¹²³.

Mas se há duas formas de desenvolvimento econômico, uma “natural” e outra “antinatural” – ou também uma história do progresso mais racional e outra menos racional – então podem existir duas teorias de desenvolvimento econômico na obra de Adam Smith. A primeira, aquela mais racional, diz respeito a um processo de equalização da taxa de lucros para baixo, a uma alta consistente dos salários até que se alcance o estado estacionário, mas principalmente trata-se de um desenvolvimento via concorrência de mercado e antimonopólio.

Essa forma de desenvolvimento não parece coincidir totalmente com a ideia de capitalismo histórico apresentada por Wallerstein e Arrighi, pois expressa uma ideia estacionária da acumulação do capital e uma tendência à equalização da taxa de lucros. Contudo esse desenvolvimento converge para a concepção de economia de mercado no sentido que Braudel dá ao termo. Ainda que algumas questões apresentadas por Smith possam ser um tanto questionáveis e convergir para outras interpretações sobre o comportamento dos capitalistas¹²⁴, o autor parece contribuir para pensarmos que existem duas vias de progresso

¹²³ “[...] em todos os modernos países da Europa essa ordem foi totalmente invertida, sob muitos aspectos. Nesses países, foi o comércio externo de algumas das cidades que introduziu todas as manufaturas mais refinadas, isto é, aquelas que eram indicadas para vender seus produtos em locais diferentes; e foram as manufaturas e o comércio exterior que fizeram surgir os principais melhoramentos da agricultura. Os hábitos e os costumes introduzidos pelo estilo de seus governantes, hábitos e costumes esses que permaneceram mesmo depois [desses] governos [terem] passado por profundas alterações, necessariamente lançaram esses países nessa ordem antinatural.” (SMITH, 1996, p. 377)

¹²⁴ Um exemplo é a ideia do homem frugal do qual a poupança lhe proporciona o capital a ser investido. Essa é uma interpretação importante para entendermos a mentalidade dos agentes capitalistas. Max Weber, na sua celebre obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, já oferece uma explicação da cultura dos homens que trabalhavam e poupavam como um meio de garantir sua predestinação ao paraíso. Todavia, afirmar que a prática excessiva de poupar a renda é um meio de aumentar o estoque de capital da sociedade, não explica como um investidor capitalista alcança certo padrão de consumo do qual em nada converge para o comportamento parcimonioso.

econômico, sendo que uma ocorre por meio do mercado e a outra pela imposição dos monopólios.

A interpretação de Arrighi parece elencar esta tese de que Adam Smith deixou duas visões de desenvolvimento econômico. Todavia algumas ressalvas devem ser levadas em conta. Para Arrighi, Smith nunca defendeu a concepção de mercado autorregulado como propulsor do desenvolvimento econômico. E também não era defensor absoluto da divisão técnica do trabalho, embora em *A Riqueza das Nações* nenhuma diferença evidente seja elencada em relação à divisão social do trabalho.

Entre os “principais economistas do passado”, Smith talvez seja “um dos mais amplamente citados e um dos mais raramente lidos”. Sendo ou não verdade, porém ele é, ao lado de Marx, certamente um dos mais incompreendidos. Três mitos em particular cercam seu legado: de que era teórico e defensor da autorregulação do mercado; de que era teórico e defensor do capitalismo como motor da expansão econômica “interminável”; e de que era teórico e defensor do tipo de divisão do trabalho que se estabeleceu na fábrica de alfinetes descrita no primeiro capítulo de *A riqueza das nações*. Na verdade, ele não era nada disso. (ARRIGHI, 2017, p. 57)

Por essa leitura também é plausível proferir que Smith não poderia ser um patrono da política livre-cambista da segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX. Como já foi descrito o próprio Keynes não atribuía a Adam Smith a noção doutrinária de *laissez-faire*. Mas afirmar que o livre-comércio não seja uma política incondicional para Adam Smith não ofusca sua defesa constante da liberdade econômica da sociedade. A leitura de Arrighi apenas pressupõe que Adam Smith não era um autor ortodoxo e que limitava suas ideias diante dos fatos históricos e questões de ordem política.

De acordo com algumas interpretações Adam Smith construiu uma teoria econômica que devia ser um ramo da atividade política. E Arrighi (2017) assente com essa interpretação. Segundo o autor, Smith pensava o Estado como instrumento de reprodução das condições do mercado. Os fins desse objetivo político eram a garantia de liberdade para os povos e uma melhora significativa na vida dos trabalhadores¹²⁵.

Sobre esse assunto há momentos em que Smith expressa apoio às demandas dos trabalhadores, mas sempre faz isso criticando duramente as classes de mercadores e proprietários que praticam o monopólio. Tais críticas não dizem respeito ao conteúdo de classes do sistema econômico de mercado que estava descrevendo. Ainda assim, Adam Smith promulgava certa repulsa sobre os lucros exorbitantes que de algum modo não podiam ser

¹²⁵ Cf. ARRIGHI, 2017, p. 60.

explicados pelas formas de investimento mais condizentes do comércio. Em suma seu posicionamento em relação aos trabalhadores repousa na hipocrisia de alguns comerciantes e produtores quando reclamavam da alta dos salários¹²⁶.

O progresso econômico “antinatural” – isto é, o progresso via monopólios e investimentos prioritários no comércio externo – diz respeito a essas discrepâncias materiais entre aqueles que participam da atividade produtiva. Porém a diferença fundamental para o desenvolvimento que Adam Smith entendia como “natural” está nas limitações ou esgotamento dos investimentos. Pelo fato de atribuir um estado estacionário no processo de desenvolvimento, o autor não enxergava todo o potencial da divisão técnica do trabalho e das inovações na estrutura econômica.

Smith, [...], começa sua história com o exemplo [da] fábrica de alfinetes para ilustrar como a divisão do trabalho melhora a força produtiva da mão de obra. A partir daí, [...], ele deixa a morada oculta da produção e concentra-se na divisão social do trabalho (entre cidade e campo ou entre atividades e setores econômico); nas trocas de mercado que ligam as unidades especializadas [...]; na competição que promove mais divisão e especialização do trabalho [...] (ARRIGHI, 2017, p. 65)

Por isso a convicção de Arrighi em afirmar que Adam Smith não teorizou exatamente um sistema capitalista, ou melhor, um desenvolvimento econômico capitalista. Visto que a noção de estado estacionário não permite pensar a acumulação ininterrupta do capital, em sentido de reorganização dos processos produtivos, a própria dinâmica histórica do capitalismo perde sentido. Assim, a contribuição de Adam Smith para discussão do desenvolvimento econômico pode ser vista de duas maneiras: a primeira é que o autor subestimou a capacidade de reprodução e transformação do capital; a segunda é que, sem proferir anacronismos, Smith estava pensando realmente numa via de desenvolvimento diferente do capitalismo.

A via de desenvolvimento “antinatural” pode até ser assimilada ao conceito de capitalismo histórico. Mas Arrighi (2017) alega que dois autores importantes explicaram melhor a lógica de acumulação capitalista. O primeiro foi Marx que estabeleceu ideias importantes sobre a necessidade de revolucionar as forças produtivas com o intuito de aumentar constantemente a taxa de lucros. Sobre esse ponto se evidencia a diferença entre a tese de Smith e Marx. Para o primeiro há investimento na produção de mercadorias com o propósito de se comprar outras mercadorias. O dinheiro é só um meio para alcançar esse

¹²⁶ “Nossos comerciantes e donos de manufaturas reclamam muito dos efeitos perniciosos dos altos salários [...] Nada dizem dos efeitos prejudiciais dos lucros altos. Silenciam sobre os efeitos danosos de seus próprios ganhos. Queixam-se somente dos ganhos dos outros.” (SMITH, 1996, p. 145-146)

objetivo. Na fórmula de Marx essa seria uma circulação simples (MDM'). Porém para este autor os proprietários (capitalistas) investem seu capital com único propósito de auferir lucros. Surge daí sua celebre fórmula da acumulação capitalista (DMD'). Enquanto objetivo irracional e autocentrado, o dinheiro é usado para se conseguir mais dinheiro, ou como diz o próprio Marx (2011, p. 693) “Acumulai, acumulai! Este é o mandamento principal.” Quando as oportunidades financeiras tornam essa acumulação mais fácil, a produção se torna irrelevante, assim como mostra a fórmula abreviada de Marx (DD').

O outro autor que definiu melhor a lógica da acumulação capitalista foi, segundo Arrighi, Joseph Schumpeter. Para este autor o sistema capitalista se constitui a partir de inovações que alteram o conjunto das combinações produtivas e comerciais, o que permite a constante acumulação do capital. A criação de novas combinações, e a substituição de ajustamentos ultrapassados, faz do capitalismo um sistema econômico que se reproduz por meio de mudanças em seu organismo. Tal sistema é impulsionado por novos produtos, novas técnicas de produção, novos meios de transporte, novas formas de organização industrial e administrativa, novos mercados, enfim por tudo o que possa potencializar a acumulação do capital. “Este processo de destruição criativa é o fato essencial acerca do capitalismo.” (SCHUMPETER, 1984, p. 113)

Na visão de Schumpeter a concorrência capitalista não se limita a mera adequação de disputa por melhores preços no mercado – ainda que isso seja uma característica importante. A concorrência capitalista diz respeito à investida sempre constante para criação de novas fontes de oferta. O fator dominante no capitalismo é a competição por melhor qualidade de produtos ou por um esforço do processo de venda, o que garante a situação temporária de hegemonia nos mercados. Por esse motivo o autor alega que no capitalismo há na verdade *concorrência monopolista e concorrência oligopolista*¹²⁷.

Conforme Arrighi (2017) nem a interpretação de Marx nem a de Schumpeter indicam a possibilidade da acumulação do capital se esgotar. Pode-se argumentar em que sentido o capitalismo provoca crises intrínsecas ao seu próprio funcionamento histórico, mas não afirmar que o sistema estaciona em algum momento. Como afirma Schumpeter (1984, p. 112) “[...] o capitalismo, [...], é pela própria natureza, uma forma ou método de mudança econômica, e não apenas nunca está, mas nunca pode estar estacionário.”

¹²⁷ “A eficiência desse tipo de concorrência, perto do outro, é assim como um bombardeio comparado a se forçar uma porta – e é tão mais importante que passa a ser indiferente saber se a concorrência no sentido comum funciona mais ou menos prontamente.” (SCHUMPETER, 1984, p. 114)

Levando essas interpretações em conta Arrighi (2017) foca em dois fatores para afirmar que Adam Smith, construiu uma teoria não capitalista do desenvolvimento econômico: em primeiro lugar embora Smith se debruce sobre as relações comerciais internacionais há um foco peculiar sobre o desenvolvimento doméstico da sociedade; e, em segundo lugar, Smith não parece ter deixado qualquer explicação para a superação do estado estacionário. Nem a ideia de mão invisível parece explicar uma possível superação desse estado.

[...] como afirmou Schumpeter, o processo de desenvolvimento econômico, como entendido por Smith, não tem nenhum mecanismo inerente de superação da tendência de acomodação a um “estado estacionário” [...]. Smith não sugere em lugar nenhum que a mão invisível do mercado, agindo por conta própria, possa livrar a economia dessa armadilha. (ARRIGHI, 2017, p. 64)

Quando estuda essa questão, Arrighi (2017) chama esse estado estacionário de *armadilha de equilíbrio de alto nível*. Uma situação que pode ser entendida enquanto estagnação econômica pelo alto nível da divisão social do trabalho. Em suma o crescimento econômico é determinado pelo grau de desenvolvimento do mercado interno, pois em correspondência com a divisão social do trabalho, agricultura, pastoreio e indústria progridem de maneira mais uniforme. O refinamento da divisão social do trabalho permite um maior aperfeiçoamento da estrutura produtiva o que eleva a renda nacional e a demanda efetiva da sociedade. Mas com o tempo o mercado interno e as instituições de cunho comercial chegam ao limite de não haver possibilidades de expansão dos investimentos¹²⁸. É possível afirmar que esse limite diz respeito à incapacidade estrutural dos investidores de ampliar a demanda efetiva. Isso significa que o espaço determinado do mercado interno não permite que os fatores se alterem a ponto de criar novas condições de oferta e demanda. Os salários por corresponderem ao nível de subsistência não contribuem para o aumento da poupança nacional, sendo que o estoque de capital investido corresponde a uma reprodução mais simples do processo produtivo. Por isso a acumulação estaciona.

Como já fora mencionado a única sociedade que, para Smith, entrou de modo mais efetivo nessa armadilha (estado estacionário) foi a China. Não coincidentemente, Arrighi afirma que se há exemplo histórico em que a tese de desenvolvimento proposta por Adam

¹²⁸ “Quando o aprimoramento econômico eleva os rendimentos e a demanda efetiva, a extensão do mercado aumenta, criando assim condições para novas rodadas de divisão do trabalho e aperfeiçoamento econômico. Entretanto, com o tempo esse círculo vicioso vai de encontro aos limites impostos à extensão do mercado pela escala espacial e pelo ambiente institucional do processo. Quando se atinge esses limites, o processo cai numa armadilha de equilíbrio de alto nível.” (ARRIGHI, 2017, 40-41)

Smith faz sentido, é a China imperial¹²⁹. O estudo do autor da história econômica da China embasa a tese de que é possível pensar outras formas de desenvolvimento econômico não necessariamente capitalistas. O caso chinês é entendido dentro de um panorama específico onde os modos de produção do campo permitiram o crescimento industrial num mercado interno abrangente.

Esse processo, avaliado por vários autores, tem como principal característica a comparação entre a histórica econômica da China e a história econômica da Europa. Conforme alguns autores elencados por Arrighi (2017)¹³⁰, a Europa e a China mantiveram, entre o século XV e XVIII, algumas similitudes relativas ao funcionamento do comércio. No entanto a estrutura política e produtiva das duas regiões guardavam certas particularidades, das quais, com o decorrer do tempo determinaram realidades sociais diferentes. Tal dessimetria foi entendida como *a grande divergência*.

Segundo Arrighi, na China imperial prevaleceu um sistema mais familiar e coletivo para os trabalhadores do campo. De certo modo, a produção dos camponeses a nível interno correspondeu à grande demanda por meios de subsistência. Ao mesmo tempo a divisão social do trabalho proporcionou o crescimento das manufaturas, como é o exemplo da produção de seda e papel. Todavia faltou na China imperial aquela divisão técnica do trabalho da qual a transformação e substituição dos processos econômicos permite a acumulação capitalista. Essa característica exemplifica a forma como os recursos foram mobilizados nesse país. Diferente da Europa a China aumentava a produtividade e a renda mediante a mobilização de fatores humanos, daí a importância da divisão social do trabalho. Kaoru Sugihara chamou esse processo de *revolução industrial*¹³¹. Mas essa prática, que adivinha da tradição cultural da Ásia oriental, não incentivava os investimentos em capital fixo, o que ocorreu de maneira mais eficaz na Europa mediante o comércio externo.

Embora o arcabouço institucional da Ásia oriental deixasse pouco espaço para as grandes inovações e para o investimento em capital fixo ou no comércio de longa distância, oferecia oportunidades excelentes para o desenvolvimento das tecnologias de uso intensivo de mão de obra, o que contribuiu [...] para melhoria das condições de vida, uma vez que mantinha a pleno emprego todos os membros da unidade doméstica. A diferença entre esse tipo de desenvolvimento e o desenvolvimento pelo caminho ocidental “era que o [primeiro] mobilizava recursos humanos em vez de não humanos”. (ARRIGHI, 2017, p. 49)

¹²⁹ Giovanni Arrighi, *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*, 2017.

¹³⁰ Siu-lun Wong, Andre Gunder Frank e Kenneth Pomeranz.

¹³¹ Cf. ARRIGHI, 2017, p. 48.

Esse estilo asiático de desenvolvimento econômico ainda diz respeito à época imperial da China. E por suas características políticas e culturais o último estágio da ordem “natural” proposta por Adam Smith – o investimento no comércio exterior – não foi efetivado no período em questão. De forma resumida, o desenvolvimento econômico chinês, na era imperial, refletia uma ordem “natural” de progressão do mercado interno do qual era limitado pela divisão social do trabalho. Esse sistema de mercado englobava a propriedade familiar da terra, o que contribuiu para o desenvolvimento agrário-pastoral da região. Todavia as limitações espaciais e institucionais fizeram a economia estacionar gerando a armadilha de equilíbrio de alto nível.

Somente no século XX a China abriu seus mercados de maneira substancial o que colocou o país na cena mundial capitalista. A tese de Arrighi é que o ressurgimento econômico da China como potência econômica global pode refletir uma nova estrutura histórica da economia mundial. Ou, no mínimo, ajudar a pensar que o processo de desenvolvimento econômico pelo mercado não é absolutamente igual ao processo de acumulação capitalista.

[...] o ressurgimento econômico da China – seja lá qual for o resultado final – deu origem a uma nova consciência de que há uma diferença histórica mundial fundamental entre os processos de formação do mercado e os processos de desenvolvimento capitalista. (ARRIGHI, 2017, p. 40)

Não é o caso de nos aprofundarmos em questões mais profundas sobre o desenvolvimento econômico da China e seu resultado futuro. Basta elencar que na visão de Arrighi a história econômica desse país ajuda a compreender um lado de Adam Smith do qual não esta relacionado com as estruturas capitalistas de produção e circulação de mercadorias. Quando Smith expressa a ideia de estagnação do processo acumulativo não leva em conta a capacidade de inovação e adaptação do capital. E o comércio externo aparece como forma de investimento na medida em que se esgotam as aplicações domésticas, e não como meio de valorizar o capital, assim como foi o progresso “antinatural” da Europa. Por isso, Arrighi afirma que o desenvolvimento econômico “natural” descrito por Adam Smith não diz respeito ao capitalismo histórico. Antes disso ele representa um caminho de crescimento pela economia de mercado, cujo melhor exemplo histórico foi a China imperial.

Embora o mercado ideal de Smith seja muito mais teórico e abstrato, a ponto de expressar uma variante “antinatural” de progresso, ele também representa características fundamentais para se pensar as estruturas históricas. Braudel descreve a economia de mercado elencando a concorrência, os lucros limitados, as necessidades materiais e os riscos da

atividade econômica. E embora o lucro fosse fundamental o dinheiro ainda aparecia como meio de troca e não como fim em si mesmo. Em teoria essa realidade apresenta similitudes com modelo de crescimento econômico “natural” proposto por Adam Smith.

Mesmo assim Braudel pensou a economia de mercado dentro do capitalismo, ou como parte integrante desse sistema. Arrighi, por outro lado, procurou explicar, a partir da história da China, o desenvolvimento pelo mercado como forma avessa ao processo de acumulação capitalista. De certo modo o autor abstraiu de Braudel uma interpretação histórica de desenvolvimento econômico da qual os principais pontos teóricos já se apresentavam na obra de Adam Smith.

Não obstante alguns fatores sobre a interpretação de Arrighi sobre Adam Smith merecem atenção: o primeiro é que Arrighi faz sua argumentação partindo da ideia de desenvolvimento interno (doméstico), e esse é um ponto que muda totalmente a configuração do problema do desenvolvimento econômico; em segundo lugar o autor interpreta que Smith não se aprofundou de maneira incisiva na divisão técnica do trabalho; mas a leitura mais controversa é relativa ao livre-mercado, que é explanado de maneira não ortodoxa.

Segundo nossa exposição no primeiro capítulo, Adam Smith discutiu e apresentou ideias sobre comércio internacional, e embora faltem explicações sobre a divisão técnica do trabalho, o autor não chega a diferenciá-la da divisão social do trabalho. Há momentos em que as duas formas parecem ter o mesmo efeito sobre a produtividade do trabalho. Porém, mais importante é o fato de Smith argumentar a todo instante que a atividade econômica livre entre os Estados promove o bem estar material da sociedade e do conjunto das nações. Essa é uma afirmação coerente com sua teoria do mercado, mas não faz sentido se levarmos em conta sua ordem lógica do desenvolvimento econômico. De fato há momentos em que Adam Smith parece subverter algumas de suas ideias, como é o caso de sua teoria do mercado mundial.

Ao defender a tese de que uma mudança na correlação de forças entre os Estados era uma condição indispensável a uma maior equidade entre as nações, Adam Smith propôs à economia política clássica uma questão e um caminho que ele mesmo, posteriormente abortou. (FIORI, 1999, p. 49)

Para autores como Myrdal a teoria clássica do comércio internacional nunca teve o objetivo claro e direto de esclarecer as disparidades materiais entre os países que compõem o mercado mundial¹³². De fato não é absurdo afirmar que Adam Smith estava mais preocupado em afirmar a existência perfeita do mercado do que explicar o desenvolvimento econômico, embora exista sempre uma conexão entre as duas coisas. Mas essa conexão pode ser

¹³² Cf. MYRDAL, 1960, p. 190.

entendida de duas formas. A primeira é que o mercado se mostra uma instituição pertencente àqueles que detêm a riqueza e a reproduzem em escala crescente. Nesse caso até mesmo os monopólios podem ser confundidos ou mesmo entendidos como atividade comercial pura e simples. Sim porque os monopólios não são necessariamente a fonte única de certos produtos em sentido absoluto. Podem ser também o controle da instituição que movimenta as mercadorias. Um grupo ou uma família geralmente estão coligados numa única empresa ou numa aliança de empresas que são administradas em benefício exclusivo do grupo. Tais empresas são conduzidas por empregados da área de administração e não exatamente pelos proprietários o que ilustra a independência e ligação financeira do grupo capitalista.

No uso tradicional, um grupo de interesses é [...] certo número de empresas sob controle comum, estando o centro do poder normalmente num banco comercial ou de investimentos, ou uma grande fortuna familiar. Dessa forma, uma companhia do grupo Morgan era uma empresa sob controle da firma bancária J. P. Morgan & Company, uma companhia Rockefeller era uma empresa sob controle da família Rockefeller e assim por diante. (BARAN; SWEEZY, 1966, p. 27)

Nesse sentido os monopólios se confundem com o mercado porque no fundo o mercado não deixa de existir. As sociedades anônimas são expressão histórica de como as trocas aumentam sua dinâmica na medida em que são norteadas para um benefício concentrado em âmbito político. Um teórico liberal pode até ficar impressionado com a audácia daquele empresário que se destacou abrindo uma empresa. Porém esse empresário individual só existe enquanto categoria teórica para explicar o mercado e não como agente histórico que administra o grande capital. As grandes empresas, isto é, as companhias e corporações são entidades sem um proprietário estável. Elas não necessitam do homem frugal e racional que se arrisca no mercado, pois elas querem mesmo é eliminar tal condição de risco. Em teoria o mercado continua existindo, mas de forma monopolizada e por isso é um mercado capitalista.

Esse mercado é o que representa a forma hegemônica de desenvolvimento econômico já que é ele que embasa o aumento ilimitado do capital. Tem-se dito muitas vezes que Adam Smith proferiu em defesa desse mercado, mas também é plausível afirmar que ele estivesse pensando exatamente o contrário. Isso remete à outra maneira de se enxergar a relação entre mercado e desenvolvimento. Em certo aspecto a via de desenvolvimento “natural” descrita por Adam Smith contribui para pensarmos sobre aquela questão colocada no segundo capítulo: se o mercado pode constituir um sistema histórico. Do ponto de vista histórico isso parece plausível, ainda mais se levarmos em conta que a atividade comercial, como já descrito

no decorrer desta pesquisa, não é invenção do capitalismo. Segundo Michel Foucault, o mercado, em seu sentido mais genérico, foi visto antes de tudo como um lugar de justiça.

O mercado no sentido geral da palavra, tal como funcionou na idade média [...] creio que poderíamos dizer numa única palavra, que era essencialmente um lugar de justiça. Um lugar de justiça em que sentido? Em vários sentidos. Primeiro, claro, era lugar dotado de uma regulamentação extremamente prolífica e estrita [...]. Era também um lugar de justiça no sentido de que o preço de venda estabelecido no mercado era considerado, aliás tanto pelos teóricos quanto pelos práticos, um preço justo [...]. Enfim era um lugar justo na medida em que o que devia ser essencialmente assegurado no mercado [...] era o quê? [...] O que devia ser assegurado era a ausência de fraude. (FOUCAULT, 2008, p. 40-41)

No entanto, a partir de um processo de longa duração que marcou as transformações do comércio mundial entre os séculos XV e XVIII, o mercado se tornou uma instituição de controle social. Já não era aquela instituição formada por classes mais baixas, e menos ainda expressão de justiça. Ele se tornou um espcio de disputa política que se abre para alguns contanto que isso mantenha a posição de outros poucos agentes, e por isso não pode existir sem fraudes.

Poder-se-ia argumentar que esse processo longo representou a ampliação do comércio que já existia na Europa, mas essa seria apenas uma explicação quantitativa. A qualidade desse novo mercado, se é que o podemos chamar assim, está relacionada com a produção em larga escala e a acumulação irrestrita do capital num mecanismo contínuo de superação das estruturas. O que estamos querendo afirmar é que, segundo os princípios da análise sistêmica, o capitalismo além de não ser igual ao mercado também não é mera evolução da atividade comercial.

Adam Smith, por mais que ficasse impressionado com as potencialidades do comércio, enxergava um limite do qual nem mesmo a mão invisível seria capaz de superar, ou seja, o desenvolvimento para ele não era um processo irrestrito da acumulação do capital. As restrições da acumulação fazem parte da concorrência e do próprio processo de distribuição da renda. Sempre que os salários aumentassem em decorrência da queda dos lucros e da alta demanda por capital a sociedade estaria se afastando dos monopólios e se aproximando de seu limite, o estado estacionário. Nesse caso, a relação entre mercado e desenvolvimento diz respeito à redução dos lucros e estabilização dos salários o que implica numa desconcentração da renda.

A importância em levantar essas diferenças constitui uma crítica de suma importância para as ciências sociais. A crítica, não somente à ideia de que capitalismo e mercado significam a mesma coisa, mas que capitalismo seja igual a progresso. Historicamente

falando, o ideal de desenvolvimento econômico tem representado essa busca pelo sistema capitalista dito como o mais evoluído entre os liberais, ou apenas um estágio necessário para construção do socialismo como afirmaram muitos marxistas durante o século XX. Na obra de Adam Smith os conceitos de progresso e desenvolvimento não se confundem. Para o autor todo processo histórico eleva obrigatoriamente a sociedade para um patamar de melhora. Mas como já alertamos isso é somente a característica histórica do pensamento do século XVIII não sendo nada estranho o autor pensar dessa maneira. Portanto as ideias expostas em *A Riqueza das Nações* podem ir muito além de uma mera interpretação evolucionista do capitalismo e do mercado, e isso pode levar a outra ideia de desenvolvimento econômico. Claro que a história não permite fazermos uma análise mais profunda desse desenvolvimento alternativo. É provável que este fosse um processo que nem pudesse ser chamado de desenvolvimento – pelo menos não no sentido evolucionista do termo. Também não estamos afirmando que a interpretação de Arrighi sobre Adam Smith é a correta. Nossa intenção em discutir a relação entre mercado, capitalismo e desenvolvimento foi elencar uma releitura de Adam Smith. Uma releitura que pode ir além da ideia do economista defensor incontestado do livre-mercado e da classe capitalista.

Conclusão

Em nossa pesquisa buscamos estudar e debater, a partir da análise dos sistemas-mundo, a concepção de desenvolvimento econômico fundamentada por Adam Smith. No primeiro capítulo foi possível elencar os principais pontos do livro *A Riqueza das Nações*. Já na segunda parte, a exposição do conceito de capitalismo histórico e economia-mundo capitalista possibilitou pensarmos as contradições estruturais da economia mundial. Em vista disso a ideia e ideologia do capitalismo enquanto sistema que tende para o progresso apresentou falta de consistência histórica. Sob o prisma do que foi elaborado na primeira e segunda parte da pesquisa chegamos ao cerne de nosso objetivo no terceiro capítulo.

Nossa intenção em levantar uma crítica à tese defendida a Adam Smith se mostrou complexa e de amplo alcance, e isso porque de acordo com nossos estudos Adam Smith não foi um autor de gênio ortodoxo com ideias e conceitos fechados. Claro que do ponto de vista filosófico a concepção de natureza humana ou lei natural podem indicar concepções um tanto idealistas e anti-históricas, o que fazia parte da mentalidade histórico-filosófica do século XVIII.

Porém no tema tratado na pesquisa, ou seja, o desenvolvimento econômico, as ideias de Smith não se apresentaram de maneira puramente teórica. Há elementos na obra do autor que ajudam a entender o processo histórico de expansão do mercado. Assim concluindo nossa crítica a partir da abordagem sistêmica podemos destacar tanto as contradições teóricas da tese de Adam Smith quanto as limitações históricas para o desenvolvimento econômico.

As contradições de ordem teórica residem no fato de que Adam Smith, embora faça referência para as causas do progresso material das sociedades, muitas vezes prioriza em afirmar uma economia de mercado perfeita, o que acaba por contrariar as condicionantes do desenvolvimento defendidas pelo próprio autor. O resultado dessa constante apreensão foi uma leitura ortodoxa de suas ideias, da qual influenciou toda ideologia liberal e o pensamento sobre os problemas do desenvolvimento econômico. Em suma o sistema de preços foi visto como principal indicativo de “normalidade” da economia e o desenvolvimento apenas um consequência de tal situação¹³³. Mas as incoerências desse raciocínio se evidenciam quando, mesmo no plano teórico, o mercado perfeito esbarrara nas incertezas econômicas da própria concorrência e do consumo. Na conta da economia de mercado de Adam Smith toda produção

¹³³ “Durante toda época de predomínio da ideologia liberal, admitia-se que o mecanismo de preços velava para que os recursos produtivos fossem utilizados da forma mais racional possível, e que o desenvolvimento era algo que ocorria espontaneamente ali onde as instituições permitissem o máximo de iniciativa individual.” (FURTADO, 2000, p. 63)

deve ser consumida, mas a única garantia de que isso pode acontecer é a noção de que os indivíduos vão consumir e investir segundo a sua natureza para com as trocas no mercado.

Adam Smith acreditava que o progresso econômico era como uma virtude das pessoas mais racionais e parcimoniosas, e que indivíduos menos capacitados não poderiam prejudicar o bom senso da sociedade. Mas aí que está o problema, pois dentro do mercado – mesmo o mais perfeito – as pessoas podem agir individualmente, mas também seguirão algum tipo de tendência social. Os agentes sociais são complexos exatamente por serem sociais. Eles se movimentam na sociedade por conta de convenções sociais e estruturas históricas que não devem ser entendidas como perfeitas e acabadas. Por isso não é plausível supor como cada indivíduo pode ou não agir segundo uma concepção genérica de natureza humana. Não é possível afirmar que determinado grupo investirá a poupança da sociedade só porque são racionais, e é bem provável que razão os guie para o lado oposto. Tanto o consumo, mas principalmente o investimento só ocorre no capitalismo histórico quando há certas garantias para o agente capitalista. Como a concorrência não reflete tais garantias o poder político condiciona a acumulação de capital.

É nesse ponto que a análise sistêmica possibilita uma crítica já que segundo essa abordagem o capitalismo histórico se caracteriza por estratégias que visam controlar o mercado. A atividade comercial é um espaço de atuação capitalista, mas não é ela própria a propulsora o desenvolvimento econômico. Os investimentos não se realizam de forma espontânea, pois o mercado não pode garantir os grandes lucros. Somente os diversos tipos de monopólio podem dar as garantias que o mercado não oferece. Em última instância é por meio da atividade política que a posição de alguns países pode sofrer alguma alteração positiva na economia-mundo capitalista.

Em teoria o raciocínio de Adam Smith pode até fazer sentido, pois as diversas cadeias de mercadorias geralmente encontram a demanda esperada, porém sempre para benefício de um grupo reduzido de capitalistas e por tempo determinado. E essa demanda se realiza mediante planejamento e não de forma espontânea ou “livre”. Como argumentamos no decorrer da pesquisa a ideia de desenvolvimento econômico esteve e está vinculada a concepção ocidental de progresso. O próprio Adam Smith usa o termo progresso de forma relativa, ou seja, sempre comparando uma sociedade (ou nação) mais “avançada” com outras mais “atrasadas”. O centro de comparação é na maioria das vezes a Grã-Bretanha e não parece que essa escolha do autor seja aleatória. O Reino Unido foi o centro hegemônico da acumulação de capital durante todo século XIX e parte do XX. Todavia de nenhuma maneira chegou nessa posição por ter adotado o livre-mercado, apesar de impor esse discurso.

Segundo nossos estudos é bem provável que este país tenha feito o contrário. Nisso podemos concluir que a ideia de livre-mercado defendida como propulsora do desenvolvimento econômico tem suas contradições no terreno histórico do capitalismo.

As limitações históricas do desenvolvimento econômico dizem respeito ao modo como o sistema capitalista tem se organizado desde sua constituição histórica. Essa organização é estrutural e condicional para a própria reprodução do capital em escala ampliada. Centro, semiperiferia e periferia embasam o eixo que permite onde e quando certos investimentos deverão ser realizados. Isso significa que para a abordagem sistêmica o comércio internacional não é norteado de modo liberal. Tudo é relativamente planejado segundo o grau de força da classe capitalista que pretende ficar no centro da acumulação de capital.

Adam Smith de fato pensava o comércio mundial como condicionante para o progresso econômico das nações, e isso fica claro quando o autor elenca seu raciocínio sobre as vantagens absolutas. E mais tarde, com Ricardo, a lei de vantagens comparativas representou uma lógica econômica que serviu de base para o projeto de desenvolvimento do comércio internacional liderado pela Grã-Bretanha. Só pelo fato desse comércio ter tido uma liderança já expõe o caráter político e ideológico da teoria liberal do século XIX. Na lógica apresentada por Smith – mas também na de Ricardo – o poder de barganha entre as nações tende a se equalizar na medida em que o progresso da economia internacional baixe o preço dos fatores independentemente do tipo de mercadoria que cada país está produzindo. Se um país (A) produz vinho e outro (B) produz tecidos é porque o investimento prioritário nessas mercadorias as torna mais baratas. Logo o preço dos fatores envolvidos esclarece qual o tipo de investimento é mais vantajoso.

De acordo com nossa descrição sobre a história econômica da Grã-Bretanha é plausível proferir que os fatores ficaram mais baratos para os produtores de matéria-prima, mas isso só ocorreu para que os fatores necessários para a produção manufatureira e industrial do Reino Unido também ficassem mais baratos. O caso é que o controle das cadeias de mercadorias estava centralizado em Londres e por isso os maiores benefícios seriam para aqueles investidores ligados diretamente à economia britânica. Em tal situação o poder de barganha jamais se equalizaria, pois a maior parte da produção mundial era controlada por um grupo restrito de investidores. Essa estrutura permitia baratear os fatores de produção em razão da indústria britânica o que aumentava o valor agregado de seus produtos para o resto do mundo. Não fazia diferença quais eram as vantagens comparativas de cada país, pois tais prerrogativas só seriam aceitas se aumentassem ainda mais o poder econômico do centro hegemônico da economia-mundo capitalista.

Isso esclarece porque a análise dos sistemas-mundo pensa o desenvolvimento econômico – no contexto nacional – como uma ilusão. E mais ainda uma ilusão quando se leva em conta que o comércio internacional condiciona o desenvolvimento das nações como pensava Adam Smith. Toda economia mundial foi constituída pelo capitalismo histórico numa estrutura desigual e combinada, então logo todas as instituições que nasceram com o sistema, como o Estado, condicionam a reprodução do capital. Nesse sentido o desenvolvimento econômico visto do ponto de vista nacional se apresenta como algo capcioso, porque o Estado, no contexto do capitalismo histórico, funciona como expressão de disputa hegemônica. Assim, o próprio fato de as sociedades terem se constituído enquanto Estados nacionais num dado momento da história não permite que todas elas se desenvolvam. Este é o principal contraponto entre o conceito de capitalismo histórico e a ideia desenvolvimento econômico presente em *A Riqueza das Nações*¹³⁴.

Não obstante analisar o desenvolvimento econômico a partir do mercado internacional é apenas um modo de se enxergar a contribuição de Adam Smith. E nesse aspecto podemos concluir a presente pesquisa com a mais importante crítica sob o viés da análise dos sistemas-mundo. Tal exame não diz respeito às limitações de Adam Smith em não compreender certas estruturas do capitalismo histórico e sua contradição direta com as condicionantes do desenvolvimento econômico. A observação mais importante da presente pesquisa está na relevância em revisitar Adam Smith para se pensar a questão do desenvolvimento econômico.

O economista britânico defendia uma economia mais livre e aberta, bem como a não participação do Estado na economia. Essas são premissas válidas para o pensamento do autor e estruturam o que ele pensava como causa do progresso econômico das nações. Mas isso é apenas um ponto que pode ser focado em *A Riqueza das Nações*. Arrighi ilustra outra leitura que designa um exame mais histórico do desenvolvimento econômico com foco na história da China. Sua leitura pode parecer absurda do ponto de vista mais convencional do pensamento liberal, todavia não parece ser incoerente.

Quando Adam Smith afirma que todas as sociedades (países) devem desenvolver sua agricultura, pastoreio e indústria, antes de se aventurar no comércio externo, ele ilustra uma dinâmica pautada no mercado, porém não um mercado controlado por um número reduzido de investidores. Mais importante o autor parece expor uma noção de planejamento de longo prazo no sentido de se pensar o desenvolvimento enquanto convenção social e política. Isso faz pensar o modelo de Adam Smith como um projeto societário para economia mundial e

¹³⁴ Levando isso em conta é possível enxergar até mesmo uma contradição no título do livro *A Riqueza das Nações*.

não uma descrição ou justificção da economia britânica de seu tempo. E embora no século XIX a sua teoria tenha sido a principal referência britânica para o resto do mundo, é plausível argumentar que ela serviu mais como propaganda ideológica do que como projeto societário.

Contudo vale ressaltar mais uma vez que não se está afirmando que a leitura de Arrighi seja a correta em relação a Adam Smith. Muito pelo contrário. O fato de Arrighi ter revisitado Adam Smith e oferecido uma leitura um tanto diferente sobre a questão do desenvolvimento econômico ilustra como a teoria de Smith pode ser complexa ou mesmo controversa. Isso por si só constitui uma crítica necessária e importante ao pensamento cristalizado seja em relação a Adam Smith ou qualquer outro autor estudado pelas ciências sociais. A presente pesquisa procurou repensar, questionar, e debater o desenvolvimento econômico a partir da análise dos sistemas-mundo. E nesse caso o dialogo com Adam Smith também exigiu repensar o modo como este autor enxergava tal questão. A interpretação de Arrighi, embora controversa, mostra fatores diferentes e também procura responder uma questão há muito tempo discutida pelas ciências sociais: se todo desenvolvimento econômico tem de ser necessariamente capitalista? Isso implicaria em pensar – e estudar – outro tipo de desenvolvimento societário. Seja como for, o problema do desenvolvimento econômico ainda será muito debatido e por isso a releitura de autores tão relevantes como Adam Smith torna-se uma das mais importantes tarefas de contribuição para as ciências sociais.

Referências

- ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.
- ARIENTI, Wagner Leal; FILOMENO, Felipe Amin. *Economia Política do moderno sistema mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi*. Ensaios FEE. Vol. 8º. Nº 1, 2007.
- ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX: dinheiro, poder, e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.
- _____. *A ilusão do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.
- _____. *Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora URFJ, 2001.
- BARAN, Paul Alexander. *A economia política do desenvolvimento*. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1984.
- BRAUDEL, Fernand. *História e Ciência Social*. Editorial Presença, 1972.
- _____. *A Dinâmica do Capitalismo*. Lisboa: Editora Teorema, 1985.
- _____. *Civilização material, Economia e Capitalismo: séculos XV – XVIII*. Vol. 2º. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1996.
- BOYER, Robert. *Estado, mercado e desenvolvimento: uma nova síntese para o século XXI?* Campinas: Editora Economia e Sociedade, p.1-20, 1999.
- BUCHAN, James. *O autêntico Adam Smith*. Editora Rocco, 2008.
- CHANG, Há-Joon. *Chutando a Escada: A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- COUTINHO, Eduardo Sentra. *De Smith a Porter: um ensaio sobre as teorias do comércio exterior*. Revista de Gestão USP, São Paulo, v. 12, n. 4, p. 101-113, 2005.
- DOBB, Maurice. *A Evolução do Capitalismo*. LTC – Livros Técnicos e Científicos, 2012.
- _____. *Teorias do valor e distribuição desde Adam Smith*. Lisboa: Editora Presença, 1977.
- DILLARD, Dudley. *A Teoria Econômica de John Maynard Keynes: Teoria de uma economia monetária*. São Paulo: Editora Pioneira, 1948.
- FIORI, José Luís. *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2008.
- FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1974.

_____. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Editora Terra e Paz, 2000.

_____. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere: O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália*. Vol. 5°. Editora Civilização Brasileira, 2002.

HAYEK, Friedrich August. *Os fundamentos da liberdade*. São Paulo: Editora Visão, 1983.

HILL, Christopher. *A Revolução Inglesa de 1640*. Portugal: Editora Presença, 1985.

HOBBSBAWM, Eric. *A era das revoluções*. São Paulo: Editora Paz e Guerra, 2007.

HUNT, E. K., *História do Pensamento Econômico: uma perspectiva crítica*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.

JEVONS, W. Stanley. *A Teoria da Economia Política*. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1983.

KEYNES, J. Maynard. *O fim do Laissez-faire*. São Paulo: Editora Ática, 1980.

_____. *A teoria geral do emprego*. São Paulo: Editora Ática, 1984.

LANDES, David. *Riqueza e a pobreza das nações: por que algumas são tão ricas e outras são tão pobres*. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 1998.

LEVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1967.

LOCKE, John. *Segundo Tratado Sobre o Governo*. Editora Martin Claret, 2002.

LÖWY, Michael. *A teoria do desenvolvimento desigual e combinado*. Revista Actuel Marx, p. 73-80, 1995.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Editora Insular, 2013.

MALTHUS, T. Robert. *Princípios de Economia Política: Ensaio Sobre a População*. Editora Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. 2° vols. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2012 (vol. 1), 2011 (vol. 2).

_____. *O Manifesto do Partido Comunista*. Porto Alegre: Editora L&PM, 2010.

MISES, Ludwig. *As seis lições*. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil – IMB, 2009.

_____. *Liberalismo Segundo a Tradição Clássica*. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil – IMB, 2010.

MIGLIOLI, Jorge. *Acumulação de Capital de Demanda Efetiva*. São Paulo: Editora TAQ, 1987.

MOTA, Carlos Guilherme. *História de um silêncio: a guerra do Paraguai (1864-1870) 130 anos depois*. Estudos Avançados, p. 242-254, 1995. In: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v9n24/v9n24a12.pdf>.

MYRDAL, Gunnar. *Aspectos Políticos da Teoria Econômica*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1986.

_____. *Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1960.

O' ROURKE, P. J., *A Riqueza das Nações de Adam Smith*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar Ed., 2008.

OHLIN, B. I. *Interregional and international trade*. Cambridge: Harverd University Press, 1933.

PERROUX, François. *Ensaio Sobre a Filosofia do Desenvolvimento*. Lisboa: Editora Calouste Gulbenkian, 1987.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens da nossa época*. Editora Campus, 1980.

POULANTZAS, Nicos. *Poder político e luta de classes*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1977.

RICARDO, David. *Princípios de Economia Política e Tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

SAY, Jean Baptiste. *Tratado de Economia Política*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1986.

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1984.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. Editora Companhia das letras, 2000.

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua Natureza e suas Causas*. Editora Nova Cultural, 1996.

SWEEZY, Paul Malor; BARAN, Paul Alexander. *Capitalismo Monopolista*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1966.

VIEIRA, Rosângela de Lima. *Arquétipo do Capitalismo: uma construção*. In: IV Colóquio Brasileiro em Economia Política dos Sistemas-Mundo. Santa Catarina, UFSC. 2010. In: http://www.gpepsm.ufsc.br/html/arquivos/o_arquetipo_do_capitalismo_%20uma_construcao.pdf.

_____. *Contribuições da EPSM para estudos nas relações internacionais*. São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 107-118, 2016.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O sistema mundial moderno: A agricultura capitalista e a origem da economia-mundo europeia no século XVI*. Vol. 1º. Afrontamento, 1990.

_____. *O Capitalismo histórico e Civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2001.

_____. *Impensar a Ciência Social: os limites dos paradigmas do século XIX*. São Paulo: Editora Ideias e Letras, 2006.

_____. *Análisis de sistemas-mundo: una introducción*. Mexico: Siglo XXI, 2005.

_____. *O declínio do poder americano*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2004.

WOOD, Ellen Meiksins. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.